

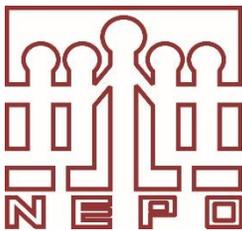
ISSN 1413-9243



TEXTOS  
NEPO

86

CAMPINAS, OUTUBRO DE 2019



**A DINÂMICA SOCIODEMOGRÁFICA DA BAIXADA SANTISTA NOS  
ÚLTIMOS 20 ANOS: CONTRAPARTIDA OU CONDICIONANTE DO  
PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO?**

**LUIZ ANTONIO CHAVES DE FARIAS**

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

### Reitoria

Prof. Dr. **Marcelo Knobel** – Reitor



### Pró-Reitorias

Prof. Dra. Eliana Martorano Amaral – Pró-Reitora de Graduação

Profa. Dra. Nancy Lopes Garcia – Pró-Reitora de Pós-Graduação

Prof. Dr. Munir Salomão Skaf – Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Francisco de Assis Magalhães Gomes Neto – Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário

Prof. Dr. Fernando Augusto de Almeida Hashimoto – Pró-Reitor de Extensão e Cultura

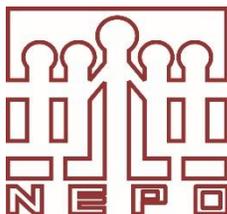
### Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa

Dra. Ana Carolina de Moura Delfim Maciel

### Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”

Dr. **Alberto Augusto Eichman Jakob** – Coordenador

Dra. **Maísa Faleiros da Cunha** – Coordenadora Associada



### Produção Editorial: NEPO-PUBLICAÇÕES

#### Editora dos Textos NEPO

Dra. Glaucia dos Santos Marcondes

Dra. Laeticia Rodrigues de Souza

Dra. Luciana Correia Alves

### Edição de Texto: Preparação/Diagramação

Adriana Cristina Fernandes – [cendoc@nepo.unicamp.br](mailto:cendoc@nepo.unicamp.br)

### Revisão Bibliográfica

Adriana Cristina Fernandes – [cendoc@nepo.unicamp.br](mailto:cendoc@nepo.unicamp.br)

**FICHA CATALOGRÁFICA:** Adriana Fernandes

Farias, Luiz Antonio Chaves.

A dinâmica sociodemográfica da Baixada Santista nos últimos 20 anos: contrapartida ou condicionante do processo de ocupação da região? / Luiz Antonio Chaves de Farias. – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” / Unicamp, 2019.

82p.

(A dinâmica sociodemográfica da Baixada Santista nos últimos 20 anos: contrapartida ou condicionante do processo de ocupação da região?, TEXTOS NEPO 86).

1. Espaço urbano. 2. Demografia. 3. Mobilidade residencial. 4. Planejamento urbano – Baixada Santista. I. Título. II. Série.

As afirmações e conclusões expressas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva de seu(s) autor(es) e não refletem necessariamente a visão da instituição.

**T**

**EXTOS NEPO** - publicação seriada do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” da UNICAMP - foi criado em 1985 com a finalidade de divulgar pesquisas no âmbito deste Núcleo de Estudos e Teses defendidas dentro do Programa de Pós-Graduação em Demografia do IFCH/UNICAMP. Apresentando uma vocação de cadernos de pesquisa, até o presente momento foram publicados **oitenta e seis números**, contando com este, relatando trabalhos situados nas áreas temáticas correspondentes às linhas de pesquisa do NEPO.

Os exemplares que compõem a série vêm sendo distribuídos para instituições especializadas na área de Demografia, ou mesmo dedicadas a áreas afins, no País e no exterior, além de ser objeto de constante consulta no próprio Centro de Documentação do NEPO. Essa distribuição é ampla, abrangendo organismos governamentais ou não governamentais – acadêmicos, técnicos e/ou prestadores de serviços.

A Coleção **Textos NEPO** também está acessível na homepage do NEPO, em publicações, cujo acesso se dá através do endereço eletrônico: <http://www.nepo.unicamp.br>.

Dr. **Alberto Augusto Eichman Jakob**  
Coordenador

Dra. **Maísa Faleiros da Cunha**  
Coordenadora Associada

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1. Redistribuição espacial da população e migração: alguns apontamentos teóricos .....</b>	<b>12</b>
<b>2. A dinâmica sociodemográfica da RMBS nos últimos 20 anos .....</b>	<b>18</b>
2.1 A redistribuição espacial da população.....	18
<b>3. O peso da migração .....</b>	<b>36</b>
3.1 As modalidades migratórias.....	40
3.2 Os fluxos migratórios estruturantes .....	49
3.3 As complementaridades socioespaciais na RMBS: o que sugerem os dados sobre mobilidade residencial e pendular.....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>74</b>

---

## RESUMO

O presente estudo busca um entendimento da dinâmica populacional ocorrida nos últimos 20 anos na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). Em verdade, a experiência do fato metropolitano no Brasil vem assumindo novas faces na atualidade, revelando mudanças nas forças sociodemográficas que nele atuam, com o protagonismo da migração de caráter metropolitano no processo de redistribuição espacial da população. A Baixada Santista reproduz o cenário metropolitano descrito anteriormente em uma peculiar configuração físico-territorial, na qual atividades econômicas aparentemente díspares (industrial, portuária e turística) convivem em uma restrita, e já saturada à ocupação, faixa de território. Assim sendo, o uso dos Censos Demográficos 2000 e 2010, enquanto principal fonte de dados do presente trabalho permitiu identificar as relações entre a dinâmica sociodemográfica observada, com especial enfoque na migração e suas diferentes modalidades, e o processo de produção social do espaço vigente na região ao longo período considerado.

**Palavras chave:** Espaço urbano. Demografia. Mobilidade residencial. Planejamento urbano – Baixada Santista.

---

## ABSTRACT

The present study seeks to understand the population dynamics that occurred in the last 20 years in Baixada Santista Metropolitan Area. In fact, the experience of the metropolitan fact in Brazil has been assuming new faces in the present time, observing changes in the sociodemographic forces associated with the protagonism of the metropolitan migration in the process of spatial redistribution of population. Baixada Santista reproduces the previously described metropolitan scenario in a peculiar physical-territorial configuration, in which disparate economic activities (industrial, port and tourist) coexist in a restricted and saturated territory. Thus, the use of the Demographic Censuses 2000 and 2010, as the main data source of the present work, allowed to identify the relationships between the observed sociodemographic dynamics (with special focus on migration and its different modalities) and the process of social production of the space in the region over the period considered.

**Keywords:** Urban space; Demography; Residential mobility; Urban planning – Baixada Santista.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Nunca fomos tão urbanos como somos hoje! Segundo dados do Fundo de População das Nações Unidas, desde 2008 mais de 50% da população mundial é urbana. O Brasil, por sua vez, auferiu sua transição urbana de maneira mais precoce, uma vez que já na década de 1960 sua população urbana supera a rural. A urbanização brasileira possui como uma de suas características a metropolização concomitante, fazendo das metrópoles um dos principais símbolos do fenômeno urbano no Brasil.

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), recorte espacial da presente pesquisa, não foge ao cenário descrito acima, já que também apresentou um intenso e precoce processo de urbanização e metropolização. De acordo com os dados dos censos demográficos de 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre todas as regiões metropolitanas institucionalizadas no Brasil, a RMBS é a mais urbanizada nesses períodos, com valores de 99,5% e 99,7%, respectivamente.

Reportando-se novamente ao panorama nacional, verifica-se que uma das forças sociodemográficas estruturantes do processo de urbanização brasileiro foram os fluxos migratórios de longa distância do tipo rural-urbano, principalmente aqueles provenientes do nordeste com destino ao centro-sul do país. Entre 1940 e 1970, migraram para São Paulo 2,5 milhões de brasileiros não paulistas, 81% oriundos de Minas Gerais e do Nordeste (CANO, 2011).

No caso da RMBS não foi diferente, tendo em vista que, especialmente a partir dos anos 1960, a região também recebeu um grande contingente de migrantes procedentes do nordeste. Contribuiu para esse fato a grande demanda por mão de obra propiciada pela instalação do polo industrial de Cubatão e das obras de infraestrutura viária e portuária.

No entanto, as migrações de mais curta distância tendem a ganhar maior representatividade no processo de Redistribuição Espacial da População (REP) na região. Essa dinâmica igualmente encontra ressonância no que vem ocorrendo na conjuntura metropolitana brasileira desde os anos 1980, marcada, nesse período, pela aceleração da queda de fecundidade e pelo arrefecimento dos movimentos populacionais de longa distância direcionados aos centros urbanos de mais alto grau na hierarquia urbana.

Com o protagonismo dos fluxos do tipo urbano-urbano e de modalidade intrametropolitana, fica evidenciado um processo centrífugo de redistribuição da população metropolitana, tendo o núcleo como a principal área de expulsão de população e as periferias como as áreas receptoras desses emigrantes. Essa é uma realidade corrente na RMBS, já que são os municípios periféricos,

---

<sup>1</sup> O presente artigo corresponde ao Capítulo 2, intitulado “Contrapartidas socioespaciais”, da Tese de Doutorado “Mobilidade populacional e produção do espaço urbano na Baixada Santista: um olhar sociodemográfico sobre sua trajetória nos últimos 20 anos” defendida pelo presente autor junto ao Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

tanto do litoral sul (Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá e Praia Grande) quanto do litoral norte (Bertioga), que apresentam, desde os anos 1970, os maiores ritmos de crescimento populacional relativamente aos do núcleo metropolitano (Cubatão, Santos, São Vicente e Guarujá). Paralelamente, os fluxos migratórios intrametropolitanos mais representativos em volume se dirigem de Santos e São Vicente para Praia Grande.

Essas modalidades migratórias, antes escamoteadas em sua representatividade pelos fluxos de longa distância, requerem análises em seus próprios termos, considerando que ocorrem na escala do espaço urbano (CUNHA, 2011). A migração inter-regional relaciona-se, em termos estruturantes, a como os desequilíbrios regionais são produzidos na escala da rede urbana. Já a migração intrametropolitana vincula-se mais diretamente às dinâmicas regionais do mercado de terras e de trabalho, os quais, por sua vez, encontram-se estritamente ligados a como o espaço urbano é produzido (CUNHA, 2015a).

Esta última questão mostra-se muito cara à Baixada Santista, dada a peculiaridade de sua urbanização, já enunciada anteriormente. Confinada entre o litoral e o maciço da Serra do Mar, a RMBS possui uma complexa relação ambiental, populacional e econômica, reunindo vocações aparentemente díspares, como os complexos portuário e industrial de grande porte e o turismo, que se mesclam a reservas ambientais e áreas de proteção legal, inapropriadas à ocupação.

Em virtude disso, de acordo com dados da Empresa Paulista de Desenvolvimento Metropolitano (EMPLASA) para 2011, a RMBS possui apenas 5,08% de áreas livres "adequadas" ou "adequadas com restrições", para o crescimento ordenado das cidades, em sua maioria, situadas em Itanhaém, Praia Grande e Peruíbe. Por sua vez, municípios mais centrais, como São Vicente e Guarujá, de acordo com o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico (PMDE) da Baixada Santista de 2014, terão a maior tendência de adensamento construtivo, tornando a situação de precariedade ainda mais acentuada.

Desde 2006, com a descoberta de grandes jazidas de petróleo e gás natural no pré-sal, a questão populacional e de produção do espaço na Baixada Santista ganharam um novo condicionante, diante da realização e, principalmente, das perspectivas de investimentos em alguns setores produtivos regionais. Estão previstas a expansão e melhoria logística do porto de Santos, principalmente, com a instalação da base de controle de exploração de petróleo e gás na Bacia de Santos pela Petrobras. Lembrando que este tipo de investimento tem a capacidade de induzir outras modalidades de investimentos em setores econômicos antes inexistentes ou inexpressivos para a geração de emprego e renda na região, como, por exemplo, aqueles ligados à logística *onshore* e *offshore* de exploração de petróleo.

Não se pode esquecer que, se a dinâmica de produção do espaço urbano da Baixada Santista passa a ser condicionada pelo "fenômeno do pré-sal", outros processos vinculados a movimentos

mais gerais de mudança da sociedade também agem como importantes condicionantes de sua evolução urbana e metropolitana. Historicamente, a partir das décadas de 1980 e 1990, a região sofreu os efeitos mais pronunciados da reestruturação produtiva e do ajuste fiscal, com consequências sobre as dinâmicas de ocupação e de população na RMBS, tendo em vista não só o aumento do desemprego gerado, como também, o arrefecimento dos fluxos migratórios externos à região (COLANTONIO, 2009).

Mais recentemente, observou-se que, além da reestruturação das cadeias produtivas, largas parcelas de capital excedente geradas em seu ciclo de reprodução ampliada não têm sido reinvestidas no processo produtivo, mas sim, no setor imobiliário, onde não se sujeitam à tendência histórica de queda das taxas de lucros, já que as receitas auferidas advêm da extração de rendas da terra (HARVEY, 2011). No Brasil, tal dinâmica parece que se consolidou nos anos 2000, a partir do movimento de reestruturação dos centros urbanos e da incorporação de uma ocupação com um padrão mais disperso, vinculadas, em sua forma, à disseminação dos loteamentos/condomínios fechados em novas periferias metropolitanas (CUNHA, 2018). A Baixada Santista não foge a esse novo cenário, sendo que as repercussões para sua dinâmica sociodemográfica e seu processo de redistribuição espacial da população ainda se ressentem de estudos mais aprofundados sobre o tema, tal qual se dispõe a realizar a presente pesquisa.

Supõe-se que um dos desdobramentos socioespaciais principais do processo descrito no parágrafo anterior para a RMBS se encontre em suas articulações sociodemográficas e econômicas com as outras regiões metropolitanas paulistas, dentro do que se convencionou chamar de “Macrometrópole Paulista” (SOUZA, 1978). Como poderá ser visto ao longo do curso deste trabalho, tais vínculos não foram estabelecidos recentemente, remontando, sobretudo, ao período de industrialização da região, quando o recém-instalado polo industrial de Cubatão assumiu um papel complementar ao parque industrial da RMSP (COLANTONIO, 2009). Simultaneamente, foram estabelecidos vínculos de natureza social, tendo em vista que a Baixada Santista assumiu o papel de ser uma das principais áreas onde a população da RMSP e das outras Regiões Metropolitanas (RMs) do interior realiza sua reprodução social, no tocante às atividades de lazer ligadas ao turismo e ao fenômeno da segunda residência (domicílios de uso ocasional).

No entanto, outros tipos de ligações entre as RMs paulistas relacionadas à dinâmica do mercado de trabalho, de terras e dos setores produtivos, carecem de estudos mais aprofundados acerca de suas repercussões na produção do espaço urbano da RMBS, assim como, em sua dinâmica sociodemográfica. Não é demais lembrar, por exemplo, que alguns municípios da Baixada Santista tendem a possuir maior peso das trocas migratórias (imigração e emigração) com a RMSP, do que com os outros municípios metropolitanos.

Apresentados os condicionantes endógenos (intrametropolitanos) e exógenos (escala da macrometrópole e intraestadual) do processo de estruturação urbano-metropolitana da Baixada Santista, Chega-se, aqui, na problemática da presente pesquisa, que, entre seu conjunto de questões, se propõe a analisar em pormenores as suas contrapartidas sociodemográficas. Não é demais lembrar que a produção do espaço da RMBS, é o resultado da ação de vários atores e envolve a mobilização de grupos sociais, selecionados em função de seu poder político, renda, idade, sexo, entre outras características sociodemográficas. Nesse sentido, entende-se existir uma relação dialética entre a dinâmica de produção do ambiente construído e as dinâmicas sociodemográficas associadas, não fazendo sentido discutir uma, sem levar em consideração a outra.

Por isso mesmo, o presente artigo irá se dedicar a analisar o outro lado do processo de produção do espaço na Baixada Santista. Na verdade, para além da produção e configuração histórica e contemporânea do ambiente construído (uso e ocupação do solo) e de seus condicionantes sociais, políticos e ambientais (legislações urbanísticas e ambientais, polarização das atividades econômicas e amenidades ambientais, além das políticas habitacionais), há uma dimensão sociodemográfica envolvida, sendo que identificá-la e compreendê-la é um dos maiores objetivos deste estudo.

Tanto assumindo o papel de condicionante quanto de consequência dos processos em questão, a dimensão sociodemográfica do processo de produção do espaço se mostra de extrema importância, visto que, por meio do comportamento das variáveis demográficas (natalidade, mortalidade e migração), podem ser dimensionados quantitativa e qualitativamente os grupos sociais envolvidos. Mais do que isso, vistas enquanto consequências socioespaciais, tais fenômenos podem revelar a intensidade das suas articulações entre as diversas partes do território, os impactos sobre a demanda por políticas públicas (crescimento vegetativo diferencial), a dinâmica das desigualdades sociais (seletividade sociodemográfica da migração), além de tantos outros fenômenos sociais.

De fato, outros estudos chegaram, em seu desenvolvimento e conclusões, a discutir alguns dos questionamentos levantados para a RMBS, ao longo dos últimos parágrafos: Jakob (2003) e Santos (2008) observaram as relações dialéticas existentes entre a produção social do espaço urbano e a dinâmica sociodemográfica, com especial enfoque na mobilidade residencial metropolitana; Cunha (2010), por sua vez, dedicou-se ao estudo das relações entre a mobilidade metropolitana, o capital social e as redes sociais; Alonso (2011) estudou o acentuado processo de envelhecimento populacional vivenciado nos últimos anos pela Baixada Santista e seus vínculos com a dinâmica das diversas componentes demográficas envolvidas. A presente pesquisa, em seu ponto de vista, busca tratar dessas e outras questões relevantes de forma articulada, apreendendo as complexidades e

nuances assumidas pela dinâmica sociodemográfica regional, diante do contexto econômico, social e demográfico verificado nos anos 2000.

Evidentemente que diante de uma proposta de pesquisa como a colocada até aqui, dificuldades metodológicas são impostas pelas limitações das fontes de dados disponíveis, sendo que uma delas reside na pressuposição de um relacionamento dialético entre produção social do espaço e as dinâmicas sociodemográficas. Tal relação apenas pode ser analisada no sentido “espaço => dinâmica sociodemográfica”, pois os dados disponíveis<sup>2</sup> somente permitem esse tipo leitura no estudo da relação entre os elementos em questão.

Em virtude disso, utilizou-se o termo “contrapartida sociodemográfica” com o intuito de designar a dinâmica sociodemográfica correlacionada ao processo de produção do espaço observado ao longo período de tempo abrangido pela pesquisa. No entanto, como se poderá perceber em alguns momentos da discussão dos resultados do trabalho, mesmo com as limitações impostas pela normatividade dos dados utilizados, vislumbrou-se o papel patente à dinâmica sociodemográfica de protagonista do processo de estruturação do espaço urbano. Com isso, ela deixa de ser uma mera contrapartida em relação a este último, assumindo também o papel de um efetivo condicionante do processo de produção do espaço, segundo os ditames de uma relação dialética que se pressupõe haver entre o espaço e a sociedade.

Além disso, a defasagem temporal da fonte de dados principal da pesquisa, o Censo Demográfico, impõe igualmente cuidados relativos à associação de alguns processos e fenômenos aos resultados apresentados, já que os mesmos podem estar referenciados ao período posterior ao último levantamento considerado. Um exemplo disso seria a dinâmica sociodemográfica que poderia ser vinculada ao "fenômeno do pré-sal" na Baixada Santista, a qual observou maior proeminência posteriormente ao ano de 2010, não sendo, portanto, captada pela última rodada censitária.

Por conta disso, complementarmente, serão utilizadas fontes de dados alternativos, em grande parte derivadas de registros administrativos, como os dados de volumes de passageiros da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos do Estado de São Paulo (EMTU), os quais geralmente possuem maior atualização. Assim, eles poderão ser usados enquanto variáveis/indicadores sintomáticos das dinâmicas sociodemográficas referentes ao período não coberto pelos Censos Demográficos.

Com o intuito de organizar o desenvolvimento da problemática da pesquisa ao longo do texto, o presente estudo seguirá o seguinte encadeamento:

Em um primeiro momento, são apresentados os principais pressupostos teóricos acerca dos fatores regem a dinâmica demográfica e a migração em particular no Brasil, considerados pela

---

<sup>2</sup> Mais precisamente, os extraídos dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

pesquisa. Em seguida, é realizada uma leitura das principais dinâmicas sociodemográficas vigentes na Baixada Santista nas últimas duas décadas.

Desse modo, o crescimento populacional e o processo de redistribuição espacial da população são analisados, tanto com relação ao seu ritmo e volume quanto ao papel de cada componente demográfica, seja na escala mais agregada da região metropolitana e de seus municípios, seja na escala intraurbana, neste último caso, por meio de uma leitura baseada nos setores censitários urbanos. Em seguida, aprofunda-se a análise do papel da migração no curso do processo de redistribuição espacial da população regional, considerando-se a importância de cada modalidade migratória em sua efetivação.

Por fim, analisa-se, particularmente, o papel da migração de curta distância em relação ao processo de metropolização vigente na região, mostrando-se sua vinculação com os fluxos intrametropolitanos, especialmente os deslocamentos pendulares para trabalho. Com isso, é possível dimensionar a efetiva extensão do processo de metropolização ao longo do território da RMBS, não necessariamente coincidente a todos os municípios que a constituem. Ao lado disso, permite-se observar a intensidade e natureza dos estreitos vínculos socioespaciais estabelecidos entre algumas municipalidades metropolitanas e a RMSP.

### **1. Redistribuição espacial da população e migração: alguns apontamentos teóricos**

O processo de periferização observado nos contextos metropolitanos da atualidade encontra-se associado à dinâmica de redistribuição espacial da população. Este seria, de fato, o fenômeno sociodemográfico que estaria efetivamente em jogo quando se estudam as causas e consequências da localização diferenciada dos diferentes extratos populacionais no espaço urbano, à luz do processo de produção social do espaço.

Portanto, a redistribuição espacial da população possui, em sua gênese, motivações diversificadas. De um lado, os fatores demográficos interferem no referido processo por meio da dinâmica de suas três variáveis básicas: natalidade, mortalidade e migração. De outro, existem fatores sociais, políticos, econômicos, geográficos e culturais que diferenciam a redistribuição da população de uma região para outra, no espaço e no tempo (LOBO; MATOS; GARCIA, 2012). A migração é a variável demográfica nesse contexto que mais internaliza esses fatores, aspecto este que explica seu caráter multidimensional.

No Brasil, em virtude da progressiva queda da fecundidade, principalmente a partir dos anos 1980, a migração foi se consolidando como a principal protagonista na redistribuição espacial da população e, por conseguinte, pelo crescente e inexorável processo de urbanização da população brasileira.

Martine (1994) ressalta, todavia, que mesmo com o papel decisivo da migração nessa época, não se pode desprezar o peso dos diferenciais regionais de fecundidade existentes no Brasil enquanto propulsores da redistribuição espacial da população. Deve-se ressaltar que, embora no "senso comum" haja uma tendência imediata de associar a redistribuição espacial da população à migração, não se pode perder de vista que o componente vegetativo também pode ter especial impacto. Como Cunha e Baeninger (2001) demonstram, as áreas mais desenvolvidas do Sudeste e Sul chegavam a registrar taxas de fecundidade, em média, 25% menores que as mais pobres. Em virtude disso, pode-se supor que contemporaneamente, com a redução da migração, o crescimento vegetativo possa intervir de maneira ainda mais importante no processo de redistribuição espacial da população.

No entanto, talvez este não seja o caso da RMBS, uma vez que os diferenciais de fecundidade entre os municípios não são significativos o bastante para se esperar que o crescimento vegetativo atue de forma decisiva para explicar a forma como a população tem se redistribuído no espaço regional. Desse modo, o entendimento teórico da migração para além de apenas uma componente demográfica, mas, sobretudo, enquanto uma efetiva variável sociodemográfica, auxilia no entendimento de seu papel no processo de redistribuição espacial da população na Baixada Santista.

Atendo-se, portanto, especificamente à migração, observa-se que a trajetória de seu debate teórico esteve permeada por duas perspectivas analíticas: neoclássica e estruturalista. A primeira visão advém da contribuição pioneira de Ravenstein, e, posteriormente, de Lee, com base na teoria da modernização. Para o primeiro autor, o fenômeno migratório seria regido por leis, as "leis de migração", encontrando-se atrelado ao desenvolvimento capitalista. Para Lee, a decisão de migrar seria baseada em um cálculo racional do indivíduo, ponderado por fatores de atração e repulsão nos locais de origem e destino, bem como os obstáculos intervenientes que envolvem o deslocamento. A maior ou menor aptidão dos migrantes em relação a tais fatores e obstáculos daria à migração um caráter seletivo (LEE, 1980)<sup>3</sup>.

Na perspectiva estruturalista, a partir da abordagem de Singer (1980)<sup>4</sup> sobre o fenômeno da migração interna brasileira nas décadas de 1960 e 1970, a migração seria histórica-estruturalmente condicionada. Conforme aponta o autor, estaria inserida num processo global de mudanças, produtor de desigualdades regionais historicamente construídas. Ele estaria associado à dinâmica de industrialização geradora do empobrecimento relativo das áreas que não participam do mesmo, que alimentaria os fatores de modernização e estagnação das potenciais áreas de origem dos fluxos migratórios. Da mesma forma, a migração interna desempenharia papel de grande relevância nas

---

<sup>3</sup> Original de 1966.

<sup>4</sup> Original de 1973.

transformações das estruturas econômicas e sociais, extinguindo e criando novas classes sociais necessárias à reprodução do modo de produção vigente.

Além disso, ainda segundo Singer (1980), o desencadear dos movimentos populacionais estaria associado a causas e motivos, que operariam, respectivamente, nas escalas macroestrutural e do indivíduo. As causas associadas a fatores estruturais seriam o que colocaria o grupo social em movimento e os motivos, segundo condições objetivas e subjetivas, determinariam que indivíduos desse grupo realizariam efetivamente a migração. Para o autor, não seriam as pessoas que seriam postas em movimento, mas as classes sociais, sendo, portanto, de cunho social e não individual o primeiro condicionante do fenômeno.

Conforme salientam Patarra e Pacheco (1997) e Matos (1995), apesar de sua importância para compreensão dos deslocamentos do tipo rural-urbano, especialmente das décadas de 1960 e 1970, a teoria sobre migração de Singer, a partir dos anos de 1980, passa a não mais dar conta sozinha de elucidar o fenômeno em questão de sua complexidade assumida desde então. Isso porque, associada à crise econômica brasileira dos anos 1980, à reestruturação do sistema capitalista (passagem do modelo de acumulação fordista para o modelo de acumulação flexível) e todas suas implicações para organização espacial da produção e mercado de trabalho, observam-se novas tendências para a dinâmica sociodemográfica nacional e a redistribuição espacial da população em específico.

Entre os diversos elementos que caracterizam essas novas tendências, destacam-se: arrefecimento da tendência de concentração espacial populacional nas grandes metrópoles do sudeste nos anos 1970 e 1980, com redução do volume das tradicionais correntes migratórias originárias no nordeste, Minas Gerais e Paraná (CUNHA; BAENINGER, 2001); avanço da transição demográfica e da fecundidade, levando à diminuição da pressão demográfica até então existente em determinadas áreas do território brasileiro (MARTINE, 1994; CUNHA, 2015b) e, arrefecimento do crescimento populacional.

Essas mudanças, em termos das trajetórias espaciais e de escala geográfica dos fluxos populacionais, aparecem como uma adaptação da dinâmica migratória perante as condições econômicas e sociais vigentes na década de 1980, flexibilizando-se para atender às novas demandas (BRITO, 2000). Com isso, a migração de mais longa distância tem perdido espaço, o que, de acordo com o autor, pode ser explicado pela redução das oportunidades, pois os movimentos de mais longa distância não oferecem as mesmas possibilidades das décadas anteriores, principalmente pelo distanciamento evidente entre mobilidade espacial e a mobilidade social, intensificado com a crise econômica brasileira dos anos 1980. Como consequência, o declínio da migração do tipo rural-urbano permitiu que fossem evidenciadas outras modalidades migratórias, tais como a migração do

tipo urbano-urbano, intraestadual, intrametropolitana, entre outras, que antes eram ofuscadas pelos fluxos em questão.

No contexto metropolitano brasileiro, segundo Rodríguez e Busso (2009), a dinâmica demográfica, por sua vez, passa a não mais depender tanto da imigração externa, o que leva a que se preste mais atenção na migração endógena com característica centrífuga. De fato, mesmo crescendo menos, as RMs ainda representam grandes desafios sociodemográficos, não apenas pela grande concentração de pobreza, particularmente em suas periferias, mas também pelo alto potencial que apresentam de redistribuição interna de sua população (CUNHA, 2011), o que pode ser verificado com os recentes processos de (re)estruturação urbana das principais metrópoles brasileiras.

Desse modo, para além das causas estruturantes e motivações que explicam as modalidades migratórias tradicionais, como a migração rural-urbana, a migração intrametropolitana ou mobilidade residencial<sup>5</sup> se encontraria relacionada aos fatores estruturantes da metrópole, como o mercado de terras e a divisão territorial do trabalho. Segundo Cunha (2015a, p. 80), “pode-se considerar que muitas das questões referentes aos movimentos de curta distância podem, em certo sentido, ser remetidas diretamente àquelas relacionadas à estruturação e à expansão do meio urbano”.

Sobrino (2007) corrobora tal perspectiva analítica, ao afirmar que os principais condicionantes da mobilidade residencial nas aglomerações metropolitanas são as dinâmicas do mercado de trabalho e de terras. Mais do que isso, afirma que, até então, o primeiro condicionante tinha maior peso em relação ao segundo, enquanto impulsionador dos movimentos populacionais em questão. Mais recentemente, no bojo do processo de reestruturação urbana pelo qual as principais metrópoles vêm passando nos últimos anos, a mobilidade residencial passa a ser condicionada principalmente pela dinâmica do mercado de terras, principalmente nos espaços metropolitanos.

Apesar de uma literatura ainda relativamente incipiente no Brasil, são apresentadas, a seguir, a partir da compilação de Manfredo (2007), abordagens inovadoras que empreenderam uma leitura da questão da mobilidade espacial da população em seu papel no processo de estruturação territorial das metrópoles nacionais. Em primeira linha, tem-se o trabalho de Bógus (1980), que buscou analisar os efeitos de um programa de reurbanização sobre a população residente numa determinada área da cidade de São Paulo, a Vila do Encontro, no final da década de 1970. Partindo

---

<sup>5</sup> Segundo Sobrino (2007), a mobilidade residencial é a mudança de domicílio dentro de uma área metropolitana, possuindo correspondência conceitual com a migração intrametropolitana. No entanto, diferencia-se da migração *stricto sensus*, especialmente em relação às modalidades migratórias de mais longa distância (intraestadual e interestadual), pois não envolve necessariamente mudanças no espaço de vida de quem a realiza. De acordo com Courgeau (1975), o espaço de vida seria o espaço onde o indivíduo realiza as atividades relativas à sua reprodução social e econômica (trabalho, lazer, compras, estudo, etc.).

da análise de formulários e entrevistas em profundidade, a autora apreendeu os efeitos contraditórios da ação estatal no espaço urbano, mostrando o quanto a mesma reflete as políticas de classe dos segmentos populacionais de mais alto status socioeconômico.

Smolka (1992) buscou quantificar e qualificar os fluxos populacionais intraurbanos, inovando em seu estudo sobre mobilidade intraurbana no município do Rio de Janeiro, ao utilizar as guias de recolhimento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) como fonte de dados quantitativos para a mensuração do fenômeno em questão, perspectiva inviabilizada com a utilização do Censo Demográfico. Identificou que os padrões espaciais encontrados ratificam a estratificação social urbana, já que ocorrem de forma majoritária internamente às zonas de segregação residencial.

Cunha (1994), por sua vez, tenta compreender o processo de estruturação e consolidação da RMSP. Mostra que o componente migratório não somente é condicionado pelos processos de produção do espaço e estrutura da metrópole, como também tem um papel decisivo na configuração dos mesmos. Assim, defendeu que os condicionantes mais próximos da migração intrametropolitana seriam elementos ligados aos mercados de terras e de trabalho, definidores, junto de outros fatores, de uma estrutura de incentivos e constrangimentos à migração intrametropolitana.

Em um estudo ancorado em dados quantitativos, conforme realizado pelo último autor, Lago (2000) estuda as desigualdades e segregação socioespacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 1970 e 1990, possuindo, como uma de suas principais hipóteses, a ideia de que as transformações sociais e espaciais ocorridas nos anos 1980 apontam para a necessidade de revisão do modelo centro-periferia. A autora reconhece, seguindo a mesma linha de Cunha (1994), a mobilidade intrametropolitana enquanto um processo inerente à estruturação do espaço urbano.

Acompanhando a perspectiva dos dois últimos autores, Caiado (2006) realiza um estudo tentando avaliar as alterações na distribuição e no perfil socioespacial da população na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno, associando esse processo ao de urbanização e estruturação urbana deste espaço. Observa que o processo de estruturação interna de uma cidade se dá a partir da mediação entre fatores estruturais ligados ao processo produtivo e ao cotidiano das populações.

Seguindo essa mesma linha, Jakob (2003), a partir de uma perspectiva histórica, faz uma análise sociodemográfica da constituição do espaço urbano da RMBS. Observa uma clara relação entre a modificação das formas de ocupação dos espaços e o comportamento demográfico. Segundo seus principais achados, os novos arranjos familiares são em grande parte os responsáveis pelas mudanças nas formas de ocupação dos espaços, apresentando implicações visíveis nos processos de periferização, via mobilidade residencial realizada para tais áreas, e no envelhecimento populacional de certos locais.

Silva (2013) propõe uma reflexão sobre a relação entre a cidade, o urbano e o metropolitano com a localização da população e o seu comportamento demográfico. Como principais achados, observaram-se significativas diferenças na dinâmica populacional a partir da divisão social do espaço metropolitano. Os padrões percebidos se mostraram correlacionados à mobilidade e imobilidade espacial da população, condicionadas às perspectivas de incentivos ou constrangimentos a quem potencialmente poderia se mover no território. Além disso, constatou-se a coexistência de lógicas para os movimentos populacionais intermunicipais que passam tanto pela clássica relação centro-periferia, assim como, por novos padrões assumidos pela estrutura metropolitana.

Mais recentemente, Dota (2015) analisou relevância do contexto territorial para o fenômeno migratório, tanto em relação às características dos migrantes quanto no destino dos fluxos migratórios. Constatou que tais movimentos (volumes, fluxos e características), ao mesmo tempo, respondem ao processo de produção do espaço e também podem estruturá-lo a partir da criação de novos assentamentos.

Além de exporem uma relação intrínseca entre mobilidade espacial da população e expansão urbana, observada em contextos metropolitanos distintos, alguns dos estudos citados acima mostraram associações entre a mobilidade residencial e a intensificação dos processos de segregação ou autosegregação socioespacial da população.

Para este último sentido, Cunha (2015a) salienta que os fatores que colocam a população em movimento tendem a gerar seletividades específicas dos migrantes não apenas em termos demográficos, como sexo, idade, ciclo vital e tipo de família, mas também e, sobretudo, em termos socioeconômicos. Prêteceille (2003) corrobora essa argumentação, ao afirmar que a mobilidade residencial é, para uma família, um meio de melhorar individualmente sua acessibilidade aos equipamentos e/ou aos empregos. Todavia, essa prerrogativa é seletiva, já que essa mobilidade está hierarquizada socialmente. Ela é mais fácil e mais frequente para as categorias superiores, nas quais as rendas e os recursos sociais permitem escolhas mais amplas. Por sua vez, é mais difícil e menos frequente para as classes populares, que estão ou constrangidas pelas regras de acesso às habitações sociais, ou dependentes do mercado de aluguel de baixa qualidade que tende a se reduzir, ou são proprietárias nos segmentos menos demandados do mercado, geralmente mais distantes, nas periferias pobres e favelas.

Sabe-se que habitar essas áreas não é uma escolha individual. É, pois, produto da ação modeladora dos agentes econômicos, que em suas políticas de classe interferem na localização das instituições e nos usos da terra que se faz nas cidades, moldando a estrutura, de incentivos e constrangimentos, à migração. Sendo assim, estudar a redistribuição da população, e dos grupos sociais em particular, é de importância fundamental, seja para compreender o acesso a bens e

serviços essenciais, seja pela importância dessa localização nas possibilidades de ascensão social (CORRÊA, 2011).

## **2. A dinâmica sociodemográfica da RMBS nos últimos 20 anos<sup>6</sup>**

A Baixada Santista não foge ao padrão da dinâmica sociodemográfica associada ao processo de metropolização vivido pelas grandes aglomerações urbanas brasileiras recentemente e descrito no item anterior. Evidentemente, no recorte espacial em questão, tal processo ganhou nuances específicas, tendo em vista a peculiaridade dos seus condicionantes de ocupação da região.

Além disso, ressalta-se que o recorte temporal dos últimos 20 anos vincula-se às especificidades assumidas pela dinâmica de ocupação da região nesse período. Mais precisamente, faz menção às articulações socioespaciais da RMBS com o processo de metropolização expandida paulista, que ficaram mais pronunciadas neste período e que condicionaram significativamente a produção do espaço intrametropolitano. Como não poderia ser diferente, este fenômeno também afetou diretamente sua dinâmica sociodemográfica interna.

### **2.1 A redistribuição espacial da população**

Ao longo de sua trajetória histórica, o processo de dispersão da ocupação na Baixada Santista apresenta contrapartidas populacionais claras que se inscrevem em um processo mais amplo de periferação/suburbanização metropolitana. Conforme se pode notar ao se consultar a literatura sobre o tema, refere-se mais à suburbanização do que à periferação para se denominar o processo de dispersão urbana ao longo das aglomerações metropolitanas. Em verdade, observa-se que o uso dos termos suburbanização e periferação e suas respectivas expressões espaciais possuem raízes históricas que explicam as diferenças na utilização dos termos em determinados contextos de expansão urbana.

Assim sendo, segundo Fishman (1966), o processo de expansão urbana anglo-americano foi orientado predominantemente por uma lógica liberal com menos interferência estatal, segundo a qual burguesia se instalou em suas periferias geográficas, longe da poluição das fábricas e dos grupos sociais de menor poder aquisitivo, configurando os subúrbios. Não por acaso, de acordo com Martins (2001, p. 7), a noção de subúrbio nesses contextos usualmente esteve associada "aos espaços residenciais de alto nível ao redor das grandes cidades, algo no limite entre o rural e o urbano, ou o lado 'bom' do urbano".

---

<sup>6</sup> Esta seção beneficia-se dos resultados de dois atlas elaborados por Cunha e Jakob (2005) e Cunha e Farias (2017) para a Região Metropolitana da Baixada Santista e divulgados em 2005 e em 2017. Para maiores detalhes ver: Disponível em: [http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/atlas/atlas\\_santos\\_new/index.php](http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/atlas/atlas_santos_new/index.php) e <http://www.librum.com.br/santosmetro/info/>.

Por sua vez, nas cidades europeias continentais e suas discípulas latino-americanas, incluindo-se aí as cidades brasileiras, essa periferia geográfica foi ocupada pelos grupos sociais menos abastados, reservando-se o *innercity* para a residência da burguesia. Como aponta Fishman (1966), a ação do Estado burguês foi decisiva no sentido de “limpar” as áreas centrais das cidades do proletariado por meio de grandes reformas urbanas, como a de Haussman em Paris. Tal processo foi viabilizado mediante a implementação de transporte público para essas zonas periféricas, assim como, por meio de incentivos fiscais para a instalação de atividades econômicas nas mesmas.

No caso do Brasil, dadas as peculiaridades da ocupação das áreas periféricas geograficamente em relação às zonas centrais metropolitanas, em um processo geralmente associado à precariedade social da urbanização de tais áreas, denomina-se o processo de ocupação das mesmas de periferização. No entanto, Martins (2001), reportando-se ao exemplo da cidade de São Paulo, ressalta que os primórdios do processo de expansão urbana para as periferias geográficas guardavam aspectos relativos à configuração de um subúrbio. Neste caso, o padrão de ocupação de tais áreas mesclava aspectos do urbano com o rural, resguardando-se a qualidade de vida dos que ali residiam, mesmo que não pertencessem a grupos sociais abastados, como acontecia em muitos subúrbios industriais da capital paulista. Posteriormente, na visão do último autor citado, a concepção de subúrbio foi "subvertida" pela de periferia. Enquanto um dos símbolos da urbanização no capitalismo periférico, a periferia seria a própria negação do urbano, não somente por seu acúmulo de carências, mas por se constituir em um dos fatores de atraso do próprio capitalismo, já que era produto da especulação imobiliária, da segregação residencial, etc.

Mais recentemente, ressalta-se que, em decorrência do processo de reestruturação urbana, novos grupos sociais passam a ocupar as zonas periféricas geográficas das cidades, as quais, até então, se constituiriam nas periferias definidas nos termos discutidos por Martins (2001) no parágrafo anterior. Nesse novo contexto de ocupação urbana, haveria novamente uma ressignificação da noção de periferia, a partir do surgimento das “novas periferias metropolitanas” (COSTA, 2006) ou “periferias elitizadas” (CUNHA, 2018), vinculadas à ocupação de grupos sociais mais abastados. Elas acabam por se inscreverem no processo de periferização das aglomerações urbanas nacionais da atualidade, ao lado das periferias “tradicionais”, voltadas à ocupação dos extratos mais pobres da população.

Enquanto correspondência sociodemográfica do processo de periferização se encontra a redistribuição espacial da população, a qual, ora ocorre simultaneamente ao processo de expansão periférica do ambiente construído, em uma relação dialética com o mesmo, ora a seu reboque, assumindo o papel de uma contrapartida sociodemográfica. Sobrino (2007) corrobora essa última perspectiva de análise ao afirmar que a suburbanização/periferização refere-se usualmente à dispersão da população do centro para a periferia. Uma maneira simples de dimensionar esse

fenômeno consistiria em analisar a mudança na participação da cidade central e da periferia na concentração de população durante um período de tempo. Em seguida, estudar-se-iam o grau, a velocidade e a intensidade do fenômeno em questão.

Levando-se em conta que a RMBS faz parte do processo de metropolização expandida paulista, procede-se à análise considerando sua inserção na Macrometrópole Paulista (MMP). Isso porque, verifica-se um processo de dispersão da ocupação na escala da unidade análise regional em questão, sendo que a RMBS, em decorrência de seus particulares condicionantes de ocupação, apresenta uma participação igualmente peculiar em comparação com as demais unidades regionais que compõe a MMP.

Conforme se pode consultar na Tabela 1, a RMBS registra certa estabilidade de valores na participação relativa de sua população, ficando no patamar de 5%, para os anos considerados. Outras unidades regionais que conformam a MMP, por sua vez, apresentam incrementos em seu peso relativo na população total da MMP, como é o caso da RMC, que passou de 5,9% a 6,8%, entre 1991 e 2010. Podem parecer valores pouco representativos em seu tamanho, dada a primazia da RMSP, mas retratam a tendência de espraiamento da ocupação ao longo da MMP, em um processo vinculado à "desconcentração concentrada" da estrutura produtiva paulista (SILVA; CUNHA; ORTEGA, 2017).

A RMBS não foi privilegiada no processo de desconcentração das atividades econômicas como seus pares metropolitanos do interior. No entanto, apresenta importantes trocas populacionais, especialmente com a RMSP, o que, conforme se poderá ver posteriormente, têm influências substanciais no aumento da participação relativa da população e na dinâmica demográfica de alguns municípios da Baixada Santista, e, por conseguinte, da região como um todo.

Desdobrando o estudo da dinâmica populacional metropolitana por município, consegue-se visualizar mais claramente o processo da redistribuição espacial da população na Baixada Santista, tanto sob o ponto de vista de sua magnitude, quanto de sua velocidade. Assim sendo, como pode ser verificado para outras regiões metropolitanas brasileiras, torna-se notável a desconcentração espacial da população dos municípios centrais para os mais periféricos, conformando-se o que se entende aqui por periferização.

Percebe-se que, ao longo do período considerado, os municípios centrais da região (Cubatão, São Vicente, Santos e Guarujá) tendem a manter ou diminuir a sua participação relativa, enquanto que os periféricos (Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe) tendem a aumentar seu peso no total da população regional. Mais especificamente, verifica-se que Santos, o polo regional, em 1970, representava mais de 50% da população da região, no entanto, sua participação foi paulatinamente reduzida ao longo dos anos, ficando restrita a cerca de 1/4 da população da RMBS em 2010.

Além disso, observa-se que a velocidade da perda de participação de Santos na população regional variou ao longo do período de tempo considerado. Isso porque, de 1970 para 1980, de 1980 para 1991, de 1991 para 2000 e de 2000 para 2010, os valores reduziram-se em torno de 10%, 8%, 6% e 3%, respectivamente.

Conforme pode ser verificado na Tabela 1, constata-se que essa redução na participação relativa não se deu por perda absoluta de população, ainda que o crescimento tenha sido relativamente pequeno nos períodos mais recentes. De fato, Santos vem perdendo participação relativa em função de seu baixo ritmo de crescimento populacional em relação aos demais municípios metropolitanos.

Observa-se igualmente que, a partir da década de 1990, os demais municípios do *core* metropolitano adjacentes a Santos seguem essa mesma dinâmica populacional. Cubatão, a partir dos anos 1980, apresenta, mesmo que suavemente, contínuo decréscimo em sua participação relativa. Não é demais lembrar que é a partir desse período que se sentem os efeitos mais pronunciados da crise econômica e do ajuste fiscal neste município. São Vicente e Guarujá seguem a mesma tendência a partir de 1991 e 2000, respectivamente.

Em contrapartida, os demais municípios periféricos metropolitanos apresentaram aumento em sua participação, ainda que a primazia da ocupação regional encontre-se restrita aos cinco municípios componentes do que vimos chamando de *core* metropolitano: Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá e Praia Grande. Mesmo em 2010, essas municipalidades, em seu conjunto, eram representativas de cerca de 85% da população da RMBS.

Logo, o processo de periferização ocorre com representatividade e de *facto* em Praia Grande, município que se apresenta como o mais importante vetor de expansão metropolitana da Baixada Santista. Em 1970, respondia por apenas 3% da população regional, passando para 15% no período mais recente. Além disso, ressalta-se que seu ritmo de crescimento, apesar da tendência de arrefecimento, continua alto em comparação às demais municipalidades, tendo como consequência a elevação de quase três pontos percentuais em sua participação relativa na população regional no último decênio.

Em suma, verifica-se que, assim como outras regiões metropolitanas brasileiras, a RMBS apresenta um baixo crescimento demográfico, especialmente em decorrência da aceleração da queda das taxas de fecundidades ocorrida nas últimas décadas e arrefecimento dos fluxos migratórios de longa distância. Todavia, ainda possui um grande potencial endógeno de redistribuição espacial da população, uma vez que continua apresentando grande disparidade interna na distribuição geográfica dos seus habitantes entre os municípios que a compõem. Este cenário fica bem claro entre aqueles que fazem parte do *core* metropolitano e os que integram a periferia metropolitana e regional.

**TABELA 1 – População residente, crescimento populacional e peso relativo da população. Municípios selecionados. RMBS – 1970-2010**

Unidade geográfica	População residente					Participação relativa (%)					Referência
	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010	
Bertioga (1)	3.575	4.233	11.473	30.039	47.645	0,55	0,44	0,94	2,03	2,86	<b>RMBS</b>
Cubatão	50.906	78.631	91.136	108.309	118.720	7,79	8,18	7,47	7,33	7,13	
Guarujá	94.021	151.120	210.207	264.812	290.752	14,39	15,72	17,23	17,93	17,47	
Itanhaém	14.515	27.464	46.074	71.995	87.057	2,22	2,86	3,78	4,88	5,23	
Mongaguá	5.213	9.928	19.026	35.098	46.293	0,80	1,03	1,56	2,38	2,78	
Peruíbe	6.966	18.411	32.773	51.451	59.773	1,07	1,92	2,69	3,48	3,59	
Praia Grande	19.694	66.004	123.492	193.582	262.051	3,01	6,87	10,12	13,11	15,75	
Santos S/Bertioga	342.055	412.444	417.450	417.983	419.400	52,35	42,91	34,21	28,30	25,20	
São Vicente	116.485	193.008	268.618	303.551	332.445	17,83	20,08	22,01	20,55	19,98	
<b>RMBS</b>	<b>653.430</b>	<b>961.243</b>	<b>1.220.249</b>	<b>1.476.820</b>	<b>1.664.136</b>	.	.	5,30	5,43	5,45	
Macrometrópole (MMP)	.	.	23.015.932	27.217.885	30.517.375	.	.	72,86	73,50	73,96	<b>ESP</b>
<b>ESP</b>	<b>17.771.948</b>	<b>25.042.074</b>	<b>31.588.925</b>	<b>37.032.403</b>	<b>41.262.199</b>	.	.	.	.	.	.

...

Unidade geográfica	Crescimento populacional							
	Nº absolutos				Taxa média anual (%)			
	70/80	80/91	91/00	00/10	70/80	80/91	91/00	00/10
Bertioga (1)	658	7.240	18.566	17.606	1,70	9,49	11,29	4,72
Cubatão	27.725	12.505	17.173	10.411	4,44	1,35	1,94	0,92
Guarujá	57.099	59.087	54.605	25.940	4,86	3,05	2,60	0,94
Itanhaém	12.949	18.610	25.921	15.062	6,58	4,82	5,08	1,92
Mongaguá	4.715	9.098	16.072	11.195	6,65	6,09	7,04	2,81
Peruíbe	11.445	14.362	18.678	8.322	10,21	5,38	5,14	1,51
Praia Grande	46.310	57.488	70.090	68.469	12,86	5,86	5,12	3,07
Santos S/Bertioga	70.389	5.006	533	1.417	1,89	0,11	0,01	0,03
São Vicente	76.523	75.610	34.933	28.894	5,18	3,05	1,37	0,91
<b>RMBS</b>	<b>307.813</b>	<b>259.006</b>	<b>256.571</b>	<b>187.316</b>	<b>3,94</b>	<b>2,19</b>	<b>2,14</b>	<b>1,20</b>
Macrometrópole (MMP)	.	.	4.201.953	3.299.490	.	.	1,88	1,15
<b>ESP</b>	<b>7.270.126</b>	<b>6.546.851</b>	<b>5.443.478</b>	<b>4.229.796</b>	<b>3,49</b>	<b>2,13</b>	<b>1,78</b>	<b>1,09</b>

**Fonte:** IBGE (Dados da amostra e do universo dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

(1) O município de Bertioga era um distrito de Santos até o Censo Demográfico de 1991. Para fins de comparação, seus valores foram considerados separados em relação ao polo regional desde o Censo Demográfico de 1970. O IBGE apenas disponibiliza os dados desagregados de Bertioga advindos do boletim da amostra para os de 1970 e 1980, logo os valores desses dois anos são referentes a tal fonte, enquanto os de 1991, 2000 e 2010 são relativos ao Universo, sem prejuízo para o curso das análises propostas pelo trabalho.

Atendo-se ao ritmo de crescimento populacional da região, fica ainda mais claro o panorama descrito anteriormente, visto que se o volume absoluto desse crescimento em muitas situações acaba não chamando a atenção, a intensidade de ocorrência do fenômeno em questão, revelada pelas taxas médias geométricas anuais de crescimento populacional, pode ressaltar importantes diferenciais em sua dinâmica demográfica e de ocupação do seu território. Sobrino (2007) corrobora tal assertiva ao afirmar que o processo de suburbanização/periferização encontra-se mais relacionado com o tamanho da população, enquanto a descentralização da ocupação associa-se melhor com a taxa de crescimento populacional.

Ainda observando Tabela 1, percebe-se que a RMBS apresentou uma sensível queda no ritmo de crescimento, passando do patamar de quase 4% a.a., nos anos 1970, para apenas 1,2% a.a., nos anos 2000. O processo de reestruturação produtiva e os ajustes fiscais dos anos 1990 afetaram intensamente a RMBS, contribuindo para o arrefecimento dos fluxos migratórios de longa distância destinados à região. Ademais, a aceleração da queda da taxa de fecundidade, a partir dos anos 1980, concorreu para acentuar essa redução do ritmo de crescimento. Característica peculiar à região, a falta de espaços propícios à expansão urbana, levando à saturação de quase totalidade de seu território ocupável, igualmente, foi um importante condicionante que contribuiu para intensificar a dinâmica demográfica em questão.

Contextualizando a intensidade do crescimento populacional da Baixada Santista com a MMP, constata-se que a região apresenta taxas de crescimento ligeiramente acima das observadas para a RMSP (1,64% a.a. - 1991/2000 e 0,97% a.a. - 2000/2010), para a macrometrópole como um todo (1,88% a.a. - 1991/2000 e 1,15% a.a. - 2000/2010) e para o Estado de São Paulo (1,78% a.a. - 1991/2000 e 1,09% a.a. - 2000/2010). Todavia, seus valores tendem a ser geralmente menores que as demais regiões metropolitanas do interior consideradas: RMC (2,54% a.a. - 1991/2000 e 1,81% a.a. - 2000/2010) e RMVLN (2,1 % a.a. - 1991/2000 e 1,29% a.a. - 2000/2010).

Esse último resultado, em linhas gerais, correlaciona-se com as tendências de expansão do ambiente construído ao longo da MMP. Isso porque, ilustra a seletividade espacial patente ao processo de desconcentração das atividades econômicas e da ocupação ao longo da MMP, o qual tendeu a privilegiar as outras unidades regionais interioranas da macrometrópole em detrimento da RMBS.

Se o ritmo de crescimento populacional para a Baixada Santista como um todo apresentou forte redução, principalmente nos anos 2000, quando a análise é feita por município, esse quadro muda. Em primeira linha, mesmo com o fato de em todos os casos ser constatada queda nas taxas, verifica-se uma nítida diferenciação do ritmo de crescimento entre eles. Da década de 1970 até os anos 2000, notou-se que o número de municípios que cresceram abaixo da média metropolitana

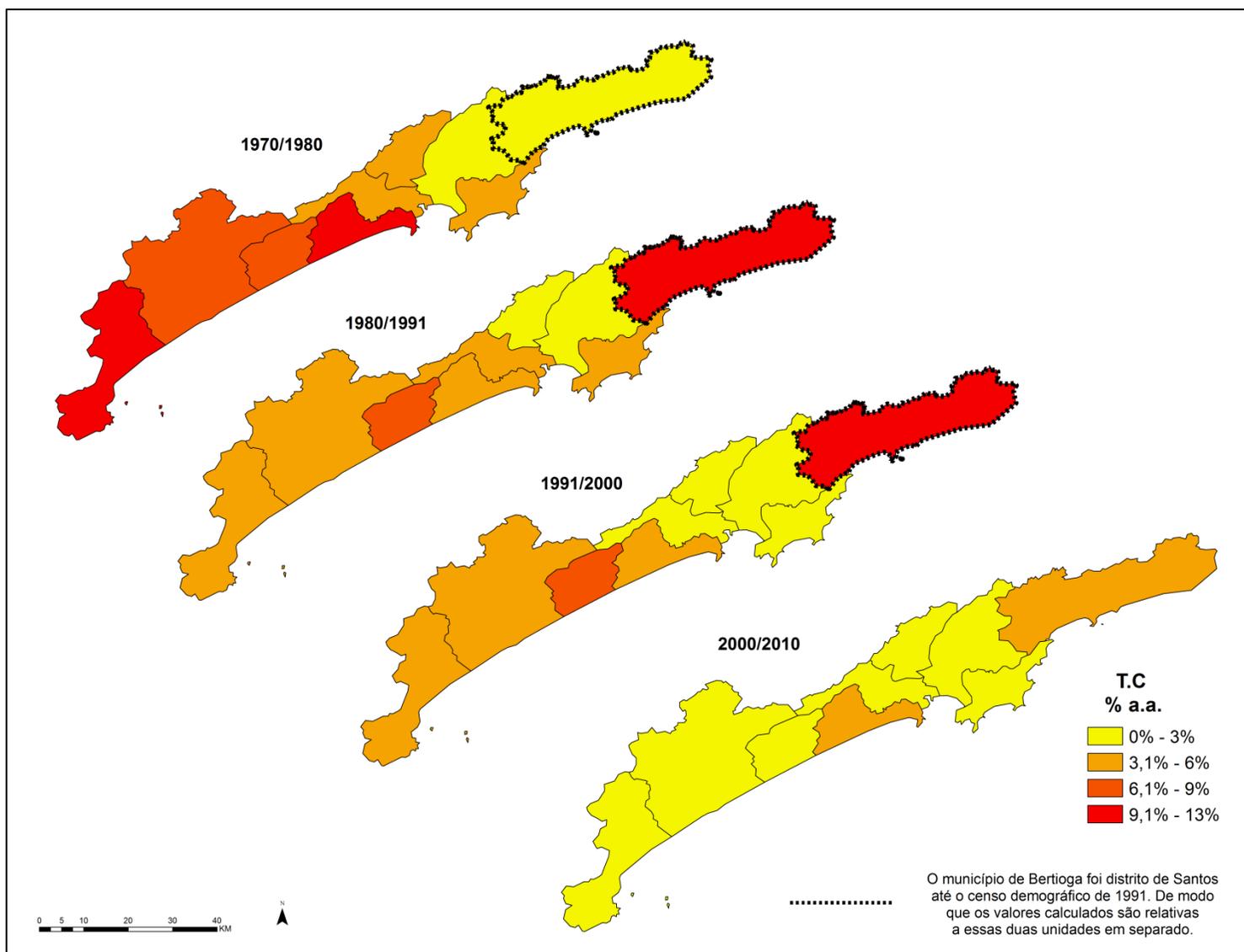
aumentou, sendo que, em 2000/2010, nitidamente, aqueles que compunham o *core* metropolitano – Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá – formaram o grupo em questão.

Santos, por exemplo, desde 1970, apresentou valores abaixo da média da RMBS, oscilando de 1,89 % a.a., em 1970-1980 até 0,03% a.a., em 2000-2010. Nesse caso específico, parece que fica claro que essa dinâmica populacional é determinada, tanto por condicionantes sociodemográficos mais gerais que afetam de forma comum os núcleos das regiões metropolitanas brasileiras, como a aceleração da queda da taxa de fecundidade e redução da imigração de origem externa, quanto por condicionantes endógenos à Baixada Santista. Neste último caso, cita-se a já mencionada saturação da ocupação da Ilha de São Vicente, a qual explica os valores extremamente reduzidos da taxa de crescimento populacional no município de Santos, principalmente nas três últimas décadas consideradas.

Por sua vez, os municípios que são considerados as principais “frentes” de expansão metropolitana – Praia Grande, Mongaguá e Itanhaém, ao sul, e Bertioga, ao norte – apresentaram taxas de crescimento sempre acima da média regional. Em específico, Praia Grande e Bertioga destacam-se ainda mais nesse quesito, tendo em vista que apresentaram valores muito acima da média regional em 2000/2010 (3,07% a.a. e 4,72% a.a., respectivamente), mesmo num período de menor ritmo de crescimento para a RMBS.

A visualização do Mapa 1 evidencia o fato de que o processo de desconcentração espacial, apesar da redução da intensidade do incremento populacional, ainda se mantém e talvez ganhe mais representatividade na dinâmica demográfica metropolitana. Isso porque, embora também apresentem tendência de redução de seu crescimento, os municípios periféricos sempre apresentam taxas geométricas de crescimento relativamente mais altas que a dos municípios centrais de ocupação mais antiga, marcando a intensidade do processo de dispersão da ocupação e periferização na região.

**MAPA 1** – Taxas geométricas médias anuais de crescimento populacional. Municípios selecionados. RMBS – 1970-2010



**Fonte:** IBGE (Dados do universo do Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Considerando que os processos de redistribuição espacial de população e de periferização de *facto* não respeitam os limites político-administrativos das municipalidades, a visualização da taxa de crescimento populacional segundo setores censitários permite observar sua variabilidade geográfica. Aliás, Sobrino (2007) ratifica essa perspectiva analítica ao afirmar que muito da extensão e ritmo do processo de suburbanização/periferização pode ser escamoteado em decorrência do uso de unidades espaciais analíticas muito agregadas.

Mais do que isso, o uso dos setores censitários, para a apresentação do indicador em questão, permite observar ou, no mínimo, vislumbrar as contiguidades socioespaciais do processo de ocupação metropolitana, mostrando-se com isso que, em uma área metropolitana como a Baixada Santista, as dinâmicas sociodemográficas não respeitam os limites político-administrativos, integralizando-se entre os municípios que compõem a região, mediante a atuação dos condicionantes da ocupação da região.

Dessa maneira, a partir da leitura do Mapa 2, verifica-se um quadro relativamente diferente do observado anteriormente para a escala municipal. Isso porque, municípios que figuravam com baixo crescimento populacional, em seu agregado territorial, exibem grande heterogeneidade interna. Essa realidade fica bem evidenciada nos municípios do *core* metropolitano.

Assim sendo, se nos setores censitários, correspondentes a Ilha de São Vicente em Santos e São Vicente, observou-se crescimento negativo ou próximo de zero, na zona continental de São Vicente, localizada na fronteira com Praia Grande e ao longo da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, constatou-se elevado ritmo de crescimento populacional, com valores acima de 5% a.a. Aí, seguindo a leitura de Negreiros (1992) do processo de expansão urbana da RMBS, configura-se o vetor de expansão urbana sul, que se estende ao longo da linha de costa até o município de Peruíbe. Da mesma forma, fica evidente o vetor de expansão noroeste, que ainda merece destaque pelos valores acima da média regional, em particular na zona mais ao norte de Cubatão às margens das Rodovias Anchieta e Imigrantes.

Por fim, o vetor de expansão urbana norte pode ser claramente identificado nos padrões espaciais de crescimento populacional, já que tanto na zona relativa ao distrito de Vicente de Carvalho, em Guarujá, como em Bertioga, neste caso, voltada às elites, registraram-se taxas acima de 5% a.a.

Não é demais lembrar que esses vetores de crescimento populacional correspondem, conforme se pode visualizar com o cartograma da janela do canto superior esquerdo do Mapa 2, aos mesmos vetores de expansão de domicílios detectados a partir da análise do mapa de crescimento médio anual dos domicílios, apresentado no apêndice a. Todavia, essa correlação espacial entre os indicadores de crescimento populacional de pessoas e domicílios não significa que as intensidades sejam as mesmas. De fato, se, em 2000/2010, a taxa de crescimento populacional da RMBS foi de

apenas 1,2% a.a., a registrada para os domicílios particulares permanentes foi de 2,1% a.a. Em alguns setores censitários, as discrepâncias foram ainda maiores: observou-se um crescimento domiciliar superior a 10% a.a., enquanto que a intensidade do crescimento populacional correspondente foi de maneira geral bem menor.

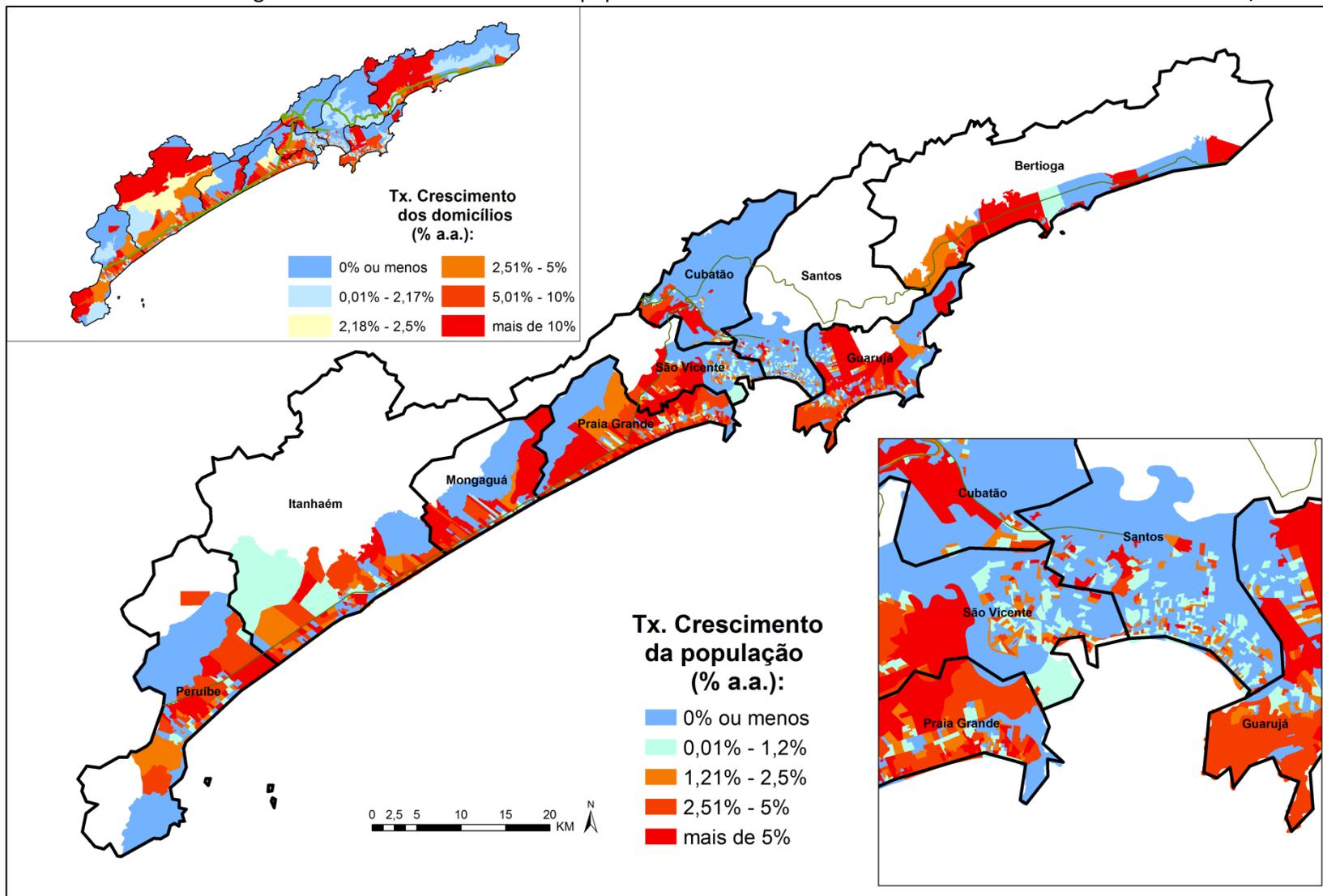
De acordo com Ojima (2016), o ritmo de crescimento dos domicílios mais elevado em relação ao populacional não é somente resultado das transformações sociais e econômicas vinculadas aos desdobramentos geográficos, discutidos por Harvey (2011), do processo de reestruturação produtiva, no qual os excedentes de capitais gerados no circuito de reprodução do capital passam a ser reinvestidos no mercado imobiliário em detrimento do processo produtivo. Mais do que isso, esse descompasso no ritmo de crescimento entre pessoas e domicílios também está ligado a mudanças na dinâmica demográfica. Por exemplo:

Uma das consequências da redução do ritmo de crescimento populacional brasileiro será a mudança na composição etária e nos arranjos domiciliares. Assim, uma família de casal jovem com filhos onde 5 pessoas ocupavam um mesmo domicílio, hoje mais envelhecido, deve ocupar pelo menos 3 domicílios. Um onde eventualmente permanecem os pais, mais idosos hoje. E outros onde vivem os filhos que, já adultos jovens, constituíram nova família ou vivem sós (OJIMA, 2016, p. 22-23).

Em suma, os domicílios tendem a possuir, em média, menos pessoas. Em contrapartida, em função da tendência de fragmentação das famílias, ilustrado pelo exemplo hipotético da citação anterior, espera-se uma maior proporção de domicílios, assim como, uma maior quantidade de cômodos por domicílio. Em uma sociedade tão heterogênea como a brasileira, no entanto, tal processo deve ser relativizado, tendo em vista que essas tendências de mudança nas famílias tendem a ocorrer em graus diferenciados nos diferentes grupos sociais que constituem a população do país.

Ainda segundo Ojima (2016), percebe-se que o crescimento populacional, mesmo em níveis mais baixos em comparação ao passado, ainda se constitui num indutor da dispersão urbana. Contudo, considerando outras variáveis sociodemográficas (arranjos domésticos, densidade domiciliar, etc.), nota-se que há elementos muito mais relevantes, que influem no processo de dispersão, periferação e metropolização da RMBS.

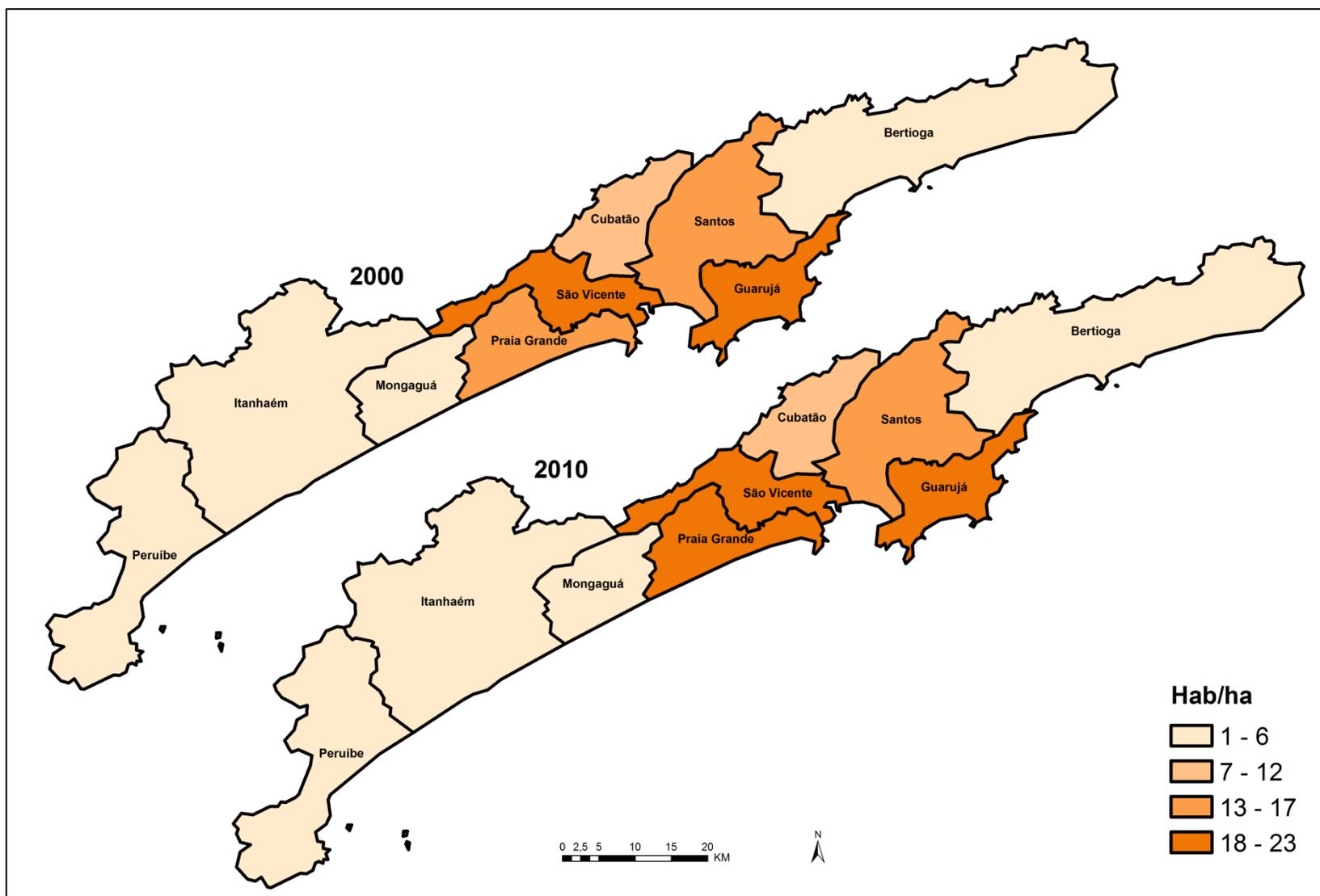
**MAPA 2 – Taxa média geométrica anual de crescimento populacional. Setores censitários urbanos selecionados. RMBS – 2000/2010**



Fonte: IBGE (Dados do universo dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Conforme apontado por Sobrino (2007), a densidade demográfica, ao lado da distribuição proporcional da população no território e das taxas de crescimento populacional, coloca-se como um indicador útil para avaliar o processo de redistribuição espacial da população nas áreas metropolitanas. Para a RMBS (Mapa 3), este indicador mostra uma relativa estabilidade de valores para os municípios do *core* metropolitano (Santos, por exemplo, repetiu o valor de 14,9 habitantes por hectare, em 2000 e 2010), fato que pode estar relacionado à saturação dos espaços destinados à ocupação, especialmente na Ilha de São Vicente. Por sua vez, as frentes de expansão metropolitana registraram aumentos mais significativos em suas densidades demográficas, destacando-se, principalmente, Praia Grande, que passou de 13 para 17,5 hab./ha, no período considerado.

MAPA 3 – Densidade demográfica. Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010



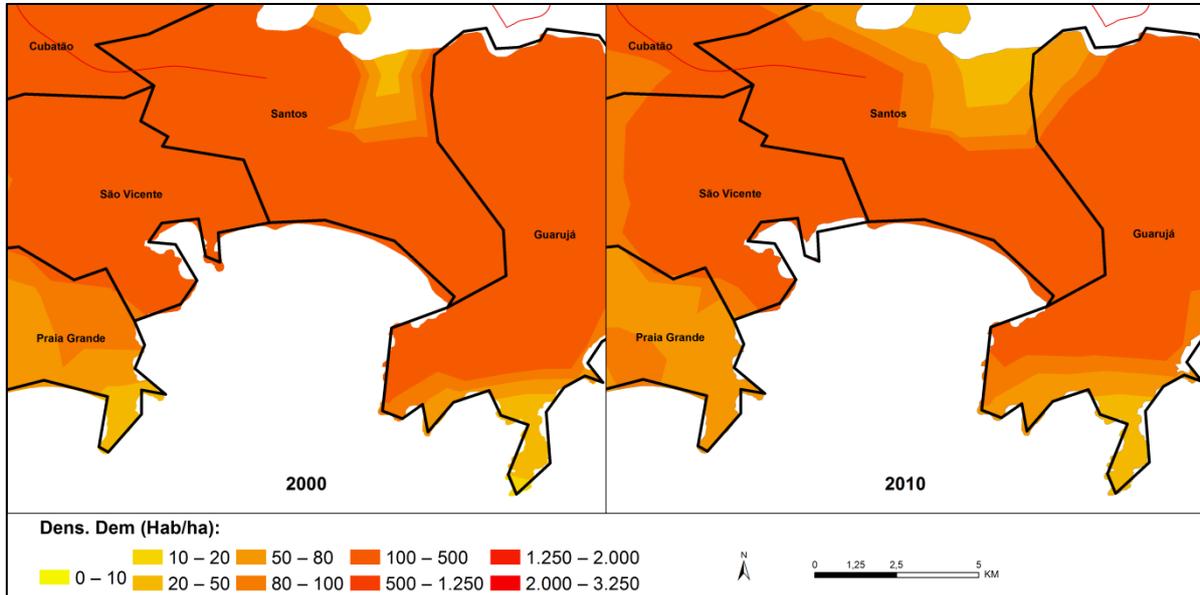
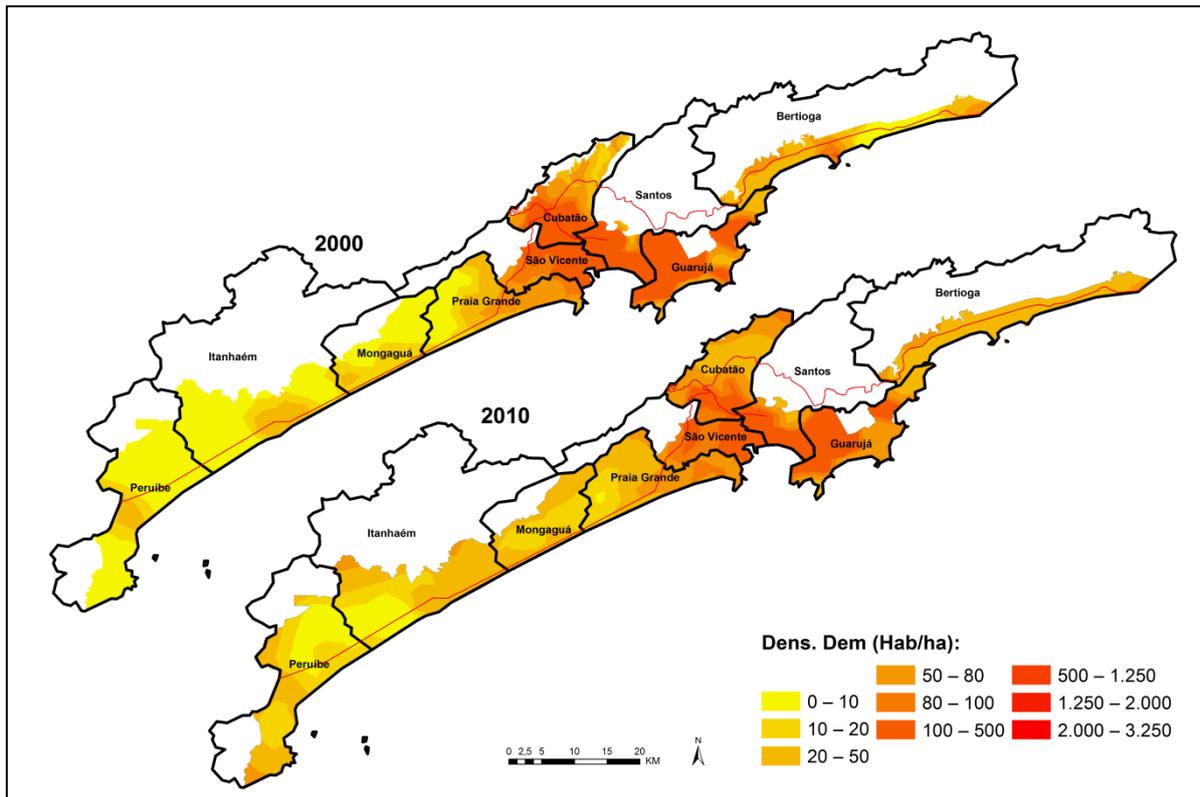
Fonte: IBGE (Dados do universo dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

A análise da densidade demográfica por setores censitários permite uma visualização mais precisa da distribuição da população ao longo da mancha urbana da Baixada Santista. Assim, conforme se pode notar na janela de *zoom* do Mapa 4, os maiores valores registrados são observados na Ilha de São Vicente, com valor médio de 232 e 243 habitantes por hectare, em 2000 e 2010, respectivamente. Ademais, percebe-se maior densidade populacional no vetor noroeste de expansão urbana, entre São Vicente e Cubatão, além da Ilha de Santo Amaro (município de Guarujá), conformando-se em uma mancha contínua de ocupação mais intensa<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Ao se realizar a análise da densidade demográfica por setores censitários urbanos, deve-se ter cuidado com a variação territorial dessas unidades de análise ao longo dos levantamentos em questão. Isso porque houve um aumento significativo dos setores urbanos de 2000 para 2010, o que parece explicar a nítida redução da densidade demográfica em alguns pontos da mancha urbana, a despeito do notório incremento da populacional no período em questão. Para se contornar essa questão, utilizaram-se os setores censitários compatibilizados entre os dois anos considerados.

**MAPA 4 – Densidade demográfica. Setores censitários urbanos selecionados. RMBS – 2000-2010**



Fonte: IBGE (Dados do universo dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Não por acaso, essa é a área de ocupação mais antiga da região e, portanto, aquela sujeita mais ostensivamente às limitações impostas pelos condicionantes à expansão urbana. Entre estes últimos podem-se citar: morros, mangues, estuário e áreas destinadas às atividades industriais e portuárias.

Por outro lado, percebe-se claramente um processo de adensamento populacional ao longo do vetor sul de expansão urbana, destacando-se Praia Grande, Mongaguá e Itanhaém. Da mesma forma, Bertioga também registra uma intensificação de sua ocupação, não mais restrita à área do condomínio/bairro “Riviera de São Lourenço”, mas também por todo o seu território urbano. Não é demais lembrar que essas são justamente as áreas que apresentaram crescimento populacional mais elevado, assim como, aquelas que receberam mais imigrantes metropolitanos ou oriundos da RMSP.

Em suma, a análise do processo de redistribuição espacial da população da Baixada Santista, nos últimos anos, apresentou nuances específicas relacionadas às peculiaridades de seus condicionantes da ocupação. Seguindo a proposta de Sobrino (2007)<sup>8</sup>, o qual propôs a existência de um "ciclo de vida" do processo de urbanização/metropolização das grandes aglomerações urbanas, conclui-se que a RMBS encontra-se na fase de suburbanização/desconcentração. Isso porque, a periferia apresenta um maior ritmo de crescimento populacional em relação à cidade central, apesar de ainda se registrar crescimento absoluto positivo nesta última.

Todavia, conforme se pode verificar nos mapas de densidade demográfica, a primazia do processo de ocupação até o momento é restrita ao que se chama aqui de *core* metropolitano, que ainda apresenta as maiores concentrações de população e as maiores densidades urbanas. Além disso, verificou-se que o processo de desconcentração populacional é tímido geograficamente, ficando restrito aos municípios adjacentes ao polo metropolitano.

De fato, o único vetor de expansão urbana com relevância metropolitana foi o município de Praia Grande, já que os demais municípios metropolitanos, embora apresentassem incremento absoluto em sua população e na sua participação relativa regional, não possuíam uma dinâmica de ocupação articulada com o polo. Tal questão ficará mais clara nas próximas seções quando se tratar das componentes sociodemográficas do processo de periferização metropolitana, por meio das quais se conseguirá ver com mais clareza as complementaridades socioespaciais estabelecidas entre os municípios da região.

---

<sup>8</sup> De acordo com Sobrino (2007), as etapas do processo de metropolização são: 1) urbanização, ou concentração, quando a taxa de crescimento demográfico da cidade central supera a da periferia; 2) suburbanização, ou desconcentração, quando a periferia alcança um maior ritmo de crescimento populacional em relação à cidade central; 3) desurbanização, ou despovoamento, quando a cidade central apresenta um saldo migratório negativo e prossegue até o decréscimo absoluto de sua população; e, 4) reurbanização, ou repovoamento, quando a cidade central retoma seu crescimento demográfico.

De qualquer forma, sob o ponto de vista da produção do espaço, outro fenômeno afeta a dinâmica de ocupação da região, o turismo e a segunda residência, que age como um condicionante da dinâmica sociodemográfica regional, já que uma ampla parcela do espaço urbano e dos serviços públicos é destinada, ou mesmo “reservada”, à população flutuante.

Conforme mostram os dados da Tabela 2, a população flutuante da RMBS corresponde a pouco mais da metade da população residente regional, com tendências a se reduzir. Assim como se pôde verificar para o estoque de domicílios de uso ocasional, constatam-se grandes diferenciais entre municípios, muito em função de sua inserção na dinâmica metropolitana regional, e em razão da disponibilidade em seu território da principal amenidade natural e mais valorizada da região: a praia.

Dessa maneira, enquanto São Vicente, que possui uma faixa de litoral mais restrita e exerce o papel de periferia metropolitana imediata de Santos, apresenta uma população flutuante que corresponde a apenas 10% de sua população residente, Bertioga, uma “estância balneária” por excelência, vê praticamente sua população triplicar no período. Além disso, em termos absolutos, a população flutuante deste último município tende a apresentar aumento em sua projeção de 2010 até 2017.

Por sua vez, conforme foi visualizado para os domicílios ocasionais, Praia Grande é o município que recebe o maior volume de população flutuante, apresentando em seu pico 346.673 pessoas, o que é representativo de 132,6% de sua população residente. Todavia, percebe-se uma tendência de redução do volume da população flutuante tanto em relação ao seu volume absoluto quanto ao seu peso relativo frente à população residente. Esse último resultado, em específico, parece estar associado ao fato de o município mudar seu papel de estância balneária para zona de expansão metropolitana, em um processo que vem ocorrendo nos últimos anos.

Em suma, além de induzirem a reserva de uma ampla parcela do território metropolitano, os largos contingentes de população flutuante recebidos pela região oneram os serviços de infraestrutura urbana, os quais, geralmente, são subdimensionados ao volume de pessoas que chegam aos municípios nos períodos de “alta temporada”.

Desse modo, os grupos sociais de menor status socioeconômico tendem a sofrer mais intensamente as consequências sociais negativas do processo de periferização metropolitana, uma vez que são obrigados a usufruir dos serviços de infraestrutura de baixa qualidade nas zonas residenciais segregadas, ainda mais pressionados com o aumento da demanda nos referidos períodos do ano.

**TABELA 2 – População flutuante projetada e peso relativo sobre a população residente. Municípios selecionados. RMBS – 2010-2017<sup>9</sup>**

Município		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Bertioga</b>	%	194,1	192,1	190,2	188,2	186,3	184,4	183,8	183,2
	abs.	92.120	94.132	96.188	98.288	100.434	102.627	104.958	107.341
<b>Cubatão</b>	%	-	-	-	-	-	-	-	-
	abs.	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Guarujá</b>	%	52,7	51,9	51,1	50,3	49,5	48,8	48,1	47,4
	abs.	153.146	152.101	151.063	150.032	149.008	147.993	147.108	146.228
<b>Itanhaém</b>	%	132,5	131,2	130,0	128,7	127,5	126,2	125,3	124,3
	abs.	115.182	115.610	116.040	116.471	116.904	117.338	117.875	118.414
<b>Mongaguá</b>	%	181,2	178,1	175,0	171,9	168,9	166,0	163,8	161,5
	abs.	83.691	83.754	83.817	83.880	83.943	84.004	84.138	84.272
<b>Peruibe</b>	%	98,2	97,1	96,1	95,0	94,0	93,0	92,1	91,3
	abs.	58.607	58.598	58.589	58.580	58.571	58.562	58.602	58.642
<b>Praia Grande</b>	%	132,6	129,4	126,3	123,2	120,3	117,3	115,1	112,9
	abs.	346.673	345.607	344.544	343.484	342.427	341.374	340.613	339.854
<b>Santos</b>	%	15,8	15,6	15,4	15,1	14,9	14,7	14,5	14,3
	abs.	66.329	65.489	64.660	63.841	63.033	62.235	61.499	60.772
<b>São Vicente</b>	%	11,5	11,2	10,9	10,6	10,3	10,0	9,7	9,5
	abs.	38.364	37.555	36.763	35.988	35.229	34.485	33.787	33.103
<b>RMBS</b>	%	<b>57,4</b>	<b>56,7</b>	<b>56,1</b>	<b>55,5</b>	<b>54,8</b>	<b>54,2</b>	<b>53,7</b>	<b>53,2</b>
	abs.	<b>954.112</b>	<b>952.846</b>	<b>951.664</b>	<b>950.564</b>	<b>949.549</b>	<b>948.618</b>	<b>948.580</b>	<b>948.626</b>

Fonte: Fundação Seade.

Apresentado o curso do processo de redistribuição espacial da população metropolitana na Baixada Santista nos últimos anos, além de suas especificidades locais, enfocam-se, no próximo item do trabalho, as suas componentes demográficas de forma a tentar desvendar as “forças” que explicam, de um lado, o baixo crescimento populacional como um todo e, de outro, as dinâmicas demográficas tão diferentes verificadas entre os municípios metropolitanos. Além disso, permite-se uma perspectiva analítica para além das contiguidades do processo de ocupação regional, podendo-se melhor compreender as complementaridades socioespaciais existentes ou vislumbradas entre os municípios da RMBS e, com isso, dimensionar melhor a extensão do processo de metropolização na região.

<sup>9</sup> Apesar de a Fundação Seade não divulgar a metodologia de estimação da população flutuante para os municípios turísticos da Baixada Santista, acredita-se que tenha um nível de acurácia aceitável a ponto de ser considerada para a presente análise, tendo em vista que se aproxima daquelas procedidas para os mesmos anos por outros estudos. Godinho (2008), por exemplo, através dos dados mensais de consumo da SABESP, estimou uma população flutuante de 1.263.860 pessoas para o ano de 2010 na RMBS como um todo, excluindo Cubatão. No mesmo período, conforme se pode verificar através da tabela 2, a Fundação Seade estimou tal contingente em 954.112 pessoas para a região em questão. De toda forma, salienta-se que tais estimativas não são fruto de adivinhações, mas tão somente metodologias calcadas no uso de variáveis sintomáticas sensíveis às populações flutuantes. Logo, as diferenças nas projeções tendem a se remeter à escolha dessas variáveis e do método utilizado, do que propriamente na robustez das estimativas.

### 3. O peso da migração

Conforme foi enunciado anteriormente e confirmado pelos dados da Tabela 3, quando se consideram as componentes do crescimento populacional metropolitano<sup>10</sup>, é possível observar claramente a variação, tanto em termos temporais quanto espaciais, da participação relativa da migração sobre o crescimento populacional na RMBS. De fato, a importância do peso da componente migratória sobre o processo de REP nas metrópoles do século XXI pode ser verificada em outros contextos metropolitanos, tanto brasileiros como pode ser visto em Cunha; Silva e Farias (2017), quanto de outras partes do mundo.

Mais uma vez, reportando-se à leitura de Sobrino (2007) sobre o processo de metropolização das grandes aglomerações urbanas do México, o autor afirma que o crescimento demográfico dos distintos contornos metropolitanos é produto da combinação da componente natural ou vegetativa e do componente migratório. Pode-se dizer que, nos anos 2000, a componente natural passou a apresentar pouca variação ao longo do tecido metropolitano, enquanto que o componente migratório (migração e mobilidade residencial) opera como o principal mecanismo do processo de suburbanização/periferização.

De maneira geral, é justamente esse o quadro sociodemográfico que se percebe para a Baixada Santista nos últimos anos, uma vez que a componente natural apresenta baixa contribuição para o crescimento populacional, com tendência à convergência entre os municípios metropolitanos.

A análise dos indicadores das Taxas Brutas de Natalidade (TBN) e Taxas de Fecundidade Total (TFT)<sup>11</sup> – (Tabela 3), evidencia que tanto a natalidade quanto a fecundidade na RMBS vêm se apresentando com valores muito reduzidos, sendo que para o último indicador, abaixo do nível de reposição da população que, segundo os demógrafos, seria a média de 2,1 filhos por mulher. Em 2016, os municípios que apresentavam os maiores valores para a TBN e TFT eram, respectivamente, Bertioga e Peruíbe, o qual, justamente, registrava o nível de reposição citado anteriormente para a fecundidade. Por sua vez, Santos apresentava uma natalidade de apenas 10,7 crianças nascidas vivas para cada mil pessoas e fecundidade de 1,5 filhos por mulher; a região como um todo exibia

---

<sup>10</sup> As componentes do crescimento populacional podem ser sintetizadas pela chamada equação “compensadora” ou “balanceadora” da demografia:  $P^f = P^i + (N - O) + (I - E)$ . Onde: P = população no momento inicial (i) e final (f); N = nascimentos no período; O = óbitos no período; I = imigração; E = emigração.

<sup>11</sup> Não se podem perder de vista as diferenças técnicas e analíticas entre taxa de natalidade e taxa de fecundidade. Enquanto a primeira é obtida pelo quociente entre nascidos vivos e a população total em determinado ano, a segunda é derivada de taxas específicas por idade calculadas pelo quociente entre os nascidos vivos por idade da mãe e o número de mulheres naquela idade. Assim, enquanto o primeiro indicador diz respeito à intensidade de nascimento na população como um todo, o segundo refere-se ao número médio de filhos por mulher. Embora ambos os indicadores estejam relacionados com a reprodução da população e com a quantidade de nascimentos ocorridos, o primeiro deles sofre o efeito da estrutura etária, ao passo que o mesmo não acontece com o segundo. De qualquer maneira, com a pouca variação da estrutura etária na RMBS, as taxas de natalidade apontam para a mesma tendência de queda do número de nascimentos que a taxa de fecundidade.

igualmente TBNs e TFTs reduzidas, com valores de 13,5 crianças nascidas vivas para cada mil pessoas e 1,8 filhos por mulher.

Mais do que isso, conforme mostra a última coluna da Tabela 3, verifica-se uma tendência de convergência dos valores da natalidade e da fecundidade entre todos os municípios da RMBS. Se, em 2000, a diferença entre a maior e a menor fecundidade era de 1,2, em 2016, foi de apenas 0,6. A mesma dinâmica se percebeu para a natalidade que passou de 8,1 para 7,3 no período. Como consequência, o crescimento demográfico diferencial entre as diversas subáreas que compõem a região tende a não receber a contribuição da fecundidade diferencial entre centro e periferia, conforme se viu no passado.

**TABELA 3 – Taxa Bruta de Natalidade – TBN (1) e Taxa de Fecundidade Total – TFT (2) Municípios selecionados. RMBS – 1994-2016**

Medida	Ano	Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruibe	Praia Grande	Santos	São Vicente	RMBS	Diferença entre o maior e o menor valor
TBN	1994	21,6	22,7	23,1	21,4	18,5	22,1	19,8	15,0	20,0	-	8,1
	2000	24,0	23,0	21,5	19,7	22,1	24,2	20,1	14,9	18,8	19,1	9,4
	2010	20,0	15,6	15,6	15,9	14,7	18,2	15,1	11,7	15,2	14,7	8,3
	2016	18,0	13,4	14,5	13,9	14,6	15,3	14,8	10,7	13,7	13,5	7,3
TFT	1994	2,4	2,4	2,5	2,6	2,2	2,7	2,3	1,8	2,2	2,2	0,9
	2000	2,4	2,4	2,3	2,2	2,7	2,9	2,2	1,7	2,1	2,1	1,2
	2010	2,2	1,8	1,8	2,1	2,0	2,4	1,8	1,5	1,8	1,8	0,9
	2016	2,0	1,8	1,9	1,9	1,8	2,1	1,8	1,5	1,8	1,8	0,6

**Fonte:** Datasus (Estatísticas vitais, 1994; 2000; 2010; 2016).

(1) Número de crianças nascidas vivas para cada mil habitantes.

(2) Número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva.

**Nota:** Não se procedeu a nenhuma correção dos indicadores em questão, mediante técnicas de estimação indireta dos mesmos, tendo em vista as Estatísticas Vitais para o Estado de São Paulo serem reconhecidamente de boa qualidade, não requerendo tal tipo de ajuste para o dimensionamento fidedigno à realidade do referido fenômeno. Além disso, considerando-se que, em linhas gerais, não se observam grandes diferenciais na estrutura etária dos municípios da RMBS, não se procedeu a uma padronização direta das TBNs, tendo em vista, os possíveis efeitos de composição não produzirem grandes influências em seus níveis a ponto de inviabilizarem comparações entre os valores.

Paralelamente ao processo descrito nos parágrafos anteriores, observa-se mais recentemente a diminuição da participação relativa da migração sobre o crescimento populacional (Tabela 4)<sup>12</sup>, assim como foi visualizado para o México por Sobrino (2007). Isso porque, quando se analisa o peso da migração no crescimento populacional, chama a atenção sua redução entre os dois períodos, para os quais se possuem dados para a região como um todo: se, em 1991/2000, este componente respondia por cerca de 46% do incremento populacional, em 2000/2010, foi responsável por apenas 26,8%. Concorre para gerar tal quadro a já mencionada retração da

<sup>12</sup> Deve-se lembrar que, em função do Censo Demográfico de 1991 não ter respeitado uma periodicidade decenal, os três períodos considerados são diferentes entre si, com tamanhos de 11, 9 e 10 anos. Fato que pode ter influência, e, por isso, deve ser levado em conta na comparabilidade dos dados, ainda que as diferenças não sejam tão grandes.

imigração para a região, especialmente aquela de origem interestadual, conforme poderá se observar com mais detalhe na próxima seção do trabalho.

No entanto, se para toda a RMBS a importância da migração para o crescimento populacional diminuiu, é notória a heterogeneidade de seu papel na dinâmica de crescimento populacional dos diferentes municípios e para o processo de redistribuição espacial no intervalo de tempo em questão.

De fato, para os municípios do *core* metropolitano, à exceção de Praia Grande, no período 1991/2000, os valores correspondiam a -3.711,5% para Santos, 11,9% em Cubatão, 38,1% no Guarujá e 6,7% em São Vicente, passando para -952%, -32,2%, -25,3%, -4,6%, respectivamente, no decênio seguinte<sup>13</sup>. Não se pode deixar de relacionar esse resultado ao fato de serem essas áreas justamente aquelas onde se encontra maior saturação quanto ao processo de ocupação, sendo, portanto, o que justificaria, em grande medida, os saldos migratórios negativos.

Ressalta-se que os valores desproporcionais do indicador analisado para Santos, em relação aos demais municípios da RMBS, são reflexos da combinação entre saldos migratórios negativos expressivos e um crescimento natural também reduzido que não é capaz de se sobrepor às perdas demográficas decorrentes do processo migratório. De certa forma, esse resultado mostra-se surpreendente quando comparado com os polos das demais RMs que compõem a macrometrópole paulista (CUNHA et al., 2013), nos quais tais valores tão elevados não são observados, apesar de seguirem a tendência de baixa contribuição da migração para crescimento populacional. O que fica evidente é que Santos, em sua função de polo metropolitano, está submetido às mesmas dinâmicas sociodemográficas (reduzido crescimento vegetativo, diminuição da migração de origem externa e perdas populacionais para as periferias metropolitanas) verificadas para diferentes contextos metropolitanos do Brasil (CUNHA; SILVA; FARIAS, 2017). Todavia, em decorrência das especificidades na ocupação de seu território, as dinâmicas sociodemográficas, associadas ao processo de expansão urbana da região em que se encontra inserido, acabam por assumir certas particularidades não observadas em outras metrópoles.

Por sua vez, não por acaso, as principais frentes de expansão metropolitana e regional – Praia Grande e Bertioga –, ainda que tenham registrado diminuição nos valores, foram as municipalidades que apresentaram maior peso relativo da migração no crescimento populacional, com percentuais acima de 60%. Além disso, os demais municípios do litoral sul (Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe), igualmente, seguiram tal tendência, exibindo altos valores.

---

<sup>13</sup> Os valores negativos podem chamar a atenção, mas eles estão corretos e apenas mostram que a migração líquida negativa nestes municípios teria implicado uma redução da população não fosse o efeito contrário do crescimento natural.

**TABELA 4** – Participação relativa da migração no crescimento populacional, saldo migratório e taxa média anual de migração líquida (1). Municípios selecionados. RMBS – 1980-2010

Municípios	Participação relativa da migração sobre o crescimento populacional no período (%)			Saldo migratório no período (Nº abs.)			Taxa média anual de migração líquida (% a.a.)		
	80/91	91/00	00/10	80/91	91/00	00/10	80/91	91/00	00/10
Bertioga (2)	.	83,2	63,6	.	15.444	11.200	0,0	8,3	2,9
Cubatão	-79,3	11,9	-32,3	-9.922	2.043	-3.360	-1,1	0,2	-0,3
Guarujá	22,5	38,1	-25,3	13.277	20.826	-6.570	0,7	1,0	-0,2
Itanhaém	53,9	73,2	49,5	10.032	18.963	7.460	2,5	3,6	0,9
Mongaguá	69,9	82,9	69,9	6.358	13.320	7.820	4,0	5,5	1,9
Peruíbe	62,2	66,9	20,2	8.932	12.501	1.680	3,2	3,3	0,3
Praia Grande	72,0	74,7	68,3	41.404	52.371	46.740	4,0	3,7	2,1
Santos	-913,0	-3.711,4	-952,0	-	-	-	-1,0	-0,5	-0,3
São Vicente	36,8	6,7	-4,6	27.852	2.349	-1.320	1,1	0,1	0,0
RMBS	0,0	46,0	26,8	52.228	118.035	50.170	0,4	1,0	0,3

Fonte: Fundação Seade.

(1) Taxa de migração líquida anual é dada por:  $TML = \left( \frac{sm}{\bar{p}} \right) * 100 / t$ . Onde: TML é a Taxa de migração líquida anual, sm é o saldo migratório no período,  $\bar{p}$  é a população no meio do período e t são os anos do período analisado.

(2) No período 1980-91, o município de Bertioga era distrito de Santos, por isso, seus valores para o referido período apresentam-se zerados.

A análise do papel da migração sobre o crescimento populacional pode ser mais bem balizada e dimensionada através do volume da migração e de sua intensidade ao longo período de tempo considerado (Tabela 4). Assim sendo, constata-se que realmente a redução do peso da migração sobre o crescimento populacional da RMBS é justificada pelos seus seguidos decréscimos durante as últimas décadas. Mesmo considerando a comparação entre um período menor que outro (1991-2000, com 9 anos e, 2000-2010, 10 anos), verificou-se que o saldo migratório da região reduziu-se para pouco menos de sua metade, comparando-se os anos 1990 com os anos 2000, ainda que ostente valores positivos e relativamente altos no período mais recente.

Com relação à intensidade do fenômeno representado pelas taxas anuais de migração líquida, verifica-se um panorama parecido, visto que, se ainda eram relativamente altas, entre 1991 e 2000, apresentando o número de 1% a.a., entre 2000 e 2010, o indicador cai relevantemente para 0,3% a.a.

Desdobrando as taxas médias anuais de migração líquida por municípios, percebe-se a mesma discrepância, observada para os demais indicadores, de valores entre os municípios em função de sua posição na estrutura metropolitana. Os municípios mais centrais de ocupação mais antiga e saturada de seus territórios chegaram a apresentar inclusive taxas de migração negativas no último período considerado. Enquanto isso, os periféricos, de expansão metropolitana e regional, apresentaram taxas relativamente mais altas, como no caso de Praia Grande, 2,1% a.a., no decênio 2000/2010. Ressalta-se que, ainda assim, esse e os outros valores do indicador relativos aos demais municípios periféricos são menores que aqueles aferidos nas décadas anteriores, mostrando-se que, de fato, o arrefecimento da migração afeta a região como um todo, embora com intensidades diferentes.

Em suma, pôde-se observar, mais claramente e em pormenores, a importância da migração enquanto componente demográfico relevante para o processo de redistribuição espacial da população e metropolização da Baixada Santista. Tomada aqui enquanto uma variável demográfica verificou-se que, em determinados municípios, especialmente naqueles onde a expansão urbana está ativa, ela é o fator principal, apesar da tendência de arrefecimento de seu volume nos últimos anos.

Conforme já visto em outros trabalhos sobre a região, como o de Jakob (2003), o estudo da migração mostra-se imprescindível para se entender a expansão urbana na RMBS. Além disso, especificamente na última década, o fenômeno ganhou nuances específicas associadas à intensificação da incorporação da Baixada Santista no processo de metropolização expandida paulista. Dessa forma, a abordagem da migração, para além de sua dimensão demográfica—considerando o seu papel enquanto variável sociológica—, ajuda a entender a complexidade assumida enquanto fenômeno social em um contexto metropolitano como o da RMBS e suas repercussões no processo de redistribuição espacial da população deste recorte espacial.

### **3.1 As modalidades migratórias**

Até aqui foi possível aquilatar a importância da migração como componente do crescimento demográfico e do processo de redistribuição espacial da população na RMBS. Como se pode mostrar, mesmo que com pesos e impactos diferentes nos vários municípios e, claramente, num patamar de volume e intensidade bem menores nas décadas mais recentes, a migração tem contribuído significativamente para determinar a dinâmica demográfica regional e de suas cidades componentes. No entanto, o propósito deste estudo é ir mais além desse diagnóstico, no sentido de associar o processo migratório observado ao longo das décadas analisadas às transformações ocorridas nas formas de ocupação do espaço urbano regional e nas condições socioeconômicas da população.

Dessa maneira, considera-se central aprofundar a análise e recorrer a novos dados que permitam avaliar, a partir da consideração da origem e destino dos movimentos, elementos que sugiram tal associação. É assim que esta seção utiliza dados diretamente coletados pelo Censo Demográfico sobre residência anterior e atual dos migrantes. Na verdade, de forma a poder utilizar os censos de 2000 e 2010, a informação mais adequada seria a relativa à chamada “data fixa” que permite definir o migrante como aquele que cinco anos antes do recenseamento residia em um município distinto daquele onde foi recenseado. Chama-se atenção, portanto, para o fato de que os dados agora analisados, válidos para os quinquênios imediatamente anteriores ao censo, são diferentes dos utilizados na seção anterior.

A divisão dos movimentos migratórios segundo a origem e destino, mais que uma nova forma de olhar o dado, coloca-se como um recurso analítico importante no sentido de analisar o fenômeno da migração considerando sua complexidade. De fato, as causas e motivações dos fluxos migratórios mudam de acordo com a origem e destino dos movimentos, aqui qualificados em função de sua escala e contexto geográficos em que estão inseridos: interestadual, intraestadual<sup>14</sup> e intrametropolitano<sup>15</sup>. Logo, as modalidades migratórias – termo que se vem utilizando para denominar os movimentos, sobretudo, segundo o contexto geográfico de sua origem –, para além de meras classificações dos diferentes fluxos, são, em realidade, categorias analíticas úteis para o estudo da migração em sua complexidade adquirida na atualidade.

Assim sendo, ao se analisar o saldo migratório quinquenal<sup>16</sup> decomposto por modalidades migratórias (Tabela 5), permite-se uma leitura mais detalhada do papel da migração sobre a dinâmica demográfica da RMBS e de seus municípios, considerando-se sua posição no processo de redistribuição espacial da população na estrutura urbano-metropolitana. Isso porque, assim como se evidenciou a partir da análise do saldo migratório decenal para a região como um todo, o saldo

---

<sup>14</sup> Em decorrência de a RMBS fazer parte do processo de metropolização expandida paulista, estabelecendo complementaridades socioespaciais específicas com determinadas unidades regionais da macrometrópole paulista, percebeu-se que seria analiticamente produtivo desagregar a modalidade migratória intraestadual. Logo, considera-se enquanto modalidades migratórias distintas os movimentos com origem e/ou destino na RMSP, RMC, RMVPLN e os demais municípios paulistas.

<sup>15</sup> A migração internacional seria uma modalidade a ser levada em conta, todavia sua relevância enquanto contrapartida demográfica é ínfima (em torno de 2%, em 2010) para ser considerada para fins analíticos no presente estudo. Ressalta-se, contudo, que, em termos sociológicos, sua importância não pode ser desprezada.

<sup>16</sup> Mostra-se importante diferenciar o indicador em questão, do saldo migratório apresentado no item anterior, o qual cobre o período censitário como um todo. Neste último caso, trata-se de uma estimativa indireta da migração, calculada por meio da diferença entre o crescimento populacional e o crescimento vegetativo (dado pela diferença entre nascidos vivos e óbitos, obtido por meio das estatísticas vitais) no período considerado. O saldo migratório quinquenal, por sua vez, é uma estimativa direta da migração, calculada por intermédio do quesito de “data fixa” do censo demográfico. Cobrindo apenas o quinquênio anterior à data de referência do Censo Demográfico, embora não se constitua uma medida expressa para fins de cálculo da participação relativa da migração sobre o crescimento populacional (até mesmo por ser derivada de uma amostra estatística), possui a vantagem de poder ser decomposta segundo modalidades da migração. Para mais detalhes sobre as formalidades e pressupostos envolvendo as estimativas da migração ver Naciones Unidas (1972) e Rigotti (2011).

migratório quinquenal também se reduz do primeiro para o segundo período considerado (de cerca de 63.400 para 55.300 pessoas).

Desagregando-se o indicador analisado por modalidade migratória, destaca-se a diminuição expressiva do saldo migratório interestadual entre os quinquênios, mesmo que ainda tenha se mantido positivo. Se, em 1995-2000, era de 25.000 pessoas, em 2005-2010, foi de apenas 10.600, ou seja, menos da metade. Em uma dinâmica inversa, o saldo migratório com a RMSP apresentou-se em um patamar relativamente maior, acima de 40.000 pessoas, aumentando entre os dois quinquênios.

Este último resultado deixa claro que a Baixada Santista embora não tenha sido privilegiada no processo de dispersão das atividades econômicas ao longo da macrometrópole, participa ativamente do processo de dispersão da ocupação demográfica. Mais do que isso, recebe contingentes populacionais maciços diretamente da RMSP, a qual é, de fato, o principal emissor externo de migração para região, ao contrário das décadas anteriores, quando os movimentos de mais longa distância, interestaduais provenientes do Nordeste eram os mais importantes (JAKOB, 2003).

Analisando os saldos por município, chamam atenção os valores negativos verificados para todas as modalidades migratórias do polo metropolitano representado por Santos. No entanto, em termos de magnitude dos números, as perdas populacionais para os demais municípios da própria região (intrametropolitano) tendem a ser maiores do que aquelas verificadas para outras unidades da federação (-13.308 contra -2.311 pessoas, respectivamente, em 2005-2010).

Essas são as contrapartidas demográficas, de fato e de direito, dos condicionantes da ocupação na última década. Evidentemente, os saldos migratórios negativos intrametropolitanos estão associados aos condicionantes ligados à dinâmica do mercado de terras na Baixada Santista que faz, principalmente, da área insular de Santos, um espaço caro para se viver e saturado para a expansão do ambiente construído. Por outro lado, pode-se considerar que os saldos negativos interestaduais estejam vinculados à dinâmica do mercado de trabalho, afetado diretamente pelos efeitos da crise econômica do Estado brasileiro na década 1980 e do ajuste fiscal dos anos 1990, os quais trabalharam por restringir significativamente a oferta de empregos na região (COLANTONIO, 2009).

Apesar do menor volume de pessoas envolvidas, Guarujá segue o mesmo comportamento para todas as modalidades migratórias que o verificado para Santos. Contudo, Cubatão, embora apresente saldos intrametropolitanos negativos, que dobraram dos anos 1990 para os anos 2000, ainda exhibe valores positivos relativos para o balanço entre entradas e saídas de migrantes interestaduais, nos dois períodos considerados. Nesse caso, conforme salientado por Jakob (2003), as redes sociais remanescentes de décadas anteriores, quando os fluxos provenientes do Nordeste eram mais intensos, deveriam explicar a permanência de tais valores ainda relativamente altos.

Quanto aos demais municípios metropolitanos, ficou bem marcado quem participa de *facto* do processo de periferização metropolitana da Baixada Santista. Isso porque, somente São Vicente e Praia Grande apresentaram saldos migratórios intrametropolitanos positivos expressivos em termos numéricos. No primeiro caso, o saldo intrametropolitano registrado foi de 5.160 pessoas, em 1995-2000, e de 4.155 pessoas, em 2005-2010; constata-se para este município que igualmente relevantes foram os saldos interestaduais, de 5.828 pessoas no primeiro período considerado, e de 4.328 no último.

Já no caso de Praia Grande, enquanto principal frente de expansão metropolitana da RMBS, este município apresentou o maior saldo migratório intrametropolitano, 9.600 pessoas, em 1995-2000, valor que, na contramão da dinâmica de arrefecimento da migração, aumentou para 11.643 pessoas, em 2005-2010. Entretanto, esta municipalidade, assim como se percebe para os demais do litoral sul da região e Bertioga, possui os maiores saldos migratórios registrados nas trocas migratórias com a RMSP nos dois períodos considerados. Tais ganhos populacionais atingiram valor superior a 16.000 pessoas com tendência de incremento.

Tendo-se como pano de fundo o panorama esboçado pela análise do saldo migratório desagregado por modalidades, enfoca-se a partir de agora a imigração por modalidades (Gráfico 1), uma vez que tais tipos de movimentos são aqueles que, de fato, contribuem para o processo de expansão urbana dos municípios.

Sendo assim, a análise da imigração segundo a origem (ou modalidades) permite compreender melhor não apenas as diferenças entre os municípios quanto ao seu papel na rede urbana dentro da região metropolitana, mas também o motivo pelo qual, mesmo diante da forte queda da imigração para a região, alguns deles ainda continuam crescendo de forma significativa.

Dessa forma, mais uma vez, é possível distinguir padrões diferenciados de origem da migração entre os municípios do núcleo metropolitano (Santos e Cubatão) e os mais periféricos. Para os primeiros, ainda que em volume bem menor do que no passado, as modalidades de mais longa distância – interestadual e intraestadual – possuem maior representatividade do que aquelas de origem intrametropolitana.

Por outro lado, nas frentes de expansão metropolitana – Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Bertioga –, os fluxos intrametropolitanos e intraestaduais apresentam maior importância. Em vários casos, os fluxos intraestaduais são aqueles de maior participação, quadro este relacionado à, já mencionada, inter-relação das dinâmicas metropolitanas da RMBS e da RMSP. Sabe-se que muitos imigrantes provenientes de localidades mais ao sul da RMSP elegem a Baixada Santista como residência principal, mantendo seu local de trabalho naquela região.

Um aspecto importante a ser destacado, a partir da leitura do conjunto de dados absolutos e relativos sobre imigração – já discutido por Cunha (2011) e na seção teórica do presente artigo – é o

fato de que, embora as modalidades migratórias de curta distância apresentem maior participação relativa na composição da migração, não necessariamente exibiram incremento de seus volumes.

Fora a principal frente de expansão metropolitana representada por Praia Grande, a Baixada Santista como um todo e a maior parte de seus municípios não registraram crescimento absoluto dos movimentos migratórios advindos da própria RMBS e da RMSP. Em verdade, a alteração mais significativa que se viu foi a redução absoluta da imigração interestadual, a qual passou de 58.122 para 39.408 pessoas, de 1995-2000 para 2005-2010, respectivamente.

Como efeito desse rearranjo da imigração, efetivamente ocorreu a perda de participação relativa dos fluxos interestaduais no agregado da imigração. Em contrapartida, verificou-se o já discutido aumento do peso relativo da imigração intrametropolitana e da RMSP. De fato, conforme se pode consultar em Jakob (2003) para a RMBS, assim como pode ser visto em outros contextos metropolitanos brasileiros em Cunha (2015b), essas últimas modalidades já se destacavam em volume absoluto desde os primórdios do processo de metropolização das décadas de 1960 a 1980. No entanto, tendiam a ser escamoteadas, no que tange a sua participação relativa no agregado da migração metropolitana, pela imigração de mais longa distância que naquela época era mais intensa e volumosa e predominava no cenário migratório estadual e nacional.

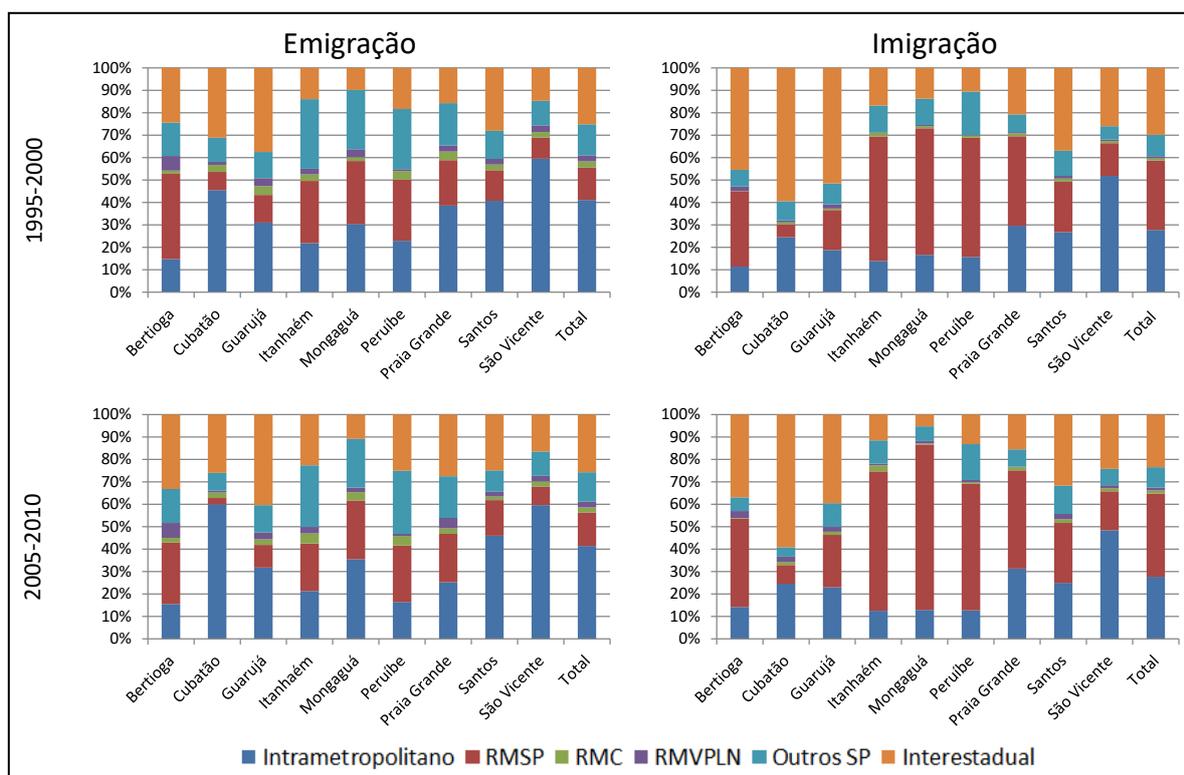
**TABELA 5 – Emigração, imigração e saldo migratório quinquenal por modalidades da migração. Municípios selecionados. RMBS –1995-2000 – 2005-2010**

Município	Modalidades	1995-2000					2005-2010				
		Emigrantes		Imigrantes		Saldo Migratório	Emigrantes		Imigrantes		Saldo Migratório
		Nº abs.	%	Nº abs.	%		Nº abs.	%	Nº abs.	%	
Bertioga	Intrametropolitano	217	14,8	1.022	11,4	805	446	15,5	1.163	14,3	717
	RMSP	557	38,0	3.028	33,7	2.471	786	27,4	3.202	39,2	2.416
	RMC	21	1,5	10	0,1	-11	60	2,1	24	0,3	-36
	RMVPLN	95	6,5	175	1,9	81	193	6,7	262	3,2	70
	Outras localidades SP	218	14,9	676	7,5	458	432	15,1	498	6,1	65
	Outras UF	358	24,4	4.084	45,4	3.726	954	33,2	3.010	36,9	2.056
	<b>Total</b>	<b>1.466</b>	<b>100,0</b>	<b>8.995</b>	<b>100,0</b>	<b>7.529</b>	<b>2.871</b>	<b>100,0</b>	<b>8.158</b>	<b>100,0</b>	<b>5.287</b>
Cubatão	Intrametropolitano	3.740	45,5	2.327	24,5	-1.414	5.105	60,0	1.866	24,6	-3.239
	RMSP	668	8,1	536	5,6	-132	242	2,8	631	8,3	390
	RMC	260	3,2	88	0,9	-172	205	2,4	107	1,4	-98
	RMVPLN	113	1,4	94	1,0	-18	66	0,8	173	2,3	107
	Outras localidades SP	886	10,8	804	8,5	-82	681	8,0	319	4,2	-362
	Outras UF	2.559	31,1	5.645	59,5	3.086	2.212	26,0	4.492	59,2	2.280
	<b>Total</b>	<b>8.226</b>	<b>100,0</b>	<b>9.494</b>	<b>100,0</b>	<b>1.267</b>	<b>8.511</b>	<b>100,0</b>	<b>7.588</b>	<b>100,0</b>	<b>-922</b>
Guarujá	Intrametropolitano	4.974	31,0	4.624	18,8	-350	4.490	31,8	3.155	23,0	-1.334
	RMSP	1.974	12,3	4.405	17,9	2.432	1.425	10,1	3.194	23,3	1.769
	RMC	642	4,0	154	0,6	-487	345	2,4	201	1,5	-144
	RMVPLN	570	3,6	455	1,8	-115	425	3,0	298	2,2	-128
	Outras localidades SP	1.861	11,6	2.310	9,4	449	1.732	12,3	1.439	10,5	-294
	Outras UF	6.020	37,5	12.679	51,5	6.659	5.702	40,4	5.428	39,6	-274
	<b>Total</b>	<b>16.041</b>	<b>100,0</b>	<b>24.627</b>	<b>100,0</b>	<b>8.587</b>	<b>14.119</b>	<b>100,0</b>	<b>13.714</b>	<b>100,0</b>	<b>-405</b>
Itanhaém	Intrametropolitano	826	21,9	2.263	13,9	1.437	1.170	21,3	1.901	12,5	731
	RMSP	1.044	27,7	8.989	55,4	7.945	1.161	21,2	9.457	62,2	8.296
	RMC	108	2,9	271	1,7	163	245	4,5	401	2,6	156
	RMVPLN	95	2,5	41	0,3	-54	158	2,9	124	0,8	-35
	Outras localidades SP	1.170	31,0	1.922	11,8	752	1.511	27,5	1.578	10,4	67
	Outras UF	528	14,0	2.736	16,9	2.208	1.240	22,6	1.747	11,5	507
	<b>Total</b>	<b>3.772</b>	<b>100,0</b>	<b>16.222</b>	<b>100,0</b>	<b>12.450</b>	<b>5.486</b>	<b>100,0</b>	<b>15.207</b>	<b>100,0</b>	<b>9.721</b>
Mongaguá	Intrametropolitano	629	30,4	1.916	16,6	1.287	951	35,5	1.353	12,9	402
	RMSP	583	28,1	6.511	56,4	5.928	698	26,1	7.758	73,7	7.060
	RMC	35	1,7	107	0,9	72	101	3,8	45	0,4	-55
	RMVPLN	72	3,5	74	0,6	2	54	2,0	118	1,1	64
	Outras localidades SP	548	26,5	1.348	11,7	800	581	21,7	693	6,6	112
	Outras UF	204	9,8	1.585	13,7	1.382	291	10,9	553	5,3	262
	<b>Total</b>	<b>2.070</b>	<b>100,0</b>	<b>11.541</b>	<b>100,0</b>	<b>9.471</b>	<b>2.675</b>	<b>100,0</b>	<b>10.520</b>	<b>100,0</b>	<b>7.845</b>

Município	Modalidades	1995-2000					2005-2010				
		Emigrantes		Imigrantes		Saldo Migratório	Emigrantes		Imigrantes		Saldo Migratório
		Nº abs.	%	Nº abs.	%		Nº abs.	%	Nº abs.	%	
Peruibe	Intrametropolitano	972	22,9	1.831	15,7	859	838	19,6	1.072	14,6	234
	RMSP	1.158	27,3	6.209	53,2	5.051	1.283	30,1	4.755	64,7	3.472
	RMC	163	3,8	109	0,9	-53	220	5,1	49	0,7	-171
	RMVPLN	39	0,9	17	0,1	-22	48	1,1	92	1,3	44
	Outras localidades SP	1.136	26,7	2.271	19,4	1.134	1.437	33,7	1.341	18,2	-96
	Outras UF	781	18,4	1.240	10,6	459	1.281	30,0	1.115	15,2	-167
	<b>Total</b>	<b>4.248</b>	<b>100,0</b>	<b>11.676</b>	<b>100,0</b>	<b>7.428</b>	<b>4.269</b>	<b>100,0</b>	<b>7.352</b>	<b>100,0</b>	<b>3.083</b>
Praia Grande	Intrametropolitano	4.157	38,6	13.766	29,7	9.609	3.148	25,2	14.791	31,3	11.643
	RMSP	2.186	20,3	18.475	39,8	16.289	2.704	21,6	20.664	43,8	17.959
	RMC	411	3,8	618	1,3	207	306	2,4	678	1,4	372
	RMVPLN	294	2,7	270	0,6	-23	579	4,6	93	0,2	-486
	Outras localidades SP	2.028	18,8	3.624	7,8	1.596	2.328	18,6	3.672	7,8	1.344
	Outras UF	1.700	15,8	9.657	20,8	7.957	3.433	27,5	7.333	15,5	3.900
	<b>Total</b>	<b>10.775</b>	<b>100,0</b>	<b>46.409</b>	<b>100,0</b>	<b>35.635</b>	<b>12.498</b>	<b>100,0</b>	<b>47.231</b>	<b>100,0</b>	<b>34.732</b>
Santos	Intrametropolitano	25.760	40,7	8.362	26,8	-17.398	20.056	46,0	6.747	24,9	-13.308
	RMSP	8.640	13,7	7.030	22,5	-1.610	6.955	15,9	7.243	26,8	288
	RMC	1.605	2,5	421	1,3	-1.184	677	1,6	446	1,6	-231
	RMVPLN	1.618	2,6	396	1,3	-1.222	943	2,2	621	2,3	-323
	Outras localidades SP	7.916	12,5	3.512	11,2	-4.405	4.131	9,5	3.429	12,7	-702
	Outras UF	17.754	28,0	11.531	36,9	-6.223	10.880	24,9	8.569	31,7	-2.311
	<b>Total</b>	<b>63.294</b>	<b>100,0</b>	<b>31.252</b>	<b>100,0</b>	<b>-32.042</b>	<b>43.643</b>	<b>100,0</b>	<b>27.056</b>	<b>100,0</b>	<b>-16.587</b>
São Vicente	Intrametropolitano	12.721	59,5	17.885	51,9	5.164	10.147	59,6	14.302	48,4	4.155
	RMSP	2.015	9,4	5.006	14,5	2.991	1.419	8,3	5.146	17,4	3.727
	RMC	519	2,4	327	0,9	-192	384	2,3	394	1,3	9
	RMVPLN	641	3,0	211	0,6	-430	420	2,5	392	1,3	-27
	Outras localidades SP	2.347	11,0	2.076	6,0	-271	1.845	10,8	2.161	7,3	316
	Outras UF	3.137	14,7	8.965	26,0	5.828	2.813	16,5	7.160	24,2	4.348
	<b>Total</b>	<b>21.379</b>	<b>100,0</b>	<b>34.470</b>	<b>100,0</b>	<b>13.091</b>	<b>17.027</b>	<b>100,0</b>	<b>29.555</b>	<b>100,0</b>	<b>12.528</b>
Total	Intrametropolitano	53.997	41,1	53.997	27,7	0	46.350	41,7	46.350	27,9	0
	RMSP	18.824	14,3	60.188	30,9	41.364	16.674	15,0	62.050	37,3	45.376
	RMC	3.762	2,9	2.105	1,1	-1.657	2.543	2,3	2.345	1,4	-198
	RMVPLN	3.536	2,7	1.734	0,9	-1.803	2.886	2,6	2.173	1,3	-713
	Outras localidades SP	18.110	13,8	18.541	9,5	430	14.679	13,2	15.129	9,1	450
	Outras UF	33.040	25,2	58.122	29,9	25.082	28.807	25,9	39.408	23,7	10.601
	<b>Total</b>	<b>131.270</b>	<b>100,0</b>	<b>194.686</b>	<b>100,0</b>	<b>63.416</b>	<b>111.100</b>	<b>100,0</b>	<b>166.382</b>	<b>100,0</b>	<b>55.282</b>

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

**GRÁFICO 1 – Emigração e Imigração por modalidades migratórias. Municípios selecionados RMBS –1995-2000 – 2005-2010**



Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Procedendo-se à leitura dos dados sobre origem da imigração transversalmente aos municípios (Gráfico 2), observa-se mais claramente o papel das diferentes modalidades migratórias em cada um deles e sua contribuição no processo de redistribuição espacial da população na região<sup>17</sup>. Assim sendo, verifica-se que Santos, em seu papel de polo regional, mantém a primazia enquanto residência dos imigrantes oriundos de outras unidades da federação. Em realidade, assim como visto em outras UFs, o núcleo metropolitano é a porta de entrada dos fluxos migratórios de mais longa distância, os quais, muitas das vezes, acabam por serem sucedidos por movimentos de curta distância para as periferias da RM (CUNHA; SILVA; FARIAS, 2017).

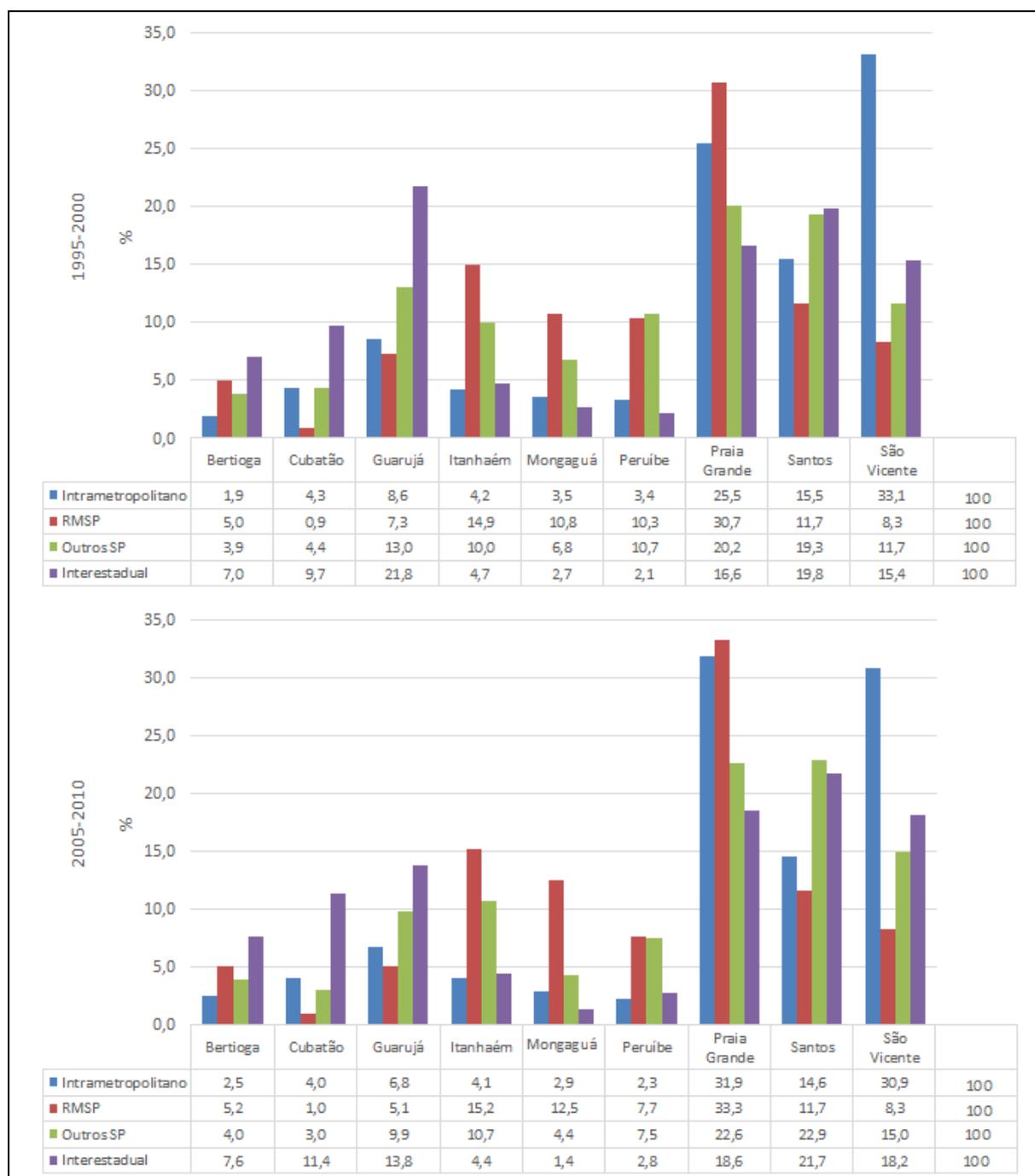
Já o município de Praia Grande mais uma vez se destaca na concentração dos imigrantes provenientes, tanto da RMSP, quanto da própria RMBS. Neste último caso, inclusive, passou a possuir a primazia da imigração intrametropolitana (31,4%), a qual, ainda era de São Vicente em 1995-2000, quando o município registrava 33,1% ante 25,5% de Praia Grande. Tal resultado reafirma o papel de Praia Grande enquanto periferia metropolitana “com dois centros”, já que mesmo o fluxo

<sup>17</sup> Para fins de elucidação de algumas particularidades da dinâmica migratória existente entre alguns municípios da RMBS, são apresentadas nos apêndices B e C as matrizes migratórias a partir das quais se construíram as Tabelas 5 e 6, Gráficos 1 e 2, além do Mapa 5.

com origem na metrópole paulistana também poderia ser classificado como “mobilidade residencial” nos termos propostos por Sobrino (2007), embora ocorra entre duas RMs distintas.

Além disso, chamou atenção igualmente o grande contingente de imigrantes da RMSP nos demais municípios do litoral sul. Como já observado a partir da análise dos saldos migratórios por modalidades, percebe-se que a dinâmica demográfica nessa parte da Baixada Santista, além dos fluxos intrametropolitanos, é também impulsionada por fluxos migratórios externos à região, resultado que, de certa forma, reforça o argumento, defendido pelo presente trabalho, segundo o qual tais municípios não fariam parte de *facto* do processo de periferização e metropolização regional, apesar de participarem do processo de desconcentração da ocupação ao nível da macrometrópole paulista.

**GRÁFICO 2 – Distribuição relativa das modalidades migratórias. Municípios selecionados RMBS –1995-2000 – 2005-2010**



Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

### 3.2 Os fluxos migratórios estruturantes

Apesar da importância da imigração externa na Baixada Santista, especialmente aquela originária de seu entorno imediato, a mobilidade residencial ainda é um elemento estruturante da sua redistribuição espacial da população, como também das complementaridades e articulações socioespaciais entre os municípios metropolitanos que dão unidade à região. De fato, esse é um dos principais fluxos topográficos que definem a extensão do fenômeno metropolitano na região, assim

como sua dimensão sociodemográfica, tendo em vista que tal extensão também é definida pelo espaço de vida dos cidadãos metropolitanos.

Dessa maneira, como pode ser visto em outros contextos metropolitanos nacionais, os fluxos migratórios direcionados a todos os destinos da RMBS (Tabela 6) remetem a uma realidade na qual o polo metropolitano, representado por Santos, é o maior emissor de migrantes para os demais municípios da região. Em 1995-2000, era responsável por quase a metade dos mesmos, embora, em 2005-2010, este percentual tenha se reduzido, porém continua muito significativo, 43,3%.

Nesse caso, verifica-se a principal contrapartida sociodemográfica dos condicionantes relacionados à produção do espaço metropolitano. De fato, a exiguidade de novos espaços para ocupação, mas, principalmente, os altos preços do solo, além da legislação urbanística altamente seletiva, em Santos, justificam o êxodo de grandes contingentes populacionais desse município.

São Vicente, Guarujá e Cubatão, em menor medida, também se destacaram na emissão de migrantes intrametropolitanos. Nesse caso, ao mesmo tempo com que partilham alguns condicionantes dos movimentos populacionais, com Santos, igualmente estão sujeitos à outra ordem de fatores específicos que os colocam na posição de periferias metropolitanas, receptoras de migrantes intrametropolitanos, provenientes em sua maioria do município polo.

Em Cubatão, particularmente, chamou atenção o seu expressivo ganho de participação relativa nas emissões de migrantes intrametropolitanos do primeiro para o último período considerado (de cerca de 7% para 11%). Os efeitos mais pronunciados do processo de reestruturação produtiva, principalmente quanto ao encolhimento das ofertas de emprego nas indústrias, contribuíram para a não fixação de um volume relativamente amplo de população nesse município. Da mesma maneira, pode-se supor que os ainda relativamente elevados fluxos migratórios de longa distância destinados a essa municipalidade tendem a ser sucedidos por movimentos de mais curta distância em âmbito metropolitano.

Atentando-se aos principais destinos metropolitanos indicados na Tabela 6 – Praia Grande e São Vicente –, ressalta-se novamente a primazia de Santos enquanto principal local de origem dos fluxos migratórios intrametropolitanos direcionados aos municípios em questão. Em São Vicente, o polo chega a responder por mais de 70% da mobilidade residencial recebida.

Além das complementaridades socioespaciais estabelecidas entre as duas cidades, a histórica contiguidade socioespacial do processo de ocupação na Ilha de São Vicente explica esse papel de periferia metropolitana assumida por São Vicente em relação a Santos. Ademais, o fato de possuir uma área continental ainda não totalmente saturada à ocupação, conforme mostram as maiores taxas de crescimento populacional apresentadas nessa parte de seu território, também contribui para fazer do município a residência de muitos migrantes metropolitanos provenientes de Santos.

Não é demais salientar, conforme já foi visto no item anterior, que São Vicente vem progressivamente dividindo tal condição de expansão periférica metropolitana com Praia Grande. Daí o fato dos fluxos provenientes de Santos estarem se reduzindo, tanto em volume, quanto em peso relativo. Concorre, igualmente, para tais resultados, a saturação da ocupação dos espaços no município, especialmente em seu território insular.

Com relação à Praia Grande, os fluxos de primeira ordem<sup>18</sup> destinados ao município são oriundos de Santos e São Vicente. Entre os dois períodos considerados, chama atenção a inversão dos papéis entre os dois últimos municípios, já que, em 1995-2000, quem detinha a primazia era São Vicente, e, em 2005-2010, este papel passa a ser desempenhado por Santos. Em realidade, estes dados ilustram a formação do vetor de expansão urbano-metropolitano sul, onde, de fato, se consoma o processo de metropolização da Baixada Santista, tendo em vista que tal processo possui, conforme se poderá constatar na próxima seção do trabalho, contrapartidas claras, em termos de outros movimentos metropolitanos, especialmente aqueles relacionados à pendularidade para estudo ou trabalho.

Nos demais municípios periféricos da região, percebe-se que os fluxos não possuem significância em sua magnitude. Em termos relativos, o maior peso é de municípios adjacentes aos seus próprios territórios, embora se observe importância daqueles com origem no polo regional. Nesses casos, questiona-se se tais fluxos se constituem mobilidade residencial, não havendo, portanto, mudança de espaço de vida dos indivíduos envolvidos, ou se se trata de uma migração intrarregional associada aos mesmos aspectos, condicionantes, causas e motivações de movimentos migratórios de mais longa distância.

---

<sup>18</sup> Termo técnico emprestado da Teoria dos Grafos para designar o maior fluxo topográfico ou topológico direcionado a uma unidade geográfica.

**TABELA 6 – Migração intrametropolitana, por lugar de destino, segundo lugar de origem Municípios selecionados. RMBS –1995-2000 – 2005-2010**

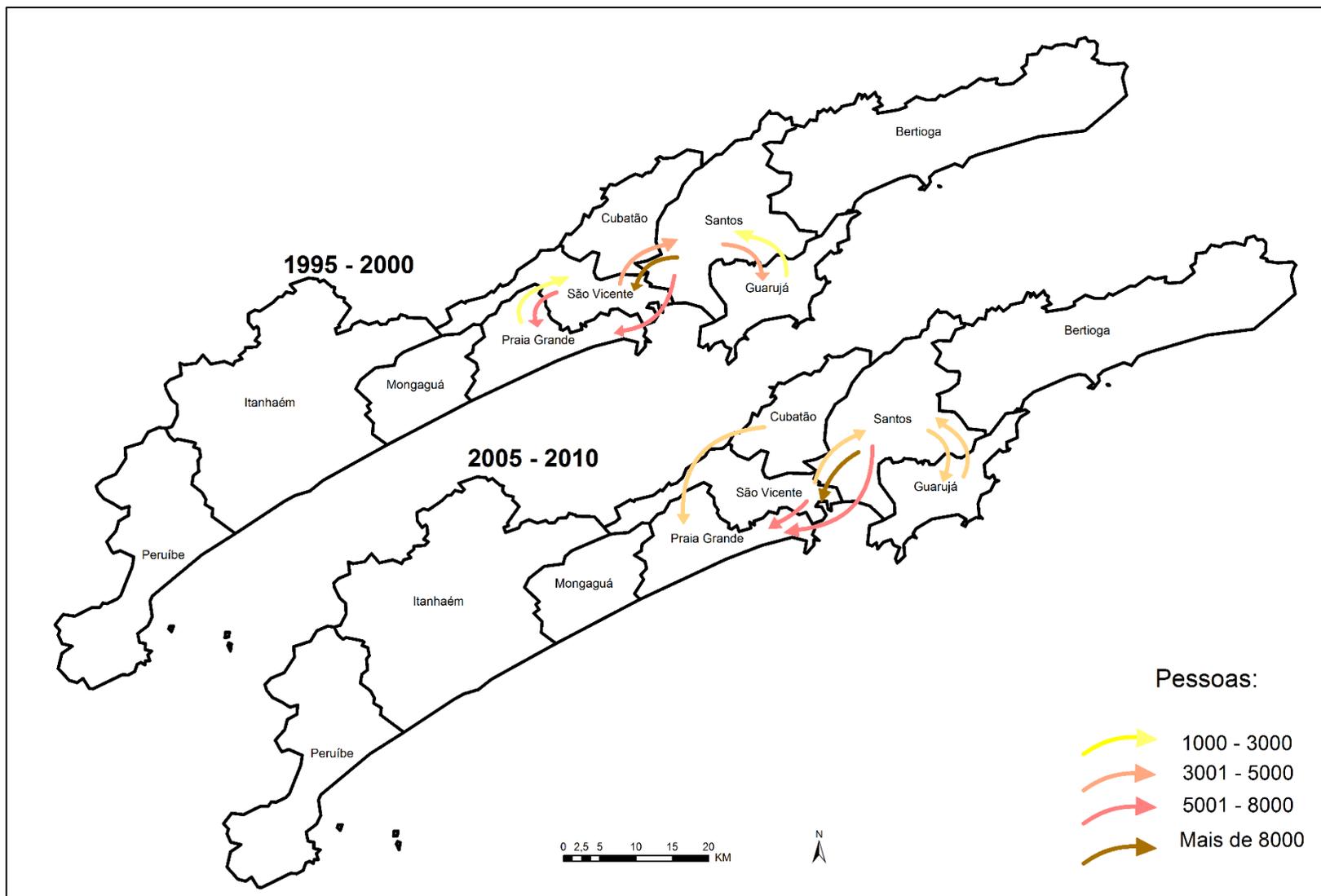
Local de residência há 5 anos	Local de residência na data de referência do censo				Local de residência há 5 anos	Local de residência na data de referência do censo			
	1995-2000		2005-2010			1995-2000		2005-2010	
	%	Nº abs.	%	Nº abs.		%	Nº abs.	%	Nº abs.
<b>Bertioga</b>					<b>Peruíbe</b>				
Bertioga	-	-	-	-	Bertioga	0,5	9	-	-
Cubatão	1,0	10	1,9	22	Cubatão	3,0	55	3,8	41
Guarujá	63,5	649	62,7	729	Guarujá	10,5	191	18,4	197
Itanhaém	-	-	4,2	48	Itanhaém	18,3	335	14,8	158
Mongaguá	-	-	6,3	73	Mongaguá	3,3	61	4,7	50
Peruíbe	-	-	2,3	27	Peruíbe	-	-	-	-
Praia Grande	3,3	34	1,0	12	Praia Grande	19,1	350	11,9	128
Santos	32,2	329	14,3	166	Santos	23,9	437	20,8	222
São Vicente	-	-	7,4	86	São Vicente	21,3	391	25,7	275
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>1.022</b>	<b>100,0</b>	<b>1.163</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>1.831</b>	<b>100,0</b>	<b>1.072</b>
<b>Cubatão</b>					<b>Praia Grande</b>				
Bertioga	0,6	14	2,2	41	Bertioga	-	-	0,1	12
Cubatão	-	-	-	-	Cubatão	7,0	961	13,6	2.015
Guarujá	4,0	93	4,4	82	Guarujá	5,9	808	3,6	529
Itanhaém	-	-	2,4	45	Itanhaém	0,8	109	2,4	353
Mongaguá	-	-	-	-	Mongaguá	1,8	241	2,4	358
Peruíbe	1,6	38	1,6	29	Peruíbe	0,6	80	1,9	286
Praia Grande	10,8	250	13,5	252	Praia Grande	-	-	-	-
Santos	51,9	1.209	40,4	755	Santos	41,2	5.672	38,5	5.696
São Vicente	31,0	722	35,5	663	São Vicente	42,8	5.895	37,5	5.542
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>2.327</b>	<b>100,0</b>	<b>1.866</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>13.766</b>	<b>100,0</b>	<b>14.791</b>
<b>Guarujá</b>					<b>Santos</b>				
Bertioga	1,3	59	3,4	106	Bertioga	1,4	114	2,9	193
Cubatão	3,5	162	4,9	154	Cubatão	13,8	1.153	18,5	1.251
Guarujá	-	-	-	-	Guarujá	21,9	1.829	23,9	1.611
Itanhaém	1,1	52	2,8	89	Itanhaém	0,9	77	3,1	211
Mongaguá	0,3	14	0,4	14	Mongaguá	0,6	53	1,3	90
Peruíbe	1,0	48	1,2	39	Peruíbe	2,8	231	3,1	210
Praia Grande	8,7	404	3,2	100	Praia Grande	9,0	751	11,9	802
Santos	69,9	3.233	67,0	2.114	Santos	-	-	-	-
São Vicente	14,1	652	17,1	540	São Vicente	49,7	4.155	35,3	2.380
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>4.624</b>	<b>100,0</b>	<b>3.155</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>8.362</b>	<b>100,0</b>	<b>6.747</b>
<b>Itanhaém</b>					<b>São Vicente</b>				
Bertioga	-	-	-	-	Bertioga	-	-	0,6	84
Cubatão	1,1	26	6,1	116	Cubatão	6,8	1.212	10,1	1.449
Guarujá	12,8	290	9,6	182	Guarujá	5,6	998	7,0	1.008
Itanhaém	-	-	-	-	Itanhaém	0,6	112	0,7	101
Mongaguá	7,9	178	17,0	323	Mongaguá	0,5	82	0,3	43
Peruíbe	11,8	267	8,6	163	Peruíbe	0,8	148	0,3	47
Praia Grande	19,8	447	12,7	241	Praia Grande	8,1	1.448	8,8	1.255
Santos	28,4	642	28,6	544	Santos	77,6	13.884	72,1	10.316
São Vicente	18,3	414	17,4	331	São Vicente	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>2.263</b>	<b>100,0</b>	<b>1.901</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>17.885</b>	<b>100,0</b>	<b>14.302</b>
<b>Mongaguá</b>					<b>Todos os destinos na RMBS</b>				
Bertioga	1,0	20	0,8	11	Bertioga	0,4	217	1,0	446
Cubatão	8,5	162	4,2	56	Cubatão	6,9	3.740	11,0	5.105
Guarujá	6,0	115	11,3	153	Guarujá	9,2	4.974	9,7	4.490
Itanhaém	7,4	141	12,1	164	Itanhaém	1,5	826	2,5	1.170
Mongaguá	-	-	-	-	Mongaguá	1,2	629	2,1	951
Peruíbe	8,3	159	2,7	37	Peruíbe	1,8	972	1,8	838
Praia Grande	24,6	472	26,5	359	Praia Grande	7,7	4.157	6,8	3.148
Santos	18,5	354	18,0	243	Santos	47,7	25.760	43,3	20.056
São Vicente	25,7	493	24,4	330	São Vicente	23,6	12.721	21,9	10.147
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>1.916</b>	<b>100,0</b>	<b>1.353</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>53.997</b>	<b>100,0</b>	<b>46.350</b>

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

A espacialização dos principais fluxos migratórios intrametropolitanos (Mapa 5) permite melhor visualizar o seu papel cada vez mais importante no processo de redistribuição espacial da população regional e dos vetores de expansão urbano-metropolitano. De fato, se os fluxos principais reduziram seu volume entre os dois períodos considerados, suas orientações centrífugas (sentido centro-periferia) foram mantidas, ilustrando o processo de periferização ativo que ainda registra a região.

Assim, o fluxo mais significativo identificado foi aquele entre Santos e São Vicente, com valores acima de 8.000 pessoas para os dois quinquênios considerados. Como será mostrado mais adiante, verifica-se que esse movimento é composto predominantemente por grupos sociais de baixo status socioeconômico. Essa realidade pode ser estendida também para os significativos fluxos entre Santos e Praia Grande e entre Santos e Guarujá, com valores acima de 5.000 pessoas, muito embora mais heterogêneos quanto ao status socioeconômico dos grupos sociais que estão envolvidos nos mesmos.

**MAPA 5** – Fluxos migratórios intrametropolitanos numericamente mais importantes (“data-fixa”). Municípios selecionados. RMBS –1995-2000 – 2005-2010



**Fonte:** IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Além dos fluxos migratórios intrametropolitanos terem uma composição sociodemográfica diferenciada, a depender de sua origem e destino, eles também se encontram vinculados a ordens de condicionantes distintos – sintetizados nas dinâmicas do mercado de terras e de trabalho (CUNHA, 1994; SOBRINO, 2007). Em um número crescente de casos, a mobilidade residencial metropolitana tem uma contrapartida socioespacial clara, principalmente da pendularidade para trabalho. Com isso, reforça-se o papel de tais fluxos topográficos no estabelecimento de complementaridades socioespaciais entre as unidades urbanas da região, além da consumação do processo de metropolização do espaço propriamente dito, ainda que não necessariamente se tenha conurbação entre as cidades.

Para o caso específico da Baixada Santista, a análise da mobilidade pendular permite de maneira muito eloquente dimensionar a extensão do fenômeno metropolitano na região, o qual, não necessariamente, coincide com sua extensão institucional. Ademais, contribui para o melhor entendimento da inserção e articulação socioespacial da RMBS, particularmente de alguns de seus municípios, na macrometrópole paulista, visto que, em muitos contextos, observam-se mais ligações com o planalto do que com outros municípios da própria baixada.

### **3.3 As complementaridades socioespaciais na RMBS: o que sugerem os dados sobre mobilidade residencial e pendular**

Pode-se dizer que, no contexto das dinâmicas sociodemográficas das grandes aglomerações metropolitanas, a mobilidade pendular, apesar de seus estreitos vínculos com a mobilidade residencial, não se configura enquanto um fenômeno demográfico. Isso porque como fenômeno ela não é capaz de alterar nem o volume nem a composição da população (ou seja, não se encontra sequer indiretamente – como a nupcialidade, por exemplo – na clássica equação “compensadora” da demografia). No entanto, não há como negar que muitas vezes ela esteja associada à dinâmica das variáveis sociodemográficas, especialmente a mobilidade residencial nos contextos urbanos.

Em realidade, a pendularidade é um fenômeno socioespacial muito típico, embora não restrito, das grandes aglomerações urbanas. Estaria associado muito mais à dinâmica de produção e ocupação do espaço (divisão econômica e social do espaço) do que com a dinâmica demográfica propriamente dita, não obstante, não há como negar que esta última tenha seus efeitos sobre o fenômeno em questão.

De fato, no processo de periferização/suburbanização, em muitos casos, a pendularidade pode ser vista como uma espécie de contrapartida socioespacial, apresentando-se como uma estratégia (CUNHA; SOBREIRA, 2008) para os indivíduos que desejam alcançar as oportunidades oferecidas pelo ambiente metropolitano. Isso porque, principalmente na atualidade, a expansão urbana em direção às periferias não está necessariamente associada ao espraiamento das atividades

econômicas, em especial àquelas ligadas aos setores produtivos industriais, como ocorreu a partir da década de 1970 (GOTTDIENER, 1993).

Os crescentes investimentos, nas últimas décadas, de excedentes de capital produtivo no ambiente construído residencial, como aponta Harvey (2011), levam ao esgarçamento dos tecidos urbanos, aumentando os descompassos espaciais (*spatial mismatch*) entre lugares de moradia e de desenvolvimento das atividades. Não por caso, constata-se que os deslocamentos pendulares vêm crescendo tanto em volume quanto em extensão geográfica mais recentemente (CUNHA et al., 2013).

Não se pode esquecer o papel fundamental proporcionado pelo avanço dos meios técnicos, especialmente aqueles ligados ao setor de transporte, para a intensificação do fenômeno em questão. A fricção imposta pela distância é diminuída em seus efeitos, possibilitando deslocamentos rápidos, os quais, no passado não muito distante, não seriam viáveis tanto pela distância, quanto pela periodicidade com que são realizados atualmente.

Além disso, a própria dinâmica demográfica diferencial entre diferentes lugares potencialmente articuláveis em termos socioespaciais pode influenciar no aumento do volume de deslocamentos pendulares. Por certo, o crescimento vegetativo relativamente mais alto das periferias metropolitanas brasileiras, principalmente até o final dos anos 1980, incrementou, a médio e longo prazos, o estoque de população que potencialmente poderia realizar deslocamento pendular para os centros das grandes aglomerações urbanas.

Entretanto, em um contexto de queda de fecundidade e convergência espacial para um crescimento vegetativo baixo entre periferias e centros metropolitanos, parece que a condicionante demográfica que mais influenciaria no incremento da mobilidade pendular, seria, de fato, a mobilidade residencial, em particular aquela no sentido centro-periferia<sup>19</sup>, especialmente, quando tal mobilidade esteja mais relacionada e condicionada pela dinâmica do mercado de terras do que pelo mercado de trabalho (SOBRINO, 2007).

A Baixada Santista não foge ao cenário descrito ao longo dos parágrafos anteriores, uma vez que viu sua pendularidade aumentar exponencialmente em volume. Efetivamente, se, em 2000, cerca de 127,8 mil pessoas se deslocam para fora de seu município de residência para trabalhar ou estudar, em 2010, este valor chega a 200,8 mil, em 2010<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Não obstante a ênfase nos fluxos centrífugos (centro-periferia), recentemente já é possível observar também movimentos entre as periferias que podem ter implicações importantes sobre a dinâmica demográfica e principalmente no planejamento da mobilidade urbana.

<sup>20</sup> Para fins de comparação entre 2000 e 2010, procedeu-se a uma compatibilização entre os dados sobre pendularidade dos dois Censos Demográficos considerados. Isso porque, no último levantamento, o quesito sobre movimentos pendulares foi separado segundo o motivo de trabalho e/ou estudo, ao contrário do Censo anterior, quando o quesito versava simultaneamente sobre os dois motivos. No sentido de evitar dupla

Todavia, a observação do Gráfico 3 revela outro aspecto peculiar à dinâmica dos movimentos pendulares da Baixada Santista no que tange ao grau de fechamento<sup>21</sup> de tais fluxos na região. Isso porque, para os dois anos considerados, os fluxos pendulares intrametropolitanos eram representativos de cerca de 80% do total de fluxos. Essa parece uma realidade patente às demais RMs do interior, já que tanto a RMC quanto a RMVPLN apresentaram valores semelhantes a esse para o indicador em questão (CUNHA et al., 2013). Por sua vez, a RMSP possui um grau de fechamento um pouco mais alto, que era de pouco mais de 90% em 2000, passando a 85,7%, em 2010.

Especificamente, a RMBS apresenta a particularidade de possuir a maior parte de seus fluxos pendulares externos direcionados à RMSP, que representam em torno de 14% do total dos deslocamentos pendulares registrados na região. Desdobrando o indicador por município, chama atenção o alto contingente de movimentos pendulares com destino à metrópole paulistana, principalmente em alguns municípios do litoral sul como Mongaguá e Itanhaém, onde chegam a representar quase 40% do total de movimentos. Praia Grande igualmente se destaca nesse aspecto, com cerca de 20%.

Nesse caso, parece ficar marcado um processo de sobreposição das dinâmicas metropolitanas, especialmente da RMSP sobre municípios periféricos da RMBS, no que vem sendo chamado de “periferias com dois centros”. Na verdade, tal papel pode ser atribuído com muito mais propriedade a Praia Grande considerando que, ao contrário de Mongaguá e Itanhaém, este município está plenamente integrado à dinâmica metropolitana da Baixada Santista.

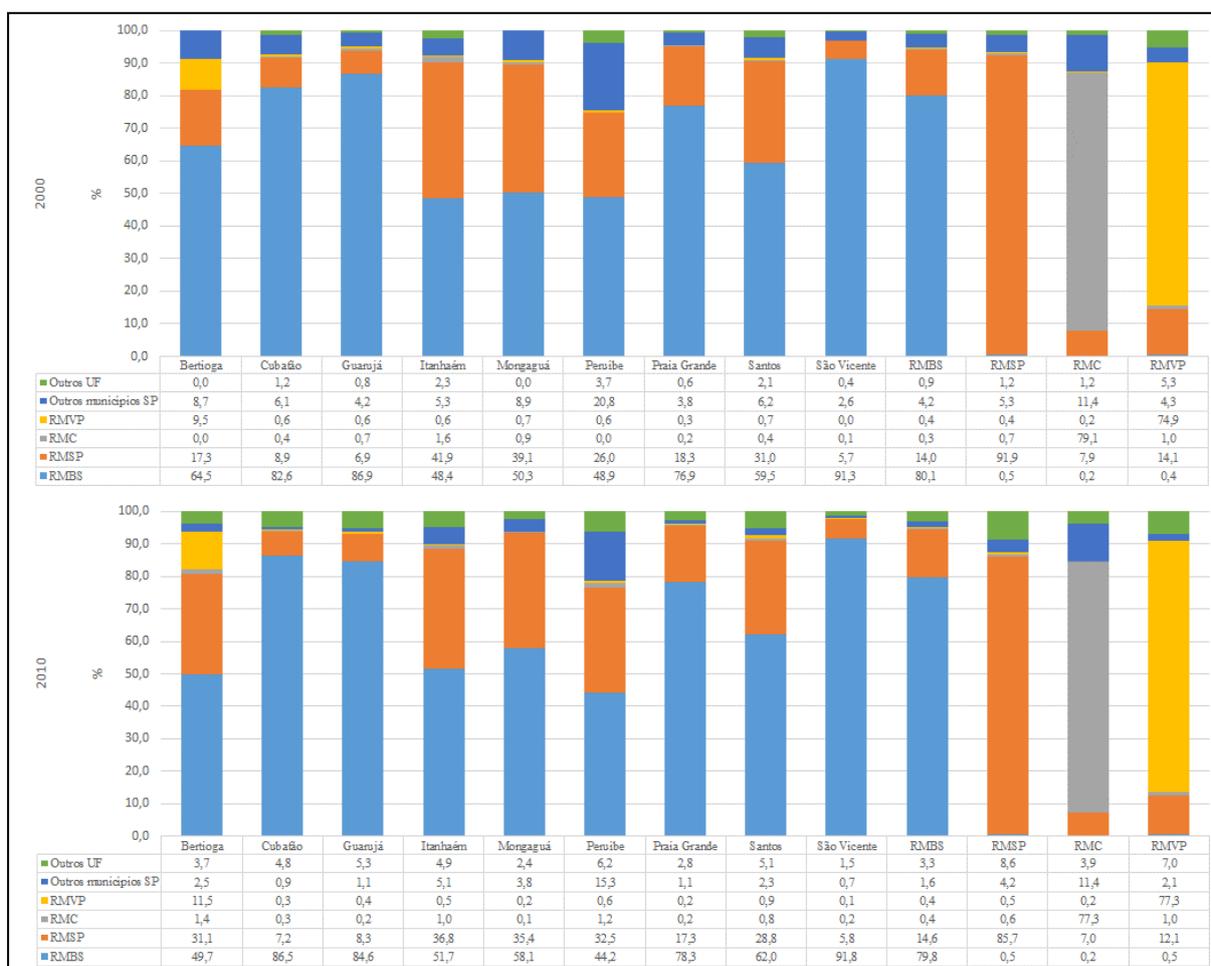
Por sua vez, conforme já reiteradamente discutido no texto, os municípios metropolitanos da Baixada Santista (Cubatão, Guarujá, Praia Grande e São Vicente), com a exceção de Santos que é o polo regional, registram altos graus de fechamento de seus fluxos pendulares (acima de 80%), mostrando-se, com isso, que de fato e direito fazem parte da dinâmica metropolitana própria a RMBS.

---

contagem, para os casos em que o município de trabalho coincida com o município de estudo, considerou-se no cômputo dos deslocamentos apenas a municipalidade para trabalho.

<sup>21</sup> O grau de fechamento dos fluxos de uma determinada região refere-se ao peso relativo dos fluxos circunscritos à região em relação ao total de fluxos.

**GRÁFICO 3 – Movimentos pendulares para trabalho ou estudo, por lugar de destino. Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010**



Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Analisando-se os fluxos pendulares para trabalho e estudo intrametropolitanos (Tabela 7), percebe-se que São Vicente é o maior emissor, respondendo por quase metade dos deslocamentos pendulares registrados na região como um todo. Sua localização adjacente geograficamente ao polo metropolitano, em grande parte, contribui para este quadro e também explica o porquê de pouco mais da metade da pendularidade destinada a Santos ser proveniente de São Vicente.

Entre os condicionantes que explicam esse arranjo espacial e representatividade dos fluxos de São Vicente para Santos, cita-se o fato de o território insular deste último município encontrar-se mais saturado quanto à ocupação que São Vicente. Também há que se levar em conta o fato de o município apresentar um elevado preço do solo urbano, fazendo com que determinados grupos sociais que aí trabalham não consigam residir próximo a seu trabalho, o que os levaria a ter que buscar o município vizinho como local de moradia.

Ressalta-se, contudo, que tal dinâmica vem apresentando sinais de mudança de um censo demográfico para outro, já que a representatividade dos movimentos pendulares oriundos de São

Vicente caiu de 2000 para 2010, ao passo que Praia Grande aumentou significativamente sua participação no período considerado. Neste último caso, se no começo da década representava pouco mais de 13% dos fluxos regionais, no final dos anos 2000, esta cifra elevava-se para pouco mais de 17%, superando com isso Guarujá e até mesmo Santos em representatividade na pendularidade regional.

Observando-se, em específico, os fluxos destinados ao polo metropolitano, constata-se um arranjo da origem dos fluxos muito parecido com aquele verificado para a região como um todo, o que, de certa forma, ilustra não apenas a alta polarização exercida por Santos quanto ao direcionamento dos fluxos metropolitanos, como também, a concentração das atividades econômicas e do mercado de trabalho em um ponto específico da região. A divisão econômica do espaço na RMBS ainda remete a um padrão de estruturação urbano-metropolitana centro-periferia, mesmo que, na escala geográfica da macrometrópole paulista, esteja associado a uma estrutura polinucleada.

Cubatão, outro município que ainda apresenta grande oferta de postos de trabalho na região em função de seu parque industrial, tem Santos e São Vicente enquanto principais municípios de residência dos indivíduos que realizam deslocamentos pendulares que lá trabalham e estudam. Nesse caso, segundo Carriço (2006) e Hogan (1990), trabalhadores mais abastados elegem, como lugar de moradia, as melhores localizações dos municípios litorâneos ou mesmo do planalto.

Todavia, outra opção de local de residência parece estar emergindo mais recentemente, já que Praia Grande, de 9,3%, em 2000, passa a deter 15,6%, em 2010, dos deslocamentos pendulares com destino a Cubatão.

**TABELA 7 – Movimentos pendulares para trabalho ou estudo intrametropolitanos, por lugar de destino, segundo lugar de origem. Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010**

Local de residência	Local de trabalho ou estudo				Local de residência	Local de trabalho ou estudo			
	2000		2010			2000		2010	
	%	Nº abs.	%	Nº abs.		%	Nº abs.	%	Nº abs.
<b>Bertioga</b>					<b>Peruíbe</b>				
Bertioga	-	-	-	-	Bertioga	-	-	-	-
Cubatão	2,0	23	1,5	31	Cubatão	-	-	1,1	9
Guarujá	64,7	729	54,7	1.100	Guarujá	-	-	-	-
Itanhaém	-	-	0,9	18	Itanhaém	53,2	107	56,1	480
Mongaguá	-	-	-	-	Mongaguá	-	-	5,5	47
Peruíbe	1,2	13	-	-	Peruíbe	-	-	-	-
Praia Grande	1,3	15	3,5	71	Praia Grande	3,5	7	16,6	142
Santos	26,3	296	35,8	720	Santos	33,8	68	10,9	93
São Vicente	4,4	50	3,6	72	São Vicente	9,5	19	9,9	85
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>1.126</b>	<b>100,0</b>	<b>2.012</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>201</b>	<b>100,0</b>	<b>856</b>
<b>Cubatão</b>					<b>Praia Grande</b>				
Bertioga	0,2	38	0,1	24	Bertioga	-	-	-	-
Cubatão	-	-	-	-	Cubatão	4,5	234	3,3	278
Guarujá	9,8	1.544	8,3	2.285	Guarujá	1,6	82	2,5	212
Itanhaém	0,0	4	0,3	91	Itanhaém	2,7	140	6,7	566
Mongaguá	0,2	33	0,2	68	Mongaguá	3,7	193	10,8	913
Peruíbe	0,1	17	0,2	63	Peruíbe	1,3	67	1,5	128
Praia Grande	9,3	1.477	15,6	4.282	Praia Grande	-	-	-	-
Santos	39,3	6.207	34,9	9.574	Santos	25,2	1.307	21,9	1.846
São Vicente	41,0	6.479	40,2	11.010	São Vicente	60,9	3.154	53,2	4.485
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>15.799</b>	<b>100,0</b>	<b>27.397</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>5.177</b>	<b>100,0</b>	<b>8.428</b>
<b>Guarujá</b>					<b>Santos</b>				
Bertioga	3,0	137	6,5	392	Bertioga	0,4	272	0,5	444
Cubatão	8,0	365	4,9	297	Cubatão	8,5	5.589	9,4	9.243
Guarujá	-	-	-	-	Guarujá	19,9	13.066	16,7	16.448
Itanhaém	0,6	28	1,0	59	Itanhaém	0,5	315	0,9	926
Mongaguá	0,5	22	0,3	20	Mongaguá	0,3	215	0,8	790
Peruíbe	0,4	16	-	-	Peruíbe	0,3	219	0,6	618
Praia Grande	5,5	252	7,7	463	Praia Grande	12,8	8.453	16,6	16.290
Santos	61,6	2.801	59,1	3.550	Santos	-	-	-	-
São Vicente	20,4	926	20,4	1.225	São Vicente	57,3	37.681	54,5	53.635
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>4.547</b>	<b>100,0</b>	<b>6.006</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>65.810</b>	<b>100,0</b>	<b>98.394</b>
<b>Itanhaém</b>					<b>São Vicente</b>				
Bertioga	-	-	0,7	10	Bertioga	0,1	8	0,1	9
Cubatão	-	-	0,6	9	Cubatão	4,3	336	6,6	915
Guarujá	1,2	8	2,7	40	Guarujá	5,2	407	3,2	450
Itanhaém	-	-	-	-	Itanhaém	0,2	18	1,9	260
Mongaguá	23,3	157	30,5	455	Mongaguá	1,4	108	1,8	253
Peruíbe	25,3	171	32,2	481	Peruíbe	0,1	8	0,3	35
Praia Grande	16,4	111	19,4	290	Praia Grande	32,1	2.514	38,9	5.400
Santos	25,2	170	8,1	121	Santos	56,6	4.424	47,2	6.543
São Vicente	8,6	58	5,9	88	São Vicente	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>675</b>	<b>100,0</b>	<b>1.494</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>7.823</b>	<b>100,0</b>	<b>13.865</b>
<b>Mongaguá</b>					<b>Todos os destinos na RMBS</b>				
Bertioga	-	-	-	-	Bertioga	0,4	455	0,5	879
Cubatão	1,0	12	-	-	Cubatão	6,4	6.559	6,7	10.782
Guarujá	-	-	1,1	20	Guarujá	15,5	15.836	12,8	20.555
Itanhaém	23,6	289	31,4	547	Itanhaém	0,9	901	1,8	2.947
Mongaguá	-	-	-	-	Mongaguá	0,7	728	1,6	2.546
Peruíbe	1,6	19	7,1	124	Peruíbe	0,5	530	0,9	1.449
Praia Grande	59,1	723	50,5	878	Praia Grande	13,2	13.552	17,4	27.816
Santos	5,3	65	5,5	95	Santos	15,0	15.338	14,1	22.542
São Vicente	9,5	116	4,4	76	São Vicente	47,4	48.483	44,1	70.676
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>1.224</b>	<b>100,0</b>	<b>1.740</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>102.382</b>	<b>100,0</b>	<b>160.192</b>

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

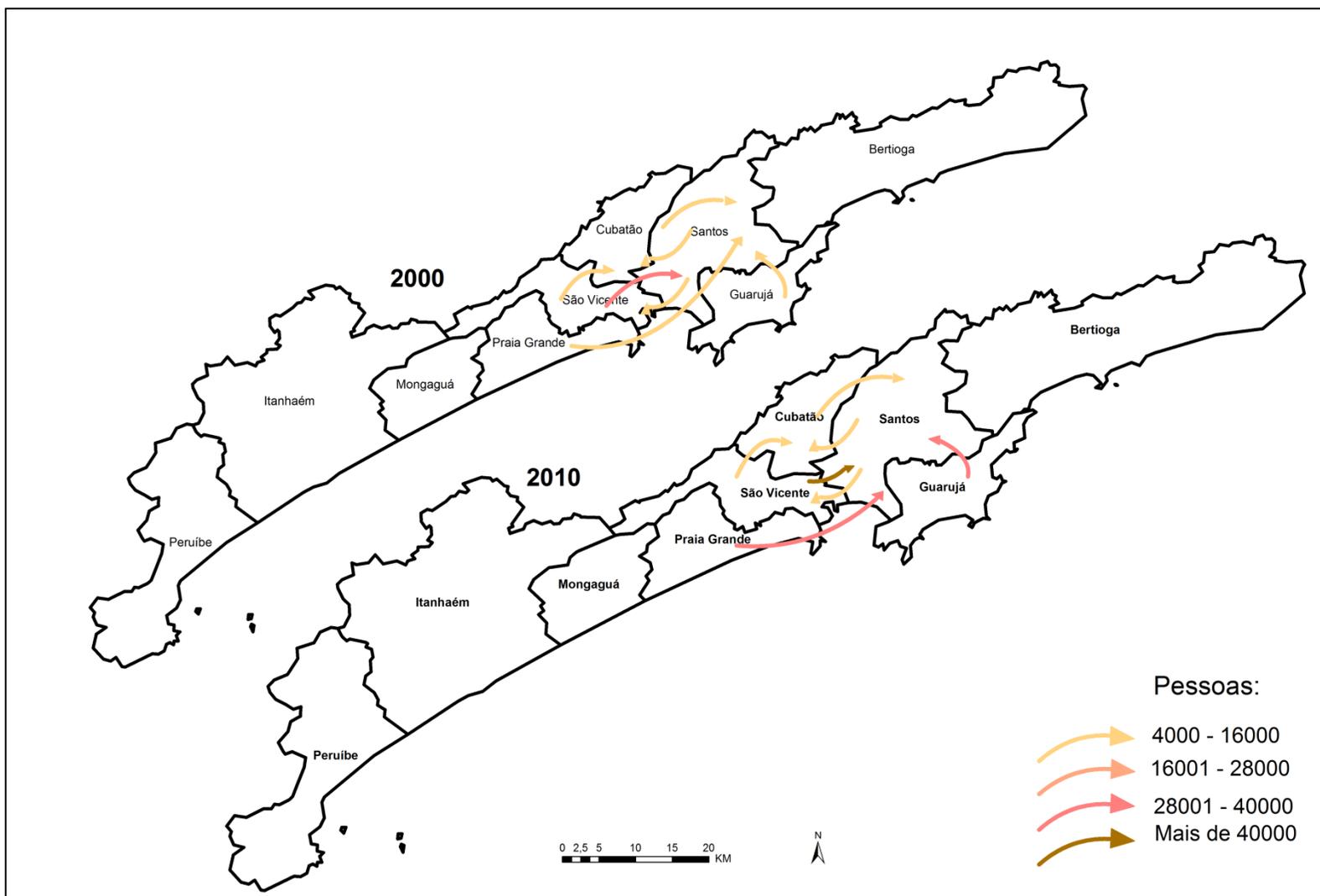
A espacialização dos fluxos pendulares de população em idade ativa para trabalho ou estudo (Mapa 6) ilustra o que foi apresentado até aqui e, curiosamente (embora não por acaso), mostra uma realidade distinta, quase inversa geograficamente, em relação à espacialização da mobilidade residencial (ou migração intrametropolitana). Neste caso, percebe-se uma orientação centrípeta dos mesmos, mais precisamente dos municípios imediatamente periféricos (Cubatão, São Vicente, Guarujá e Praia Grande) para o centro regional, a cidade de Santos.

Na verdade, o que se observa é uma dinâmica complementar – praticamente uma contrapartida – aos fluxos migratórios metropolitanos. Isso porque, as origens dos fluxos pendulares correspondem, geralmente, aos destinos daqueles que realizam a mobilidade residencial. Como já dito, mas vale reiterar, estes resultados decorrem do fato de que a expansão urbana, dada pelo processo de periferização da população metropolitana, não foi acompanhada pela descentralização das ofertas do mercado de trabalho e de oportunidades de estudo para além do núcleo metropolitano.

O quadro em questão parece se intensificar entre os dois períodos considerados, uma vez que os volumes dos fluxos nitidamente elevam-se de patamar entre 2000 e 2010, especialmente quando originários nas frentes de expansão metropolitana. Por exemplo, entre Praia Grande e Santos, o volume aumentou de cerca de 1,3 mil para 1,8 mil pessoas, dinâmica parecida com a observada no fluxo de São Vicente a Santos, que registrou valores de 6, 4 mil e 8,5 mil pessoas, respectivamente.

Ressalta-se também que a representatividade numérica dos fluxos pendulares intrametropolitanos encontra-se concentrada no entorno imediato do núcleo, ao contrário do que se observa em outras RMs nas quais se verifica maior espraiamento dos mesmos (DOTA, 2015; CUNHA et al., 2013). Isso reforça o argumento defendido aqui de que a extensão do fenômeno metropolitano na Baixada Santista é bem mais restrita que o território total da RMBS; é bom notar também que muitos fluxos representativos, potencialmente direcionados a Santos, acabam por se dirigir para a RMSP, o que empresta à Baixada Santista outra característica bem peculiar, ou seja, o fato de ter com esta última região grande interação e complementaridade.

**MAPA 6** – Principais movimentos pendulares intrametropolitanos da população em idade ativa para trabalho ou estudo. Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010



Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Com o intuito de apresentar um panorama mais atualizado da mobilidade pendular na RMBS, tendo em vista os dados do último levantamento censitário datarem de pouco mais de oito anos atrás, analisam-se, por meio da Tabela 8, informações referentes aos passageiros transportados por ônibus intermunicipais no âmbito da RMBS, ao longo do ano de 2016, em linhas gerenciadas pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU)<sup>22</sup>.

Em linhas gerais, observa-se que as interações espaciais entre os municípios reveladas e mediadas pelo transporte coletivo rodoviário levam a resultados basicamente muito próximos daqueles verificados a partir da informação sobre pendularidade do Censo Demográfico (Tabela 7). Assim, estes dados revelam que Santos e São Vicente detinham, em 2016, a primazia no número de passageiros transportados intermunicipais, já que sozinhas compartilhavam pouco mais de 60% dos tipos de ligação em questão. Contribui para esse resultado a proximidade entre os municípios, além das múltiplas, embora congestionadas, ligações viárias entre seus territórios.

Essa realidade é relativamente distinta da visualizada para Guarujá, visto que o modal de transporte coletivo para deslocamento para outros municípios é diferente. Logo, se para os deslocamentos pendulares para trabalho e estudo, o município apresentava grande participação no total de movimentos, nas ligações mediadas por ônibus esse valor é muito baixo, tendo em vista que as viagens são realizadas através das balsas que ligam o município principalmente com a área insular de Santos.

Assim sendo, outra característica intrínseca ao tipo de ligação em questão é sua maior sensibilidade à fricção imposta pela distância. Conforme se percebe na Tabela 8, as ligações, em suas maiores intensidades, tendem a se restringir geograficamente aos municípios adjacentes. A forma longitudinal do território da RMBS contribui, porquanto, por limitar as ligações mediadas pelo modal rodoviário coletivo aos municípios centrais, em sua representatividade, tendo em vista que os municípios mais periféricos geograficamente ao polo ficam muito distantes do mesmo, inviabilizando deslocamentos pendulares de alta periodicidade pelo modal de ônibus urbanos.

Considerando que boa parte das viagens (por motivo de trabalho, estudo, lazer, compras, etc.) é realizada na região mediante o uso de ônibus, conclui-se que essa condição age igualmente enquanto fator que restringe o fenômeno metropolitano aos municípios do *core* metropolitano. Isso

---

<sup>22</sup> Os dados sobre passageiros transportados pelas linhas gerenciadas pela EMTU são registros administrativos referentes a cada viagem realizada pelos ônibus. Logo, não há sentido dos fluxos, tratando-se somente de ligações entre os municípios. Assim, as terminologias utilizadas na Tabela 8 referem-se aos municípios de ligação e não aos municípios de origem e destino. Da mesma forma, podem estar computadas viagens intramunicipais, já que não são discriminados os locais de ponto de embarque e desembarque. Por isso, os dados absolutos, apesar de serem apresentados, tem pouco valor analítico, enfocando-se, portanto, a distribuição relativa dos mesmos, a qual, resguardadas as devidas especificidades da fonte de dados e do modal de transporte, podem ilustrar as articulações e complementaridades socioespaciais da Baixada Santista, assim como, os dados censitários.

porque, tais deslocamentos apenas são viabilizados, em termos financeiros e de tempo, no espaço circunscrito por essas municipalidades.

**TABELA 8 –** Passageiros transportados através do modal rodoviário coletivo (ônibus), segundo municípios de ligação. Municípios selecionados. RMBS – 2016

Municípios de ligação	%	Nº abs.	Municípios de ligação	%	Nº abs.	Municípios de ligação	%	Nº abs.
<b>Bertioga</b>			<b>Mongaguá</b>			<b>Santos</b>		
Bertioga	-	-	Bertioga	-	-	Bertioga	1,1	208
Cubatão	-	-	Cubatão	3,5	38	Cubatão	10,5	2.018
Guarujá	46,6	236	Guarujá	-	-	Guarujá	12,0	2.308
Itanhaém	2,0	10	Itanhaém	25,6	278	Itanhaém	1,2	229
Mongaguá	-	-	Mongaguá	-	-	Mongaguá	1,4	279
Peruíbe	-	-	Peruíbe	4,5	49	Peruíbe	0,9	166
Praia Grande	6,7	34	Praia Grande	31,7	345	Praia Grande	24,0	4.630
Santos	41,1	208	Santos	25,6	279	Santos	-	-
São Vicente	3,6	18	São Vicente	9,1	99	São Vicente	49,0	9.437
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>506</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>1.088</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>19.275</b>
<b>Cubatão</b>			<b>Peruíbe</b>			<b>São Vicente</b>		
Bertioga	0,0	-	Bertioga	-	-	Bertioga	0,1	18
Cubatão	-	-	Cubatão	4,8	26	Cubatão	12,5	1.756
Guarujá	6,2	358	Guarujá	-	-	Guarujá	1,8	258
Itanhaém	0,8	46	Itanhaém	30,3	164	Itanhaém	0,5	75
Mongaguá	0,7	38	Mongaguá	9,1	49	Mongaguá	0,7	99
Peruíbe	0,4	26	Peruíbe	-	-	Peruíbe	0,2	29
Praia Grande	26,9	1.560	Praia Grande	19,8	107	Praia Grande	16,7	2.333
Santos	34,8	2.018	Santos	30,7	166	Santos	67,4	9.437
São Vicente	30,3	1.756	São Vicente	5,4	29	São Vicente	-	-
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>5.802</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>541</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>14.005</b>
<b>Guarujá</b>			<b>Praia Grande</b>			<b>RMBS</b>		
Bertioga	6,9	236	Bertioga	0,4	34	Bertioga	0,9	506
Cubatão	10,5	358	Cubatão	16,4	1.560	Cubatão	10,5	5.802
Guarujá	-	-	Guarujá	2,5	234	Guarujá	6,2	3.423
Itanhaém	0,8	29	Itanhaém	2,7	254	Itanhaém	2,0	1.085
Mongaguá	-	-	Mongaguá	3,6	345	Mongaguá	2,0	1.088
Peruíbe	-	-	Peruíbe	1,1	107	Peruíbe	1,0	541
Praia Grande	6,8	234	Praia Grande	-	-	Praia Grande	17,2	9.497
Santos	67,4	2.308	Santos	48,8	4.630	Santos	34,9	19.275
São Vicente	7,5	258	São Vicente	24,6	2.333	São Vicente	25,4	14.005
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>3.423</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>9.497</b>	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>55.222</b>
<b>Itanhaém</b>								
Bertioga	0,9	10						
Cubatão	4,2	46						
Guarujá	2,7	29						
Itanhaém	-	-						
Mongaguá	25,6	278						
Peruíbe	15,1	164						
Praia Grande	23,4	254						
Santos	21,1	229						
São Vicente	6,9	75						
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>1.085</b>						

Fonte: EMTU (2016). Tabulações especiais do autor.

Cruzando-se as modalidades migratórias com o local de trabalho (Tabela 9), consegue-se visualizar mais claramente as complementaridades entre os fenômenos da mobilidade residencial metropolitana e da pendularidade, além de suas relações com a produção do espaço na Baixada

Santista. Em primeira análise, verifica-se que, em 2010, a metade dos responsáveis pelos domicílios imigrantes que residem na RMBS trabalhavam no próprio município de residência, o que sugere que a migração tenha sido mediada pela dinâmica do mercado de trabalho. Ou seja, a rigor, pode-se pensar que nestes casos o indivíduo tenha migrado para residir próximo ao local de trabalho.

Chama igualmente atenção que quase 17% dos responsáveis pelos domicílios imigrantes continuam trabalhando no município de residência anterior. Nesse contexto, conforme já enunciado em discussões anteriores apresentadas no texto, parece que a mobilidade residencial possui como principal condicionante a dinâmica do mercado de terras, considerando que residir próximo ao local de trabalho não se mostra um fator preponderante. Tal hipótese é especialmente reforçada no caso da Baixada Santista, haja vista o grau de concentração das atividades e empregos em alguns poucos municípios, em particular, Santos.

É preciso ressaltar, no entanto, que tais motivações afligem os diferentes grupos sociais de maneira distintas, de modo que, se a dinâmica do mercado de terras é o principal condicionante para a migração de tais indivíduos, a estrutura de incentivos e constrangimentos à migração atua mais ostensivamente nas escolhas da localização da moradia dos grupos sociais mais abastados (CUNHA, 1994). Por sua vez, os mais pobres têm na segregação residencial induzida, ou mesmo, "forçada", o impulso de tal dinâmica do mercado de terras na determinação de seu local de moradia na região. Neste último caso, se não são "obrigados" a residir nas periferias metropolitanas, têm pouco alternativas para o seu local de residência a não ser nessas últimas, tendo em vista as reservas de grandes parcelas das melhores localizações do território da RMBS para a residência permanente ou ocasional (turismo e segunda residência) dos mais ricos.

Entre os responsáveis pelo domicílio imigrantes intrametropolitanos, registra-se que cerca de 33,7% mantinham seu local de trabalho no município de residência em 2005, dado que ilustra que o processo de periferização da ocupação não foi acompanhado pelo espraiamento das atividades econômicas, especialmente do mercado de trabalho, como mostrado por Carriço (2006). Essa realidade mostra-se mais eloquente para o caso de São Vicente, onde pouco mais da metade dos imigrantes intrametropolitanos trabalhavam em seu município de residência anterior.

Particularmente, o alto preço do solo urbano, aliado a uma legislação urbanística de cunho "elitista", contribui para tornar inviável a permanência dos mais pobres no município polo, onde ainda se encontram as maiores oportunidades de trabalho da região. Nesse caso, São Vicente, município relativamente mais pobre que Santos, acaba aparecendo como uma alternativa para aqueles que potencialmente poderiam morar nesse último município, já que os custos financeiros para se residir lá são menores em comparação com o polo.

Guarujá, Cubatão e Praia Grande – periferias metropolitanas – igualmente apresentam grande porcentagem de imigrantes intrametropolitanos que trabalham em seu local de moradia

anterior. Ressalta-se, no entanto, especialmente para o último município, que tais tipos de fluxos tendem a ser mais heterogêneos, em termos socioeconômicos. Logo, os condicionantes e motivações que os impulsionam tendem a ser distintos dos apresentados para quem residia em São Vicente. Não somente o preço do solo urbano mais baixo, mas a busca por melhor qualidade de vida, possibilitada pelas novas formas de assentamento distintas do *core* justificam a escolha de muitos integrantes da classe média a residirem nesses municípios, mesmo trabalhando em Santos.

Supõe-se que a melhoria da acessibilidade propiciada pela implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) da Baixada Santista – já em operação entre Santos e São Vicente, com projeto de ampliação para Praia Grande – intensifique essa mobilidade residencial seguida de movimentos pendulares para o polo metropolitano. Além disso, a implantação da ligação rodoviária entre Santos e Guarujá, por baixo do estuário, também contribuirá no mesmo sentido, impulsionando o processo de periferização regional para este último município segundo as condições socioespaciais em questão.

Entre os responsáveis pelo domicílio imigrantes provenientes da macrometrópole paulista, verifica-se que pouco mais de 66% trabalhavam no mesmo município de residência. Todavia, uma parcela relevante continuava trabalhando no município de origem (14,7%). Para esta última condição, destacam-se Santos e, principalmente, Praia Grande com 17,9% e 18,5%, respectivamente.

Nesse caso, conforme já se observou para outras RMs da macrometrópole paulista (SILVA; CUNHA; ORTEGA, 2017), verifica-se um crescente contingente de indivíduos que, em função das deseconomias de aglomeração da RMSP (violência, poluição, saturação da ocupação, alto preço do solo, etc.), elegem certas localizações da MMP para viver, mesmo mantendo seus empregos na metrópole paulistana. No caso da RMBS, em específico, a presença da amenidade natural principal da região (praia) contribui por incrementar a qualidade de vida nessa região, sendo, portanto, um dos principais motivos para os indivíduos elegerem seu espaço de vida entre o planalto e a baixada.

Além disso - com exceção dos períodos de feriados e alta temporada -, a rápida ligação com as localidades situadas mais ao sul da RMSP, através das modernas rodovias do Sistema Anchieta-Imigrantes, igualmente contribui para viabilizar tal condição de mobilidade macrometropolitana.

Para as demais modalidades migratórias, a condição de pendularidade dos indivíduos, como já se esperava, ficou, em sua maior parte, restrita aos municípios de residência. Não há dúvidas de que os movimentos migratórios de mais longa distância são impulsionados, em grande medida, pelos desequilíbrios regionais e pela dinâmica do mercado de trabalho.

Chamou a atenção em São Vicente a grande parcela de imigrantes interestaduais que trabalhavam em outro município de residência da RMBS (pouco mais de metade). Nas demais periferias metropolitanas – Praia Grande e Guarujá – esse número também é expressivo ficando acima do patamar de 20%. Para esses casos, podem estar ocorrendo dois processos: os migrantes dirigem-se diretamente para tais periferias metropolitanas, em função do processo de valorização do

solo no polo regional e possivelmente incentivados pela ação das redes migratórias (CUNHA; CUNHA; JAKOB, 2013); ou, em verdade, a residência nestas áreas foi precedida de uma residência temporária no município polo, o que pode não ser captado pelo quesito censitário de data fixa, caso tenha ocorrido dentro do quinquênio de referência do censo.

Para uma possibilidade ou outra, fato o é que, se a dinâmica do mercado de terras não é o condicionante que impulsiona os movimentos migratórios de mais longa distância, condiciona sua alocação na região. Seja residindo diretamente nos municípios periféricos, seja sucedendo o movimento migratório com uma mobilidade residencial metropolitana, o preço da terra urbana em Santos, assim como, os demais condicionantes da produção do espaço urbano no polo metropolitano, parecem agir como impeditivos para que tais migrantes residam próximo aos locais onde estão localizadas as principais oportunidades de trabalho da região.

**TABELA 9** – Responsáveis pelo domicílio migrantes de “data-fixa”, por local de residência, segundo modalidade e local de trabalho. Municípios selecionados. RMBS–2005-2010

Modalidades migratórias	Local de trabalho	Município de residência em 2010									Total
		Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruibe	Praia Grande	Santos	São Vicente	
Intrametropolitano	No mesmo município (%)	84,4	53,5	42,5	70,8	53,7	76,5	37,8	59,6	23,7	40,8
	Município em 2005 (%)	4,1	21,6	31,3	9,9	20,8	0,0	30,3	21,8	52,0	33,7
	Outro município da RMBS (%)	3,1	14,8	20,0	16,7	21,5	23,5	24,0	10,3	16,8	18,1
	Outro município (%)	8,4	10,0	6,2	2,6	3,9	0,0	7,9	8,3	7,6	7,4
	<b>Subtotal (N° abs.)</b>	<b>264</b>	<b>477</b>	<b>828</b>	<b>482</b>	<b>258</b>	<b>230</b>	<b>3853</b>	<b>1870</b>	<b>4012</b>	<b>12274</b>
Macrometrópole	No mesmo município (%)	90,9	71,0	76,3	75,2	69,7	87,3	59,9	64,4	42,4	66,6
	Município em 2005 (%)	4,5	11,1	11,1	14,4	16,7	7,3	18,5	17,9	12,3	14,7
	Outro município da RMBS (%)	1,2	6,3	8,0	5,6	8,3	2,4	14,3	7,9	39,7	12,4
	Outro município (%)	3,4	11,6	4,6	4,9	5,3	2,9	7,3	9,8	5,6	6,3
	<b>Subtotal (N° abs.)</b>	<b>860</b>	<b>184</b>	<b>1145</b>	<b>1805</b>	<b>1264</b>	<b>927</b>	<b>4196</b>	<b>2235</b>	<b>1611</b>	<b>14225</b>
Outros municípios do Estado de São Paulo	No mesmo município (%)	100,0	100,0	59,3	86,9	100,0	68,8	74,5	76,7	51,0	72,6
	Município em 2005 (%)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,0	0,0	1,9	0,0	2,7
	Outro município da RMBS (%)	0,0	0,0	16,0	6,8	0,0	10,2	13,2	19,6	38,7	16,9
	Outro município (%)	0,0	0,0	24,6	6,3	0,0	0,0	12,3	1,8	10,3	7,8
	<b>Subtotal (N° abs.)</b>	<b>51</b>	<b>60</b>	<b>262</b>	<b>264</b>	<b>54</b>	<b>251</b>	<b>466</b>	<b>621</b>	<b>338</b>	<b>2367</b>
Interestadual	No mesmo município (%)	92,0	88,6	69,6	82,4	73,5	77,8	70,1	80,6	41,9	72,3
	Município em 2005 (%)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,1	0,8	1,1	0,8	0,7
	Outro município da RMBS (%)	4,9	9,3	27,0	5,7	14,1	6,7	23,7	11,9	52,4	21,6
	Outro município (%)	3,1	2,1	3,4	11,9	12,4	11,3	5,4	6,3	4,9	5,3
	<b>Subtotal (N° abs.)</b>	<b>722</b>	<b>1027</b>	<b>973</b>	<b>363</b>	<b>147</b>	<b>288</b>	<b>1547</b>	<b>2259</b>	<b>1602</b>	<b>8928</b>
Total	No mesmo município (%)	90,7	77,5	64,1	76,4	68,6	81,5	53,7	69,4	32,7	59,9
	Município em 2005 (%)	2,6	7,1	12,1	10,5	15,4	7,8	19,4	12,1	30,4	16,8
	Outro município da RMBS (%)	2,8	10,2	17,5	7,5	10,5	7,2	19,4	10,9	30,2	16,7
	Outro município (%)	3,9	5,2	6,3	5,5	5,5	3,5	7,5	7,6	6,7	6,5
	<b>Total (N° abs.)</b>	<b>1898</b>	<b>1747</b>	<b>3208</b>	<b>2914</b>	<b>1723</b>	<b>1695</b>	<b>10061</b>	<b>6985</b>	<b>7563</b>	<b>37795</b>

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Evidentemente, as contrapartidas sociodemográficas apresentadas até aqui, especialmente a migração em suas várias modalidades, apresentam seletividades sociodemográficas claras. Clivagens sociais ficam bem destacadas entre quem migra ou não, de onde para onde e quando, já que o que rege tais processos é o capitalismo, um modo de produção que se alimenta de tais seletividades e clivagens para sua reprodução, especialmente no que tange à produção do ambiente construído (HARVEY, 2016).

É, justamente, através do perfil sociodemográfico que se consegue melhor visualizar as conexões entre as contrapartidas sociodemográficas e os processos relacionados à produção social do espaço da Baixada Santista, assim como, os demais condicionantes associados à sua inserção na macrometrópole paulista e na rede urbana brasileira. Mais do que isso, possibilita, apesar das limitações impostas pelas fontes de dados utilizadas, enxergar as dinâmicas sociodemográficas para além de meras contrapartidas à produção social do espaço, e sim como força ou processo socioespacial que se relaciona dialeticamente com este último fenômeno.

Esses últimos aspectos da dinâmica sociodemográfica da Baixada Santista são detalhadamente apresentados e discutidos na tese de doutoramento da qual o presente trabalho é derivado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para compreender o curso assumido pela dinâmica populacional da Baixada Santista nos últimos 20 anos, não se pode restringir à consideração e exame do que ocorreu apenas neste último período, uma vez que muito do que se observa decorre de processos iniciados no começo da segunda metade do século XX.

Conforme foi recorrentemente apresentado no decorrer do texto, estudos como os de Jakob (2003); Carriço (2002; 2006); Cunha (2010) e Alonso (2011), entre outros, já abordaram este tema segundo diferentes pontos de vista. No entanto, o concurso de novos condicionantes endógenos e exógenos à região, sejam aqueles de natureza estritamente sociodemográfica, ou os vinculados ao processo de produção social do espaço urbano, próprios dos anos 2000, fez com que tal dinâmica populacional adquirisse nuances específicas nas duas últimas décadas, requerendo-se novas leituras. Foi, portanto, no sentido de buscar um entendimento das relações entre condicionantes citados no período anterior e a dinâmica populacional verificada nos últimos 20 anos, que se empreendeu o presente estudo.

Assim sendo, no que se refere à dinâmica populacional verificada na RMBS nos últimos 20 anos, observou-se que ela se consubstanciou no processo de redistribuição espacial da população metropolitana registrado ao longo desse período. Nesse contexto, verificou-se que ora ocorreu simultaneamente ao processo de expansão do ambiente construído, em uma relação dialética com o

mesmo, ora a seu reboque, assumindo o papel de uma efetiva contrapartida sociodemográfica, isto é, reflexo de como o espaço é configurado a partir do seu processo de produção.

Todavia, é preciso ressaltar o concurso de condicionantes mais gerais de natureza estritamente sociodemográfica que influíram na dinâmica populacional observada. O principal deles é o baixo crescimento natural observado, fruto, em grande parte, do processo de aceleração da queda das taxas de fecundidade no país, principalmente a partir dos anos 1980. Como desdobramentos mais relevantes, registra-se a diminuição da pressão demográfica nas áreas de origem dos movimentos migratórios de mais longa distância (CUNHA, 2015b), justificando não somente a diminuição em seus volumes, como também a efetiva retração de sua participação relativa no cômputo da imigração na região. Enquanto principal consequência demográfica para a RMBS, percebeu-se uma redução expressiva do crescimento populacional na região como um todo, que pode ser justificada diretamente pelo baixo crescimento natural ou pelo mencionado arrefecimento das correntes migratórias interestaduais.

Simultaneamente, constatou-se certa convergência entre os municípios metropolitanos, sejam eles centrais ou periféricos, no sentido de baixos crescimentos vegetativos. Logo, os diferenciais que poderiam explicar as mudanças no processo de redistribuição espacial da população na RMBS, certamente não passariam pelo crescimento vegetativo, o que revela o protagonismo da migração (de origem externa e, sobretudo, de origem interna) na dinâmica demográfica regional. De fato, foi isso que se verificou a partir da avaliação do peso das componentes demográficas sobre o crescimento populacional, nos anos 2000, com a proeminência da migração sobre o crescimento vegetativo para a região como um todo, e a maior parte dos municípios metropolitanos, especialmente aqueles mais periféricos.

Quanto à dinâmica da redistribuição espacial da população, observou-se que o processo de periferização da ocupação da região ainda se encontra ativo, mesmo diante da referida tendência de diminuição de seu crescimento populacional. Em verdade, observa-se a vigência de um grande “potencial endógeno” de redistribuição espacial da população alimentado pela desigual distribuição da população ao longo do território metropolitano em favor dos municípios centrais em detrimento daqueles periféricos. Além disso, é igualmente fomentado pelos diferenciais de preço do solo urbano que impõem limites de permanência nas áreas centrais metropolitanas de parte da população que “potencialmente” em algum momento (a depender da fase de seu ciclo vital familiar) teria que se mover, principalmente, para as periferias da metrópole.

Em termos prospectivos, é esperada a manutenção do processo expansão das periferias, mesmo diante das projeções de queda do crescimento populacional na região como um todo, dado o grande volume de população existente no núcleo metropolitano que potencialmente poderá vir a migrar para os municípios periféricos. Deve-se ressaltar, no entanto, que no caso da Baixada Santista,

parte do crescimento periférico observado e projetado, não se deve a este "potencial endógeno de crescimento", mas às transferências "diretas" de migrantes externos, em especial aqueles provenientes da RMSP, para as periferias da RMBS.

A migração de curta extensão geográfica ou mobilidade residencial, diante do arrefecimento dos fluxos migratórios de longa distância, é aquela que agora se destaca mais, e, por isso, protagoniza o processo de redistribuição espacial da população metropolitana, mesmo diante da tendência de queda em seus volumes gerados pelos fatores de ordem sociodemográfica apresentados acima.

No entanto, na Baixada Santista este tipo de migração assume contornos específicos relacionados ao seu peculiar processo de ocupação e de inserção regional. Em verdade, ela se divide entre os movimentos de caráter intrametropolitano e aqueles provenientes da RMSP, os quais possuem impactos decisivos sobre a dinâmica sociodemográfica regional e seus municípios em particular, em um cenário que, de fato, se consolidou nos últimos 20 anos.

Dessa maneira, assim como pôde ser constatado para outros contextos metropolitanos, verificou-se a orientação centrífuga dos movimentos populacionais intrametropolitanos, privilegiando-se os municípios do entorno imediato do *core* metropolitano. Por sua vez, em um aspecto particular da RMBS, naquelas municipalidades mais periféricas e distantes de Santos constatou-se a proeminência dos fluxos com origem no planalto.

Analisando-se os condicionantes dos movimentos migratórios de curta distância, ou seja, os intrametropolitanos e os provenientes da RMBS, observou-se que eles podem ser sintetizados nas dinâmicas dos mercados de trabalho e de terras em suas relações com o processo de produção social do espaço urbano. Se no passado, estes fluxos relacionavam-se mais estritamente com a dinâmica do mercado de trabalho, parece que hoje o mercado de terras assumiu o protagonismo em condicionar os movimentos dos grupos sociais em âmbito metropolitano.

Na Baixada Santista esta última realidade mostrou-se bastante proeminente em relação a outras RMs, considerando as limitadas ofertas de novas moradias no centro da região para os diferentes grupos sociais locais e do planalto. Desse modo, observou-se o já mencionado espraiamento da ocupação metropolitana, não acompanhado pela dispersão das atividades econômicas, em uma dinâmica mediada pelo mercado local de terras.

Enquanto principal contrapartida socioespacial percebida para esta última dinâmica, verificam-se os crescentes volumes de indivíduos que realizam deslocamentos pendulares entre os municípios periféricos e as cidades centrais da região, as quais, em grande parte das vezes, eram os seus municípios de residência prévia destas pessoas, reproduzindo uma realidade comum às demais metrópoles brasileiras (CUNHA, 2018). Entretanto, notabilizou-se igualmente uma tendência de

aumento daqueles que realizam deslocamentos pendulares para a RMSP, geralmente para os municípios de onde emigraram.

Sob o ponto de vista das complementaridades socioespaciais estabelecidas entre os diferentes municípios e unidades urbanas ligadas pelos fluxos considerados, foi possível constatar dois importantes aspectos sobre o processo de ocupação e inserção regional da Baixada Santista. O primeiro deles é a extensão de *facto* do fenômeno metropolitano que se mostrou não coincidente com a configuração político-territorial da RMBS. Em realidade, a representatividade dos fluxos de caráter metropolitano, sejam eles migratórios ou pendulares, se viu restrita aos municípios de Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá e Praia Grande.

Os demais municípios da RM (Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Bertioga) estão muito mais ligados aos centrais por uma dinâmica de expansão regional do que por uma expansão propriamente metropolitana. Isto é, fazem parte da região que conforma a Baixada Santista, pois possuem particularidades comuns com os municípios citados no parágrafo anterior de seus processos de ocupação, como, por exemplo, atividades ligadas ao fenômeno da segunda residência e ao turismo, além de estarem articulados com o polo regional de Santos, já que se encontram em suas áreas de influência na rede urbana regional. Entretanto, não fazem parte da área metropolitana da Baixada Santista, tendo em vista que essa articulação com Santos não se mostrou de natureza metropolitana, principalmente, em função do baixo volume dos fluxos pendulares para trabalho e/ou estudo que ligam esses municípios com o núcleo da região.

Outro aspecto relevante foi o surgimento do que vem sendo chamado de “periferias com dois centros” (CUNHA et al., 2018), já que muitos municípios, em especial Praia Grande, estabeleceram complementaridades socioespaciais de cunho metropolitano, próprias da relação centro-periferia, tanto com o centro da RMBS, quanto com a RMSP, em especial com o município de São Paulo.

Evidentemente, o presente trabalho não abarcou toda a complexidade assumida pela dinâmica sociodemográfica da RMBS nos últimos anos. Especificamente, nos últimos oito anos após a divulgação do último levantamento censitário, viu-se a intensificação das atividades relacionadas à exploração do Pré-sal, a mudança do ciclo econômico – passando-se de um período de crescimento econômico para um período de retração dos investimentos públicos e do crédito –, além da instituição de novas legislações urbanísticas. Evidentemente, supõe-se que o curso desses novos condicionantes produzirá mudanças sobre o processo de produção social do espaço urbano e a dinâmica populacional seguida a partir de então, os quais não foram captados pelos dados que foram apresentados.

As fontes de dados alternativas utilizadas como dados “sintomáticos” (registros administrativos da Agem-SP, EMTU, etc.), em verdade, não captaram em sua complexidade a

dinâmica sociodemográfica do período pós-censitário, deixando-se, de fato, uma lacuna que provavelmente apenas será preenchida com os dados do Censo Demográfico de 2020<sup>23</sup>.

O fato metropolitano, portanto, não é algo que se impõe a partir de legislações ou medidas administrativas. Ele é vivido, experimentado e observado nas relações entre população e espaço, por meio das complementaridades socioespaciais percebidas, a partir da expansão não apenas territorial, mas também demográfica, pela fluidez das fronteiras político-administrativas, pela divisão social e territorial do trabalho, pela diversidade funcional do espaço, enfim por um conjunto de elementos que vão tornando explícita e indiscutível a formação de um novo e muito mais amplo espaço de vida para as pessoas.

No caso da RMBS, embora ainda possa ser discutível a extensão do fato metropolitano pela totalidade de seu território considerando vários destes aspectos, em particular, no que se refere à sua dimensão demográfico-territorial, suas especificidades e relação com o planalto paulista tornam um interessante e particular estudo de caso para se compreender quais seriam as características e implicações deste tipo de formação urbana no tempo presente, no qual a lógica de produção do espaço tem assumido outras facetas.

Assim, a forte ligação da região com o planalto paulista, em particular com o município de São Paulo e o ABC, bem como suas peculiares características geomorfológicas, turísticas e produtivas fazem da área um interessante laboratório para se pensar a extensão e impactos do fenômeno metropolitano no Estado de São Paulo e no país. Assim, reconhecer que existe heterogeneidade entre as RMs “oficiais” brasileiras é fundamental para melhor compreender as funções e significado de cada uma destas formações no cenário urbano nacional.

Acredita-se que a escolha da RMBS, como um estudo de caso, representa uma contribuição para a melhor compreensão do fenômeno metropolitano no país, em um contexto geográfico que expõe determinadas dimensões das desigualdades socioespaciais vigentes no Brasil metropolitano da atualidade. Além disso, esse caminho possibilitou um maior conhecimento do rumo seguido, no âmbito regional, pelas dinâmicas socioespaciais metropolitanas nos últimos anos. Com isso, espera-se que o presente estudo, em seus resultados, possa bem informar o planejamento urbano e regional e as ações políticas que visem beneficiar quem de direito deve coproduzir e usufruir das oportunidades do espaço metropolitano, ou seja, a população, em especial, aquela mais afetada pelas fortes desigualdades ainda existentes nessas áreas.

---

<sup>23</sup> A Contagem Populacional prevista para o ano de 2016, a qual poderia ao menos que parcialmente suprir a demanda por dados de natureza censitária no âmbito intraurbano entre os levantamentos de 2010 e 2020, não foi realizada pelo IBGE, limitando qualquer possibilidade de realização de análise igual à proposta pelo presente trabalho no período em questão.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, F. R. B. **Envelhecimento e vulnerabilidade**: a inserção do idoso na família e o sentido dos fluxos intergeracionais na geração de capital social. 2011. 229f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.
- BÓGUS, L. M. M. **Vila do encontro**: a cidade chega à periferia. 1980. 130f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1980.
- BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2000.
- CAIADO, M. C. S. Estruturação intraurbana e respostas sociodemográficas: a diferenciação socioespacial da população na Região do Distrito Federal e entorno. **Textos NEPO 50**, Campinas, SP, 2006.
- CANO, W. **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980**. Campinas, SP: IE/Unicamp, 2011. (Texto para Discussão, n. 193).
- CARRIÇO, J. M. **Baixada Santista**: transformações produtivas e sócio-espaciais na crise do capitalismo após a década de 1980. 2006. 468f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2006.
- CARRIÇO, J. M. **Legislação urbanística e segregação espacial nos municípios centrais da Região Metropolitana da Baixada Santista**. 2002. 247f. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2002.
- COLANTONIO, F. C. **Região Metropolitana da Baixada Santista**: transformações recentes. 2009. 145f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.
- CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes, processos, escalas e desafios. São Paulo, SP: Contexto, 2011.
- COSTA, H. (Org.). **Novas periferias metropolitanas**: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte, MG: C/Arte, 2006.
- COURGEAU, D. Le concept de migration. In: COLLOQUE DE DÉMOGRAPHIE AFRICAINE, 4., 1975. **Actes...** Ouagadougou, Burkina Faso: Institut National de la Statistique et de la Démographie, 1975. p. 27-33.
- CUNHA, J. M. P. (org.). **Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil Metropolitano**: convergências e especificidades regionais. São Carlos, SP: UFSCAR, 2018.
- CUNHA, J. M. P. et al. **A consolidação de “uma periferia com dois centros”**: o município de Praia Grande no contexto da formação da macrometrópole paulista no começo do século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2018.
- CUNHA, J. M. P.; FARIAS, L.A.C. (org.). **Região Metropolitana da Baixada Santista**: diversidades socioespaciais na virada para o século XXI. Campinas, SP: Librum Editora, 2017.
- CUNHA, J. M. P.; SILVA, K. A. A.; FARIAS, L. A. C. Produção do espaço metropolitano e redistribuição espacial da população no Brasil: o que aconteceu nas últimas duas décadas? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 17., 2017, São Paulo, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, 2017.
- CUNHA, J. M. P. **Mobilidade populacional e expansão urbana**: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Campinas, SP: Librum Editora, 2015a.

- CUNHA, J. M. P. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, SP: Editora da Unesp; CEM, 2015b. p. 279-307.
- CUNHA, J. M. P. et al. **Movimentos pendulares na MMP**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp; Fundap; Emplasa, 2013. (Relatório de pesquisa de apoio à elaboração do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM)).
- CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011.
- CUNHA, J. M. P.; SOBREIRA, D. P. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. **Revista Latinoamericana de Población**, Montevideo, Ano 1, n. 2, p. 99-125, 2008.
- CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E. (coord.). **Atlas da Região Metropolitana da Baixada Santista**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2005.
- CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, BA, v. 10, n. 4, p. 79-106, 2001.
- CUNHA, J. M. P. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Campinas, 1994. 311f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1994.
- CUNHA, T. A.; CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E. Dinâmica intraurbana e redes sociais na Baixada Santista. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 30, n. 1, p. 7-33, 2013.
- CUNHA, T. A. **Redes sociais, capital social e mobilidade residencial intrametropolitana: o caso da Região Metropolitana da Baixada Santista**. 2010. 124f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.
- DOTA, E. M. **Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes**. 2015. 221f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.
- FISHMAN, R. Burgeiosutopias: visions of suburbia. In: FAINSTEIN, S.; CAMPBELL, S. (ed.). **Readings in urbantheory**. Oxford: Wiley-Blackwell, 1966. p. 23-60.
- GODINHO, R. E. Nova metodologia de projeção da população flutuante. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço**. São Paulo, SP: Edusp, 1993.
- HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.
- HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- HOGAN, D. J. Quem paga o preço da poluição? Uma análise de residentes e imigrantes pendulares em Cubatão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1990.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- IBGE. Pré-coleta: última etapa operacional do Censo. **Vou te Contar – A Revista do Censo**, Rio de Janeiro, RJ, n. 14, 2010.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, RJ, 2000.
- IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, RJ, 1991.
- IBGE. **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro, RJ, 1980.

IBGE. **Censo Demográfico 1970**. Rio de Janeiro, RJ, 1970.

JAKOB, A. A. E. **Análise sociodemográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000**. 2003. 220f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

LAGO, L. C. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempos de crise**. Rio de Janeiro, RJ: Observatório; Revan, 2000.

LEE, E. S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H. (org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

LOBO, C.; MATOS, R.; GARCIA, R. A. Uma proposta de identificação de perfis regionais no Brasil: a centralidade e a mobilidade espacial da população. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, p. 100, 2012.

MANFREDO, M. T. **Desigualdade e produção do espaço urbano: o caso de Hortolândia na Região Metropolitana de Campinas**. 2007. 203f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Rio de Janeiro, RJ: Ipea, 1994. (Texto para Discussão, 329).

MARTINS, J. S. Subúrbio e periferia, antinomias do urbano. **Espaço & Debates**, São Paulo, SP, Ano XVII, n. 42, p. 75-84, 2001. (Periferia revisitada).

MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no Espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 12, n. 1-2, p. 35-58, 1995.

NACIONES UNIDAS. **Métodos de medición de la migración interna: manual VI**. Nueva York, NY, 1972.

NEGREIROS, R. A Região Metropolitana da Baixada Santista: dinâmica sócio-econômica e as perspectivas da gestão urbana. **Relatório D. 2 do Projeto – Urbanização e metropolização no Estado de São Paulo: desafios da política urbana**. Campinas, SP: Nesur-IE/Unicamp; Convênio SEP/Unicamp, 1992. (Mimeo).

OJIMA, R. Pessoas, prédios e ruas: por uma perspectiva demográfica dos processos urbanos contemporâneos. In: OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E. **Dispersão urbana e mobilidade populacional**. São Paulo, SP: Blucher, 2016.

PATARRA, N. L.; PACHECO, C. A. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. L. et al. (org.). **Migrações, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 25-52.

PRÉTECEILLE, E. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 16, n. 38, p.27-48, 2003.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011. p. 141-156.

RODRÍGUEZ, J.; BUSSO, G. **Migración interna y desarrollo en América Latina entre 1980 y 2005: un estudio comparativo con perspectiva regional basado en siete países**. Santiago de Chile, Chile: Cepal, 2009.

SANTOS, A. P. R. **Praia Grande no contexto do processo de metropolização da Baixada Santista: mobilidade populacional e diversidade socioespacial**. 2008. 186f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

SILVA, E. T. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2013.

SILVA, K. A. A.; CUNHA, J. M. P.; ORTEGA, G. M. Um olhar demográfico sobre a constituição da macrometrópole paulista: fluxos populacionais, integração e complementaridade. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, SP, v. 19, n. 40, p. 721-748, 2017.

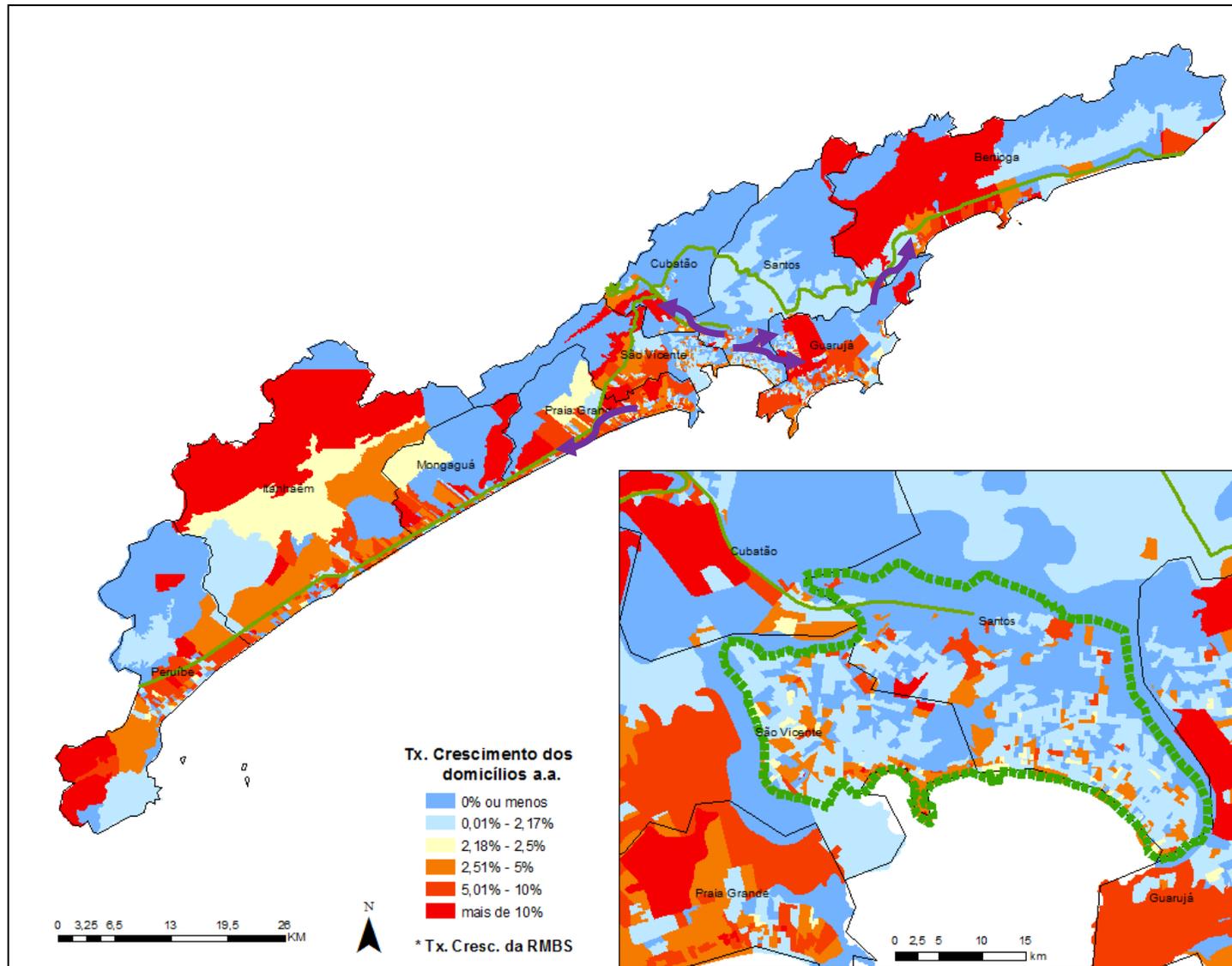
SINGER, P. Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SMOLKA, M. Mobilidade intra-urbana no Rio de Janeiro: da estratificação social a segregação residencial no espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 97-114, 1992.

SOBRINO, J. Patrones de dispersión intrametropolitana en México. **Estudios Demográficos y Urbanos**, México, DF, v. 22, n. 3, p. 583-617, 2007.

SOUZA, M. A. **Cidades médias e desenvolvimento industrial: uma proposta de descentralização metropolitana**. São Paulo, SP: Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, 1978. (Série Estudos e Pesquisas, 17).

**APÊNDICE A – Taxas médias geométricas anuais de crescimento dos domicílios. Setores censitários selecionados. RMBS – 2000-2010**



Fonte: IBGE (Dados do universo do Censo Demográfico 2010). Tabulações especiais do autor.

APÊNDICE B – Matriz migratória por municípios e regiões. RMBS – 1995-2000

Região em 1995		Região / Município em 2000									Emigração Intrametro- politana
		RMBS									
		Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente	
RMBS	Bertioga	.	14	59	.	20	9	.	114	.	217
	Cubatão	10	.	162	26	162	55	961	1.153	1.212	3.740
	Guarujá	649	93	.	290	115	191	808	1.829	998	4.974
	Itanhaém	.	.	52	.	141	335	109	77	112	826
	Mongaguá	.	.	14	178	.	61	241	53	82	629
	Peruíbe	.	38	48	267	159	.	80	231	148	972
	Praia Grande	34	250	404	447	472	350	.	751	1.448	4.157
	Santos	329	1.209	3.233	642	354	437	5.672	.	13.884	25.760
São Vicente	.	722	652	414	493	391	5.895	4.155	.	12.721	
<b>Imigração Intrametropolitana</b>		1.022	2.327	4.624	2.263	1.916	1.831	13.766	8.362	17.885	53.997
<b>Imigração Intraestadual*</b>		3.889	1.522	7.324	11.223	8.040	8.606	22.987	11.359	7.620	82.568
Grandes Regiões e Estados da Região Sudeste	Região Norte	78	33	107	49	83	0	235	262	206	1.052
	Região Nordeste	3.022	4.389	9.473	1.444	1.055	836	6.920	6.867	7.030	41.035
	Minas Gerais	248	474	963	492	213	163	799	1.062	578	4.992
	Espírito Santo	112	65	103	41	.	28	104	95	31	580
	Rio de Janeiro	77	170	678	227	62	12	326	1.008	158	2.719
	Região Sul	463	309	842	401	141	156	842	1.717	754	5.625
Região Centro-Oeste		84	205	514	83	31	43	431	520	209	2.119
<b>Imigração Interestadual</b>		4.084	5.645	12.679	2.736	1.585	1.240	9.657	11.531	8.965	58.122
<b>País estrangeiro</b>		77	27	114	29	0	52	91	547	240	1.176
<b>Total**</b>		9.072	9.521	24.741	16.251	11.541	11.728	46.501	31.799	34.709	195.862

Região em 1995		Região / Município em 2000											
		Emigração Intrametropolitana	Emigração Intraestadual	Grandes Regiões e Estados da Região Sudeste								Emigração Interstadual	Total
				Região Norte	Região Nordeste	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Região Sul	Região Centro-Oeste			
RMBS	Bertioga	217	891	16	148	101	.	11	63	19	358	1.466	
	Cubatão	3.740	1.927	129	1.342	338	125	162	335	128	2.559	8.226	
	Guarujá	4.974	5.046	78	3.255	770	138	287	1.122	370	6.020	16.041	
	Itanhaém	826	2.418	12	113	87	45	74	149	47	528	3.772	
	Mongaguá	629	1.237	0	52	57	.	.	85	10	204	2.070	
	Peruíbe	972	2.495	29	170	88	7	70	338	80	781	4.248	
	Praia Grande	4.157	4.918	30	807	422	16	82	229	116	1.700	10.775	
	Santos	25.760	19.780	357	7.344	2.930	280	1.591	4.411	841	17.754	63.294	
	São Vicente	12.721	5.521	62	1.257	229	41	205	999	344	3.137	21.379	
<b>Imigração Intrametropolitana</b>		<b>53.997</b>	<b>44.234</b>	<b>713</b>	<b>14.487</b>	<b>5.023</b>	<b>651</b>	<b>2.482</b>	<b>7.729</b>	<b>1.954</b>	<b>33.040</b>	<b>131.270</b>	

Fonte: IBGE (Microdados da amostra do Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais do autor.

\* As outras regiões do Estado de São Paulo incluem as regiões metropolitanas e os aglomerados urbanos que compõem a Macrometrópole Paulista

\*\* Não inclui os migrantes com origem ignorada

APÊNDICE C – Matriz migratória por municípios e regiões. RMBS – 2005-2010

Região em 2005		Região/Município em 2010									Emigração Intrametro- politana
		RMBS									
		Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente	
RMBS	Bertioga	.	41	106	.	11	.	12	193	84	446
	Cubatão	22	.	154	116	56	41	2.015	1.251	1.449	5.105
	Guarujá	729	82	.	182	153	197	529	1.611	1.008	4.490
	Itanhaém	48	45	89	.	164	158	353	211	101	1.170
	Mongaguá	73	.	14	323	.	50	358	90	43	951
	Peruíbe	27	29	39	163	37	.	286	210	47	838
	Praia Grande	12	252	100	241	359	128	.	802	1.255	3.148
	Santos	166	755	2.114	544	243	222	5.696	.	10.316	20.056
São Vicente	86	663	540	331	330	275	5.542	2.380	.	10.147	
<b>Imigração Intrametropolitana</b>		<b>1.163</b>	<b>1.866</b>	<b>3.155</b>	<b>1.901</b>	<b>1.353</b>	<b>1.072</b>	<b>14.791</b>	<b>6.747</b>	<b>14.302</b>	<b>46.350</b>
<b>Imigração Intraestadual*</b>		<b>3.985</b>	<b>1.230</b>	<b>5.131</b>	<b>11.559</b>	<b>8.614</b>	<b>6.237</b>	<b>25.107</b>	<b>11.739</b>	<b>8.093</b>	<b>81.696</b>
Grandes Regiões e Estados da Região Sudeste	Região Norte	28	152	186	145	0	56	404	197	214	1.384
	Região Nordeste	2.276	3.419	3.804	858	244	408	4.945	4.322	4.533	24.809
	Minas Gerais	335	423	430	202	99	125	691	982	683	3.971
	Espírito Santo	46	65	62	.	.	.	23	59	119	374
	Rio de Janeiro	62	120	157	71	39	230	303	1.041	449	2.471
Região Sul	170	217	430	299	157	194	775	1.625	860	4.727	
Região Centro Oeste	92	94	360	172	13	101	192	343	304	1.671	
<b>Imigração Interestadual</b>		<b>3.010</b>	<b>4.492</b>	<b>5.428</b>	<b>1.747</b>	<b>553</b>	<b>1.115</b>	<b>7.333</b>	<b>8.569</b>	<b>7.160</b>	<b>39.408</b>
<b>País estrangeiro</b>		<b>149</b>	<b>44</b>	<b>256</b>	<b>168</b>	<b>73</b>	<b>284</b>	<b>244</b>	<b>1.059</b>	<b>302</b>	<b>2.578</b>
<b>Total**</b>		<b>8.307</b>	<b>7.632</b>	<b>13.970</b>	<b>15.375</b>	<b>10.593</b>	<b>8.708</b>	<b>47.474</b>	<b>28.115</b>	<b>29.857</b>	<b>170.032</b>

Região em 2005		Região/Município em 2010									
		Emigração Intraestadual	Grandes Regiões e Estados da Região Sudeste							Emigração Interstadual	Total
			Região Norte	Região Nordeste	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Região Sul	Região Centro-Oeste		
RMBS	Bertioga	954	11	415	242	47	27	196	16	954	2.871
	Cubatão	2.212	19	1.224	451	30	115	246	127	2.212	8.511
	Guarujá	5.702	103	2.600	489	182	381	1.721	226	5.702	14.119
	Itanhaém	1.240	18	258	243	55	61	422	182	1.240	5.486
	Mongaguá	291	0	41	61	37	21	122	10	291	2.675
	Peruibe	1.281	6	435	55	.	102	653	31	1.281	5.107
	Praia Grande	3.433	79	1.621	593	50	123	689	278	3.433	12.498
	Santos	10.880	212	4.431	1.275	154	1.193	2.647	967	10.880	43.643
	São Vicente	2.813	57	1.473	367	70	235	450	161	2.813	17.027
<b>Imigração Intrametropolitana</b>		<b>28.806</b>	<b>505</b>	<b>12.497</b>	<b>3.777</b>	<b>626</b>	<b>2.258</b>	<b>7.146</b>	<b>1.998</b>	<b>28.806</b>	<b>111.938</b>

Fonte: IBGE (Microdados da amostra e dados do universo do Censo Demográfico 2010). Tabulações especiais do autor.

\* As outras regiões do Estado de São Paulo incluem as regiões metropolitanas e os aglomerados urbanos que compõem a Macrometrópole Paulista

\*\* Não inclui os migrantes com origem ignorada